

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Fabiana Funk

**AGRICULTURA FAMILIAR DIVERSIFICADA E QUALIDADE DE VIDA:
O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ – RIO GRANDE DO SUL**

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2008

Fabiana Funk

**AGRICULTURA FAMILIAR DIVERSIFICADA E QUALIDADE DE VIDA:
O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ – RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2008

Fabiana Funk

**AGRICULTURA FAMILIAR DIVERSIFICADA E QUALIDADE DE VIDA:
O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ – RIO GRANDE DO SUL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges
Orientadora

Profa. Dra. Erica Karnopp

Profa. Dra. Giancarla Salamoni

*Com amor, respeito e admiração,
para Carolina Cipriani Ponzi.*

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria que humildemente agradeço a todos que me ajudaram a chegar até o presente momento, e principalmente aos que me acompanharam durante este difícil processo de aprofundamento do conhecimento científico e pessoal que foi o mestrado. Para alguns, o mestrado significa apenas mais um título, mas para mim, filha de pequenos agricultores familiares, residentes 'no interior do interior' do Rio Grande do Sul, essa é mais uma grande vitória!

Como bem descreveu Antônio Carlos Gomes Peixoto, gerar um filho é uma parte do nosso mundo inteiro que transborda e se multiplica. Penso que escrever uma dissertação não é diferente. A dissertação permanece algum tempo em nosso interior, nesse estágio ela nada mais é do que um amálgama de nossa cultura, do nosso conhecimento, do nosso modo particular de ver a vida. Com a conclusão e aprovação do projeto, sentimos uma alegria imensa, apesar de ainda não sabermos perfeitamente no que resultará. Após meses de dedicação exclusiva, rompemos a barreira que separa a dissertação do mundo das idéias, sentimentos e emoções, para a transformarmos em ciência!

Eis aqui minha filha! Ela não viria ao mundo sem o apoio incondicional das pessoas e instituição abaixo relacionadas. A todos, meu sincero respeito, agradecimento e carinho.

- À Prof^a. Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges, que, devido a sua experiência resultante de uma brilhante trajetória como competente pesquisadora da agricultura familiar, guiou-me pelo difícil caminho do fazer científico. Virgínia e eu compartilhamos da mesma história de muitos filhos de agricultores familiares, que saem de suas famílias em busca de formação. Agradeço pelas orientações, pelas conversas e pela amizade.

- À CAPES, que concedeu-me a bolsa parcial de estudos, sem a qual a realização deste trabalho estaria parcialmente comprometida.

- Às 24 famílias agricultoras rurais que gentilmente participaram deste estudo, as quais pararam o seu trabalho para me receber em suas casas. Agradeço pelas preciosas informações, mas também pelos almoços, chimarrões, bolachas, rapaduras, flores e frutas que me ofereceram. Isso demonstra o quanto a hospitalidade faz parte de suas essências.

- Aos representantes das entidades: Valter Seibert, Lindomar José Konzen, Luís Blásio Wames, Olir Donato Vier, em especial à Marlene Anschau – extensionista da EMATER, que se dispôs a acompanhar-me durante algumas entrevistas aos agricultores familiares, cujo trabalho desenvolvido junto aos Grupos de Senhoras e Moças fez renascer toda criatividade, força e vitalidade das mulheres agricultoras familiares.

- Aos representantes do poder público municipal: Líria Birck, Eugênio Rauber e um agradecimento especial ao prefeito municipal, Pedro Raimundo Birck, pelo seu apoio incondicional à realização desta pesquisa e pelo seu espírito empreendedor que tem na agricultura familiar o eixo condutor do desenvolvimento de São Pedro do Butiá.

- À amiga Simone Hilgert agradeço por compartilhar as dificuldades e alegrias enfrentadas no período em que estive em São Pedro do Butiá.

- Aos meus colegas da turma 2006 do Mestrado agradeço pelos cálidos e instigantes debates, que enriqueceram o meu modo de pensar a ciência.

- Ao Lucir, à Karla, à Carina e ao Eduardo, que além de colegas transformaram-se em meus amigos. A vocês dedico a música que cantamos juntos “Tocando em Frente”, composta por Almir Sater e Renato Teixeira: *“Ando devagar porque já tive pressa e levo esse sorriso porque já chorei demais. Hoje me sinto mais forte mais feliz quem sabe, só levo a certeza de que muito pouco eu sei, eu nada sei!”*

- À Cleci, querida secretária da minha casa, pela sua ajuda, dedicação e carinho. Muito obrigada por ser amiga e conselheira tantas vezes.

- À Dra. Fátima Duarte Ali, pelas sábias conversas e recomendações.

- Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional: Cássia, Daniela e Juliana. Agradeço-as pelo carinho e dedicação.

- Ao grande amigo Senhor Luiz Carlos Ponzi, *o Tio Ponzi*, agradeço por permitir que faça parte de sua família e, através disso, ter me mostrado o real significado da palavra Pai. Agradeço, também, por ter lido e sugerido novas idéias para o desenvolvimento deste estudo.

- À minha mãe, Maria Rocha Funk, e minhas irmãs Suzana e Eliana Funk: meus pilares de sustentação, agradeço-as pelo amor e carinho incondicionais. Amo-as!

- À Carolina Cipriani Ponzi, grande companheira! Agradeço-te por ter o incrível dom de suportar compartilhar o mesmo teto com uma mestrande e, ainda assim, continuar fazendo parte de minha família.

- Às famílias de minhas Tias Eloísa, Elsa e Tio João, agradeço-lhes pela sensibilidade e dedicação sincera que sempre tiveram comigo, principalmente no período de realização deste trabalho.

- À minha afilhada Julinha, que não faz nem idéia do que seja uma dissertação, mas que diante de cada sorriso seu, proporcionou-me energia e alegria suficientes para retornar ao trabalho com maior dedicação e disposição.

*“Deus fez o campo,
o homem a cidade.”*

*William Cowper
Poeta Inglês*

RESUMO

Esta pesquisa analisa o papel da agricultura familiar diversificada na geração de renda e na promoção da qualidade de vida entre famílias agricultoras em São Pedro do Butiá – RS, como segmento presente na organização do espaço do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões. O COREDE Missões localiza-se na porção noroeste do planalto sul-riograndense e a economia predominante é a agricultura. São Pedro do Butiá compõe o COREDE Missões e a agricultura perfaz 62,74% do seu produto interno bruto (PIB) (IBGE, 2000). Por isso a importância de se pesquisar a opinião dos entrevistados sobre a diversificação de atividades presentes nas unidades familiares de produção e conceitualizar a qualidade de vida desses agricultores. Foram objetos de investigação neste estudo os incentivos oferecidos pelas entidades Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), COOPERBUTIÁ (Cooperativa de São Pedro do Butiá), COTRISA (Cooperativa Tritícola Santo Ângelo) e Prefeitura Municipal à diversificação de atividades, agregação de valor à produção, geração de renda e promoção da qualidade de vida das famílias agricultoras. Para analisar a qualidade de vida dessas famílias, cruzaram-se dados qualitativos fornecidos pelos representantes das entidades e pelos agricultores. Posteriormente, o mesmo processo foi realizado com os dados secundários do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). A metodologia de abordagem foi a dialética marxista e o método de levantamento de dados foi o estudo de caso. Assim, vinte e quatro propriedades familiares foram pesquisadas, e responderam questionário contendo perguntas quantitativas e qualitativas, enquanto que os representantes das entidades responderam perguntas qualitativas. Os resultados apontam para a importância da diversificação de atividades e de cultivos nas unidades familiares de produção. Com a diversificação, existem mais de três fontes (leite, milho e suínos) que compõem a renda das propriedades mensal ou trimestralmente, além de outros produtos comercializados. Essa renda é utilizada principalmente no sustento da família, manutenção da propriedade, lazer e pagamento de dívidas. Atribui-se a mudança da monocultura da soja para a diversificação de atividades à assistência técnica prestada pelas entidades já citadas, pois a partir do momento em que os agricultores tiveram acesso a informações, sentiram-se capacitados a mudar a matriz produtiva. O incentivo à diversificação, agregação de valor à produção e promoção da qualidade de vida são feitos por meio de iniciativas como: compra do excedente produzido; FUNDESE; promoção de cursos; Grupos de Senhoras e Moças; turismo rural; agroindústrias; atendimentos à saúde; educação e transporte escolar. O significado atribuído à qualidade de vida foi ter saúde, ter boa convivência comunitária, receber retorno financeiro adequado pelo trabalho e dar educação para os filhos. A análise das informações fornecidas pelos entrevistados e das informações do IDESE permitiu concluir que a qualidade de vida dos agricultores familiares é a 5º melhor do COREDE Missões. Assim, o modelo de desenvolvimento de São Pedro do Butiá, baseado no incentivo às potencialidades endógenas e à participação popular, representa uma estratégia que assegura ao município o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chaves: Agricultura familiar diversificada, qualidade de vida, desenvolvimento regional, geografia agrária.

ABSTRACT

This paper analyzes the role of diversified familial agriculture in the income generation and in the promotion of quality of life among agricultural families in São Pedro do Butiá – RS, within the Committee of Regional Development COREDE Missões. Corede Missões is geographically localized in the Northeastern region of the plateau of Rio Grande do Sul state and its economy is based on agriculture. São Pedro do Butiá belongs to COREDE Missões, and agriculture stands for 62,74% of its gross domestic product (GDP) (IBGE, 2000). This is the reason why it is important to study the opinions of the interviewees about the diversification of activities performed at the familial units of production, and the author also aimed to analyze their quality of life. The incentives to diversification of activities, aggregation of value to the production, income generation and promotion of quality of life of the families given by several entities such as Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), COOPERBUTIÁ (Cooperativa de São Pedro do Butiá), COTRISA (Cooperativa Tríticola Santo Ângelo LTDA) and the city council were analyzed. Data obtained from these entities and the agriculturists were cross matched in order to analyze their quality of life. Also, the author cross matched the information with the data grouped at the Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE). The methodology used for the approach was based on the Marxist dialectics and the gathering of data was based on a case study. Twenty-four families were analyzed by answering a quantitative and qualitative questionnaire, while the representants from the entities answered a qualitative one. The results show the importance of the diversification of activities and plantations in the familial units of production. As the families diversify their activities there are three main monthly or four-time-a-year sources of income nowadays (milk, corn and swine), along with other products. These sources of income are used mainly for the family and the property maintenance, leisure time and payment of debts. The change from the soybean monoculture to the diversification of cultures is attributed to the technical assistance and rural extension offered by the entities mentioned above, and it seems clear that the agriculturists changed their matrix of production when they were reached by information. The incentive to diversification, aggregation of value to the production, income generation and promotion of quality of life are achieved by means such as: buying of the excess of the production, FUNDESE, promotion of courses about farming, work done with the Ladies and Girls Group, incentive to rural tourism and to agro-industries, prevention and protection of health, education and school transport. The significance attributed to quality of life by the interviewees was being healthy, having a good life in community, having a fair financial reward for the work done and being able to offer education to the offspring. When the data obtained from the interviewees and the information from the IDESE were cross matched it was possible to conclude that the quality of life of the familial agriculturists was the 5th best in COREDE Missões. Therefore, the model of development applied in São Pedro do Butiá, which is based on the incentive of its endogenous qualities and on the participation of the community, represents a strategy that assures sustainable rural development to the council.

Key-words: Diversified familial agriculture, Quality of life, Regional development, Agrary geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de São Pedro do Butiá – RS	98
Figura 2 – Mapa de São Pedro do Butiá	99
Figura 3 – Agricultores familiares butiaenses em uma lavoura demonstrativa do cultivo da mamona, na EMABRAPA Clima Temperado em Pelotas – RS	126
Figura 4 – Agricultores em um dia de campo sobre novas variedades de milho, coordenado pela COTRISA.....	126
Figura 5 – Despesca na propriedade de um agricultor familiar integrante do Grupo do Peixe	128
Figura 6 – <i>Fischfest</i> edição de 2006. Mais de 50 pratos a base de carne de peixe.....	129
Figura 7 – Alguns dos produtos produzidos na agricultura familiar de São Pedro do Butiá, os quais compõem a cesta básica para as famílias carentes de Santo Ângelo.	131
Figura 8 – Concurso da melhor terneira, na Expo-Butiá edição 2006	132
Figura 9 – Os Grupos de Senhoras e Moças expondo seus trabalhos na Expo-Butiá/2006	133
Figura 10 – Canteiros experimentais de diferentes variedades de mandioca e de pasto forrageiro.	133
Figura 11 – Maquete do futuro Centro Germânico Missioneiro – <i>Missions Deustchzentrum</i> , que está exposta na Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá.	134
Figura 12 – Recolhimento das embalagens de agrotóxicos na COTRISA, pela Associação PRESERVAR	138
Figura 13 – Plantel de bovinos leiteiros em uma plantação de pastagem forrageira.	143
Figura 14 – Fruta do conde e abacaxi.....	144
Figura 15 – Parreiral.....	145
Figura 16 – Plantação de Alfafa	147
Figura 17 – Esta seqüência de fotos retrata o trabalho do agricultor B para debulhar a sua colheita de feijão, com a ajuda do trator.	148
Figura 18 – Plantação de amendoim. O arado-de-boi é utilizado para arrancar o pé de amendoim, facilitando o trabalho dos agricultores familiares.	149

Figura 19 – Associação dos cultivos de mamona, milho e abóbora na propriedade C.....	149
Figura 20 – No canto superior esquerdo: matrizes prenhas em celas específicas. No canto superior direito: berçário de leitões. As fotos localizadas na parte inferior significam: à esquerda tem-se uma criação de leitões e à direita, de matrizes prenhas em enceras ao ar livre.	151
Figura 21 – Canto superior esquerdo: processo de fermentação da garapa para se transformar em aguardente; Canto superior direito: agricultora fazendo melado; Canto inferior esquerdo: pipa de armazenamento de água-ardente; Canto inferior direito: pipas com vinho.....	160
Figura 22 – Produção de cucas da Agroindústria de farináceos.	161
Figura 23 – Artesanato feito pela agricultura Z, a qual desenvolveu sua habilidade nos cursos oferecidos pela EMATER nos Grupos de Senhoras e Moças.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Esquematização da história agrária de São Pedro do Butiá	116
Tabela 2 – IDESE de São Pedro do Butiá, COREDE Missões e do Rio Grande do Sul, para todos os indicadores.	136
Tabela 3 – A Produção leiteira nas 16 propriedades em que o leite é um dos componentes da renda.....	154
Tabela 4 – Produção de milho nas 11 propriedades em que esta cultura faz parte da composição da renda familiar.....	155
Tabela 5 – Produção da soja nas 15 propriedades que a cultura faz parte da composição da renda familiar.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural
ACARS	Associação de Crédito e Extensão Rural
AGREGAR	Projeto de Agregação de renda na Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNPEA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
COOPERBUTIÁ	Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Pedro do Butiá
COOPEROQUE	Cooperativa Triticula Mista São Roque LTDA
COOPATRIGO	Cooperativa Triticula Regional Sãoluizense LTDA
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI's	Equipamentos Individuais de Segurança
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDESE	Fundo de Desenvolvimento Socioeconômico de São Pedro do Butiá
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICV	Índice de Condição de Vida
IDESE	Índice de Desenvolvimento Econômico-Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INA	Instituto Nacional Agrônômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IQV	Índice de Qualidade de Vida
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Sem-Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO	Pessoal Ocupado
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSF	Programa de Saúde da Família
QUALY	Quality-Adjusted Life-Years
RS	Rio Grande do Sul

SAA	Secretaria Estadual da Agricultura
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SMA	Secretaria Municipal da Agricultura
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UNIJUI	Universidade de Ijuí
WHOQOL	The World Health Organization the Quality of Life
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	24
1.1 Concepções teóricas do campesinato.....	25
1.2 De camponeses a agricultores familiares.....	37
CAPÍTULO 2: O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA.....	41
2.1 A organização da agricultura no Brasil.....	42
2.2 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul	56
2.3 Agricultura familiar no desenvolvimento regional	68
CAPÍTULO 3: QUALIDADE DE VIDA: Análise de um conceito polêmico	76
3.1 Os vários índices de mensuração da qualidade de vida	87
3.2 A qualidade de vida no meio rural	92
CAPÍTULO 4: A AGRICULTURA FAMILIAR DIVERSIFICADA:.....	96
O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ-RS.....	96
4.1 As origens das comunidades: Linha Bonita, Linha Bonita Norte, Taipão Frente, Taipão Fundos, Boa Esperança (<i>Luisenthal</i>), Santa Teresinha (Linha Quaresma) e Esquina União (<i>Capriteeck</i>).....	103
4.2 História agrária e evolução da qualidade de vida das famílias agrícolas	108
4.3 Caracterização da agricultura familiar em São Pedro do Butiá e suas relações com a qualidade de vida	120
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXOS	191
ANEXO A – Questionário aplicado aos representantes das entidades.....	192
ANEXO B – Questionário aplicado aos agricultores familiares	193
ANEXO C – Lista de produtos que compõem a cesta básica	197
ANEXO D – Comparação do IDESE entre os municípios que compõem o COREDE Missões.....	198

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da premissa de que a agricultura familiar no Brasil apresenta-se como um dos fatores condicionantes do desenvolvimento rural e regional. No país, existem cerca de 5,8 milhões de propriedades agrícolas, dentre as quais cerca de 5,2 milhões (90%) são representadas por unidades familiares de produção, as quais geram 37,9% do Valor Bruto de Produção (VBP) agrícola brasileiro e são a principal criadora de postos de trabalho no meio rural, apresentando 76,9% do Pessoal Ocupado (PO) neste setor, ou seja, 13.780.201 de pessoas. E o mais importante, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira é proveniente de unidades familiares de produção (FAO/INCRA, 2000).

Deste modo, José Ely da Veiga (1996), no artigo *Agricultura familiar e sustentabilidade*, classificou as unidades familiares de produção como sendo resilientes, sustentáveis e versáteis. Resiliência é a capacidade rápida de adaptação às mudanças. Há séculos, autores apontam para o fim da agricultura familiar, que seria absorvida pelo modo de produção capitalista, transformando os agricultores familiares em empresários rurais ou proletários. No entanto, este tipo de produção agrícola persiste ao longo do tempo, adaptando-se às diversas situações e, ainda, desenvolve-se dentro do próprio sistema capitalista. A resiliência é associada à maleabilidade dos processos decisórios no interior da propriedade familiar, no contexto da qual se decide o quê e como produzir.

Quanto à sustentabilidade apontada por Veiga (1996), a agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo e, se comparada à agricultura patronal¹, manifesta melhores resultados em termos socioculturais, ambientais e territoriais. Ainda, a versatilidade das unidades familiares de produção se opõe à especialização cada vez mais intensa da agricultura patronal.

¹ Veiga (1996) está se referindo ao fato de a agricultura patronal ser praticada nas grandes propriedades monocultoras, fazendo da terra um negócio, uma especulação, como seria outra atividade comercial ou financeira qualquer. Esse proprietário investe seu capital nas terras com o mesmo espírito que o faria na indústria ou no comércio. Portanto, ele não se liga à terra; prova disso está na facilidade com que se livra dela (PRADO JUNIOR, 1969, p. 216).

A Região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões localiza-se na porção noroeste do planalto sul-riograndense. Por estar localizada entre as duas zonas fisiográficas do Rio Grande do Sul – zona da mata e dos campos, Waibel (1979) caracterizou essa região como uma zona intermediária, pois apresenta características favoráveis tanto para o desenvolvimento das criações de gado, quanto para a prática da agricultura. Esta região é formada por 25 municípios, dos quais 20 dependem da agricultura. São Pedro do Butiá é um dos 20 municípios que têm a sua principal atividade econômica na agricultura, a qual perfaz 62,74% do seu produto interno bruto (PIB) (IBGE, 2000). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre 80 e 90% do valor bruto de produção (VBP) no município provém da agricultura familiar – objeto deste estudo. Ainda, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2003), o município é o que mais investe em agricultura, se comparado aos outros municípios que compõem o COREDE Missões, ou seja, em torno de 10% de seu orçamento.

Conforme afirma Shanin (1972), a existência de propriedades rurais familiares imprime no espaço regional formas específicas de organização econômica, social, política e ambiental, as quais merecem um estudo mais detalhado. Assim, este trabalho objetivou *a análise do papel da agricultura familiar diversificada na geração de renda e na promoção da qualidade de vida entre as famílias em São Pedro do Butiá – RS, como segmento presente na organização do espaço regional do COREDE Missões.*

A matriz produtiva da Região das Missões durante grande parte da segunda metade do século XX foi marcada pelo cultivo da soja. No entanto, nos últimos sete anos, a região vem sendo castigada por sucessivas e prolongadas estiagens, que dizimaram as plantações e resultaram em grandes quebras de safra e endividamento. Decorre disso a importância de se pesquisar a opinião dos entrevistados sobre diversificação de atividades na agricultura familiar, já que esta se mostra como uma alternativa de incorporação de mais de uma fonte de renda na propriedade, o que possibilitaria uma melhora na qualidade de vida desses agricultores.

Assim, um dos objetivos específicos deste estudo foi *analisar o papel da diversificação de atividades presentes nas unidades familiares de produção*. Deste modo, *buscou-se conceituar a qualidade de vida dos agricultores familiares, no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas e do bem-estar dos atores envolvidos*.

Levando-se em consideração que 10% do orçamento de São Pedro do Butiá é investido na agricultura, também foi pesquisado *qual o papel das entidades – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), COOPERBUTIÁ (Cooperativa de São Pedro do Butiá), COTRISA (Cooperativa Tritícola Santo Ângelo LTDA), Prefeitura Municipal (representada pelo chefe do poder executivo e pelas secretarias de saúde e agricultura) –, no tocante ao apoio à diversificação de atividades, agregação de valor à produção, geração de renda e promoção da qualidade de vida das famílias agricultoras rurais*.

Com a finalidade de fundamentar o estudo, fez-se uma pesquisa bibliográfica, que é apresentada nos três primeiros capítulos intitulados: ‘A agricultura familiar no contexto da acumulação capitalista’, ‘O ordenamento do território e as políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura’ e ‘Qualidade de vida’. O capítulo 1 é dividido em duas seções. A primeira seção disserta sobre as ‘Concepções teóricas do Campesinato’ e a segunda tem como título ‘De camponeses a agricultores familiares’.

Na primeira seção, apresentam-se as principais teorias relacionadas ao campesinato, nas quais os autores Marx, Shanin e Kautsky, baseados no modo capitalista de produção, apontam para o desaparecimento do campesinato. Entretanto, os autores Chayanov, Tepicht e Mendras contestam esta afirmação e asseguram que, para explicar o campesinato, é necessário perceber o que nele há de principal, ou seja, seu modo particular de trabalho baseado na própria racionalidade que é determinada pelas necessidades familiares. A segunda seção apresenta a discussão conceitual de agricultura familiar e de campesinato.

O capítulo 2 é dividido em três seções: 'A organização da agricultura no Brasil', 'A agricultura familiar no Rio Grande do Sul' e a 'Agricultura familiar no Desenvolvimento Regional'. A primeira seção trata do ordenamento territorial brasileiro a partir da história da formação da agricultura, em especial da agricultura familiar, a qual se desenvolveu a partir dos resquícios do escravagismo e do colonialismo, passando pela modernização conservadora e pelas políticas públicas direcionadas à agricultura como um todo ao longo das últimas décadas. A segunda seção deste capítulo versa sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, com ênfase no processo de povoamento do Estado. A terceira seção expõe a discussão a respeito da agricultura familiar no desenvolvimento regional, onde são debatidos alguns conceitos sobre as várias formas de desenvolvimento (regional, rural, agrícola, local, endógeno), procurando esclarecer que o significado de desenvolvimento é mais do que somente crescimento econômico.

Como um dos objetivos específicos do estudo é a descrição da qualidade de vida das famílias agricultoras de São Pedro do Butiá, a primeira seção do capítulo 3 analisa os significados atribuídos à qualidade de vida, a partir de um enfoque interdisciplinar. Na seção seguinte, mesmo tendo-se em vista que os cálculos quantitativos usados para mensurar a qualidade de vida são incompletos, torna-se importante descrever e caracterizar alguns índices, apontando as principais limitações e os principais méritos de cada um. Na terceira seção, intitulada 'A qualidade de vida no meio rural', o conceito de qualidade de vida na agricultura familiar é tratado à luz do conceito do desenvolvimento rural sustentável.

O quarto e último capítulo desta dissertação intitula-se 'Agricultura familiar diversificada: o caso do município de São Pedro do Butiá'. Este capítulo se divide em três seções. As duas primeiras relatam a história sócio-cultural, econômica, ambiental e agrária da agricultura em São Pedro do Butiá, além de relatarem as origens das comunidades que compõem o município e a promoção da qualidade de vida que foi acontecendo concomitantemente com a sua evolução política.

A seção seguinte analisa, respectivamente, as entrevistas concedidas pelos representantes das entidades - EMATER, STR, COOPERBUTIÁ, COTRISA, Prefeitura Municipal (Secretaria da Saúde e da Agricultura), e as entrevistas

concedidas pelas vinte e quatro famílias. Para obter as informações necessárias para o desenvolvimento destas seções, optou-se pelo método de abordagem baseado na dialética marxista e pelo método de levantamento de dados fundamentado no estudo de caso.

Quanto ao método de abordagem, Marx (1983) afirma que a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear suas conexões íntimas. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Para tanto, o método dialético se traduz em um movimento de crítica, de construção do conhecimento novo e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação. É, também, um atributo da realidade, indo além das aparências, encontrando aquilo que não se manifesta imediatamente ao homem (MARX, 1983, p.20). Este método de abordagem foi escolhido por não abarcar somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados (MINAYO, 1999).

Assim, o universo pesquisado são as propriedades rurais familiares de São Pedro do Butiá, distribuídas pelas oito comunidades que compõem o município. Para selecionar as unidades familiares de produção, segue-se o que sugere Gil (1991), ao recomendar que o objeto de estudo, em função de informação prévia, deve ser a melhor expressão da realidade. Desta forma, foram identificadas vinte e quatro unidades familiares de produção através de informante qualificado, vinculado a EMATER do município.

Partindo-se destes pressupostos metodológicos, a coleta de dados nas entidades foi feita com questionário (ANEXO A) contendo perguntas de caráter qualitativo, as quais foram respondidas pelos respectivos responsáveis. O objetivo das perguntas foi levantar informações sobre a existência de incentivos para a agricultura familiar, no que tange à assistência técnica, diversificação de atividades e agregação de renda à produção. Na seqüência, os responsáveis pelas entidades responderam o que para eles é qualidade de vida; a partir dessa resposta, foram

indagados se há o incentivo à promoção da qualidade de vida para as famílias agricultoras de São Pedro do Butiá.

A seleção dos agricultores foi feita tendo como referência o caráter familiar da produção. Desta forma, para ser enquadrado como familiar, necessariamente, a família deveria ser gestora da propriedade e fornecer a maior parte da mão-de-obra necessária à unidade. Ainda, deveria ter até 50ha de terra e praticar a diversificação de atividades. Assim, foram pesquisadas três propriedades rurais familiares em cada uma das oito comunidades do município, totalizando vinte e quatro propriedades. A escolha das propriedades deu-se com o auxílio de informante qualificado, a funcionária extensionista da EMATER, Marlene Anschau.

A coleta de dados junto aos agricultores familiares aconteceu através de entrevista domiciliar, com aplicação de entrevistas contendo perguntas de caráter quantitativo e qualitativo (ANEXO B). Os agricultores foram indagados no intuito de buscar informações referentes à composição do grupo familiar; à utilização de mão-de-obra complementar; posse e uso da terra; sobre quais são suas fontes de renda e, dentre elas, quais se destacam; se praticam a diversificação de atividades e cultivos na propriedade; se existe a prestação de assistência técnica e quem a presta. Ainda, os agricultores foram questionados sobre o que para eles é qualidade de vida e quais os bens de conforto que possuem em suas casas. Houve perguntas relacionadas à participação da família na sociedade e se essa participação era relacionada com qualidade de vida. O destino do lixo doméstico e agrícola foi pesquisado, assim como o acesso à água potável e destino dos efluentes sanitários. Estas perguntas tinham o objetivo de identificar a preocupação ambiental dos agricultores quanto à proteção ao meio ambiente.

Por fim, como forma de conceitualizar a qualidade de vida das famílias agricultoras entrevistadas, de posse das informações levantadas tanto com os representantes das entidades quanto com as vinte e quatro famílias agricultoras rurais, promoveu-se o cruzamento das informações coletadas nas entrevistas, com os dados secundários relacionados ao município de São Pedro do Butiá, fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA



Não é o mais forte da espécie que sobrevive,
nem o mais inteligente;
é o que melhor se adapta à mudança.

Charles Darwin

A presença do campesinato na sociedade capitalista deve ser compreendida como um processo histórico e social, com diferenças em relação aos modos particulares com que o camponês e o capitalista se relacionam com o trabalho, com a terra e com a natureza. Tal fato exige dos novos estudiosos sobre a questão camponesa uma retomada das teorias e dos pontos mais polêmicos com respeito a sua reprodução social, desde a Idade Média e, principalmente, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

1.1 Concepções teóricas do campesinato

Para Marx (1974), o campesinato desapareceria necessariamente, pois o sistema capitalista não comportaria uma classe intermediária, formada pelos camponeses. Através do processo de diferenciação interna, evoluiria, ou para a classe detentora dos meios de produção, ou para a classe que venderia sua mão-de-obra, pois o sistema capitalista não comportaria uma classe intermediária, formada pelos camponeses. Segundo Marx (1974), pelo fato de os camponeses se manterem isolados, sem criar entre eles qualquer tipo de interesse e por não possuírem organização política, não se constituiriam em uma classe. Os camponeses representavam, para Marx (1974),

Uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que de intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um caso constituem um saco de batatas (p.402-403).

A evolução da indústria e a penetração do capital no campo arruinariam o campesinato. Isso aconteceria por meio da perda da renda complementar (indústria doméstica e terra comunal), o que obrigaria o camponês a recorrer para o capital

usurário e, mais tarde, sem dinheiro para cumprir com seus deveres, perderia a terra; e a proletarização seria inevitável (MARX, 2002). Nas palavras do autor,

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural (MARX, 2002, p. 49).

Na concepção de Marx (1956), a economia camponesa é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadoria, M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria) tem como fim a satisfação das necessidades.

O limite da exploração para o camponês não é o lucro médio do capital, quando se trata de um pequeno capitalista, nem tampouco a necessidade de renda, quando se trata de um proprietário de terra. O limite absoluto com o qual tropeça como pequeno capitalista não é senão o salário que a si próprio abona, depois de deduzir o que constitui o custo de produção. Enquanto o preço do produto cobri-lo, cultivará suas terras, reduzindo, não poucas vezes, o seu salário até o limite estritamente físico (MARX, 1956, p.682).

Pontes (2005) analisa esta afirmação de Marx e chama a atenção para os pontos mais importantes, que se relacionam com o fato de o camponês não maximizar nem lucro, nem renda. A autora diz que a lei do valor de Marx não se cumpre para a produção camponesa, pois as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou o preço de produção. Desta forma, parte do trabalho excedente camponês é cedida gratuitamente à sociedade, o que não é visto pelo camponês como uma exploração, pois, enquanto a sua subsistência estiver assegurada, prosseguirá com sua propriedade (PONTES, 2005, p.37).

As economias agrícolas familiares caracterizam-se por certos princípios gerais de funcionamento interno, pois se organizam sobre seus próprios meios de trabalho, onde quem movimenta o processo é o próprio dono dos meios de produção. A economia agrícola desenvolvida nas unidades familiares de produção difere da economia capitalista apresentada por Marx, a qual está assentada na mais-valia, no trabalho assalariado e, assim, numa maior concentração de lucro. Partindo-se desta perspectiva, os estudos acerca do modelo familiar de produção voltaram-se para a análise sobre sua sobrevivência ou não, dentro do sistema capitalista.

Shanin estudou a situação dos camponeses na Rússia, no período compreendido entre 1910 e 1929. Estes estudos abrangeram mais de três quartas partes do número total dos camponeses existentes em toda Rússia. Para Shanin (1972), o pensamento dos políticos russos sobre o campesinato, no início do século XX, era de que, com o crescente avanço econômico, a sociedade se dirigiria para uma crescente divisão de trabalho, para o estabelecimento de relações de mercado, acumulação de capital e diversificação social.

Acreditava-se, também, que estes processos se localizavam nas cidades, mas que inevitavelmente se propagariam para o campo. As explorações camponesas ricas, que tinham uma relação capital x trabalho melhor estruturada, destacar-se-iam diante das explorações camponesas economicamente deficitárias. O resultado desta relação, de acordo com os políticos russos, era de que haveria uma polarização de camponeses ricos, que evoluiriam para a condição de empresários capitalistas. Os agricultores pobres perderiam suas explorações, convertendo-se em assalariados agrícolas, e passariam a trabalhar para agricultores ricos, proprietários de chácaras e para os empresários urbanos. Algumas famílias com características camponesas ainda poderiam ser encontradas nos estratos intermediários, porém, estas também se desagregariam diante do avanço econômico. Assim, uma única forma de exploração e de trabalho se estabeleceria no campo: a capitalista.

Este era o princípio básico em que as políticas voltadas para a agricultura se embasavam, ou seja, no domínio do capital sobre o campo e na sujeição dos camponeses às empresas rurais. Por este motivo, Shanin (1972) denominou de “imagens ideológicas” a posição tomada pelos políticos em relação ao campesinato, já que estas imagens poderiam distorcer a realidade para justificar a aprovação de leis, pois

[...] el campesinato se descompondría en nuevas clases rurales típicas de la sociedad capitalista (agricultores capitalistas, trabajadores assalariados, etc.) l o que desembocaría em uma crescente toma de conciencia, cohesión y tendencia hacia la acción política en apoyo de sus propios intereses (SHANIN, 1972, p. 18).

Porém, esta perspectiva política não se confirmou e, apesar da aparente diferenciação e dos processos de polarização, as aldeias rurais russas seguiram mostrando uma notável coesão política.

Devido ao descontentamento geral com o desenvolvimento econômico da Rússia e o crescimento do movimento camponês contra a exploração feudal, em 1861, Alexandre II assinou o manifesto que libertava os servos camponeses do domínio dos latifundiários. Esse episódio ficou conhecido como a Reforma Camponesa. Formou-se, então, uma estrutura social e política especificamente camponesa, sendo suas maiores expressões as unidades domésticas e comunas. Neste período, cerca de 87% da população Russa era de origem camponesa e tinha contato com o mundo rural.

Mesmo com a emancipação dos servos privados e dos servos do Estado, a propriedade da terra não foi alterada, pois o maior detentor das melhores terras ainda era a nobreza. Os camponeses somente poderiam adquirir um lote, caso os latifundiários estivessem de acordo, além de pagar um resgate. Este imposto era recolhido pelo czar, que entregava toda soma aos grandes proprietários de terras.

Ainda em 1913, a agricultura ocupava mais de dois terços da população ativa, no entanto, explica Shanin (1972), “La pobreza de Rusia era, en gran medida, la pobreza de la Rusia campesina” (1972, p.44). A renda *per capita* nas cidades era duas vezes superior à renda no meio rural. Esta proporção era mais aterradora se excluída a renda produzida pelas grandes propriedades e por um grupo de pequenos prósperos camponeses. Shanin (1972) justifica este fato pela baixa produção nas terras comunitárias - terras exploradas ao seu extremo (fracas), falta de maquinário e de adubação adequada -, o que resultava na baixa produtividade e refletia na qualidade de vida do campesino.

Aliada aos fatos acima citados, a proporção de camponeses analfabetos era de aproximadamente 70%. Ainda, a falta de serviços médicos e saúde pública era outro agravante na vida dos camponeses russos. Isso tudo gerou várias mudanças nas unidades domésticas camponesas, conforme aponta Shanin (1972),

Produciuse un rápido processo de movilidad socioeconômica y una migración massiva. La continua penetración de las relaciones monetarias y de mercado dentro de las aldeas, un sistema educativo nacional en constante aumento, el servicio militar y la migración aldea-ciudad produjeron un impacto creciente de la vida urbana en el medio campesino. A su vez, los inmigrantes formaron enclaves urbanos de trabajadores-campesinos en todas las ciudades rusas[...] (SHANIN, 1972, p.49).

Em meados do século XIX, a sociedade russa apresentava um dualismo: de um lado, existia a Rússia rica da aristocracia, do governo e do império; do outro, estava a Rússia do povo anônimo, pobre, agrícola e desamparada (SHANIN, 1972, p.51). Esta dualidade era aparente não somente levando-se em consideração os tipos distintos de economia, mas também havia diferenças entre a cultura e a consciência política. O que comprova isso, segundo Shanin (1972), é que depois da guerra civil houve o desaparecimento das explorações agrícolas de maior tamanho, voltadas para a economia monetária. Em contrapartida, aconteceu a revitalização das comunas. Agora, porém, a forte economia urbana russa, representada pelas indústrias de Estado, deparava-se com milhares de pequenos proprietários campesinos.

Abramovay (1998) comenta as conclusões de Shanin (1972) sobre o campesinato, que se mostrava numericamente superior, segundo as estatísticas públicas russas. Abramovay (1998, p.42) afirma que Shanin (1972) tentou mostrar que, longe de qualquer sinal de fortalecimento do campesinato, o que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuidores de um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver.

Na perspectiva de Carvalho (2005), Shanin apresentou dois caminhos para o campesinato. O primeiro mostra a dissolução do campesinato por diferenciação social e econômica, produzida pela penetração do capital no campo; e o segundo expressa sua oposição ao capital. Carvalho (2005) chama o primeiro caminho de determinismo econômico, e o segundo de um determinismo biológico, causado por um aumento demográfico do núcleo familiar, o que forçaria a migração das novas gerações de camponeses da zona rural para as cidades ou propriedades rurais maiores, em busca de sustento por meio do trabalho assalariado.

Por sua vez, Kautsky (1986), cujos estudos basearam-se na sociedade alemã, pontuou que o modo de produção capitalista que dominava aquela sociedade no final do século XVIII e início do XIX era o mesmo modo de produção que dominava o mundo. Porém, não era a única forma de produção existente na sociedade, pois as formas capitalistas desenvolvem-se ao lado de outros modos de produção pré-capitalistas, que não somente a classe capitalista e dos proletários, como pontuou Marx. Entre estas duas classes, existem tantas outras sobre as quais Kautsky afirmou:

Classes que em parte, constituem produtos de formas pré-capitalistas da sociedade, em parte são produzidas pelas próprias necessidades do capitalismo, ou pelo menos se desenvolvem à sombra do mesmo. [...] são essas classes que conferem às lutas políticas seu caráter flutuante e cheio de surpresas (KAUTSKY, 1986, p.13).

O camponês era um elemento que integrava uma das referidas classes pré-capitalistas que se desenvolveu pelas próprias necessidades do capital. Esse camponês passou a ser objeto dos estudos de Kautsky desde 1878, quando ainda escrevia sobre o pseudônimo de *Symmachos*, devido ao conteúdo de suas publicações não estar de acordo com os interesses da elite dominante da Alemanha.

Inicialmente, Kautsky (1986) deixou claro que, para analisar a evolução da agricultura, não se deve tomá-la como cópia fiel do desenvolvimento da indústria, como queria a social-democracia alemã. Isso não significa que o desenvolvimento da agricultura se opunha ao desenvolvimento da indústria, mas sim, que os desenvolvimentos eram concomitantes.

Segundo Kautsky (1986), a família camponesa constituía uma organização quase auto-suficiente, pois não somente produzia seus próprios produtos de consumo pessoal, como também construía sua casa e fabricava seus móveis, utensílios domésticos, ferramentas e costurava suas próprias roupas a partir do linho, lã e couro preparados pela própria família. O camponês freqüentava o mercado somente para vender os excedentes de sua produção e comprar produtos indispensáveis, como o sal e o ferro. Mesmo as piores catástrofes ambientais ou a invasão de um exército inimigo não cortavam as fontes vitais de existência dessa

família. Suas criações, as florestas e os mananciais de água contribuía para seu sustento.

O desenvolvimento da indústria e do comércio gerou uma demanda de novos produtos na cidade, demanda que a rústica fabriqueta da família camponesa não foi capaz de produzir. Assim, as ferramentas feitas pelas mãos dos camponeses foram substituídas pelas fabricadas nas indústrias; as túnicas e peles de animais foram substituídas por roupas de pano; os sapatos de palha, pelas botas de couro. Kautsky (1986, p.18) aponta para o serviço militar como o responsável por colocar em contato os filhos dos camponeses e as novas necessidades urbanas, entre elas o consumo do tabaco e das bebidas alcoólicas. Desta forma, iniciou-se a dissolução da tradicional indústria agrícola caseira de subsistência e cresceu a demanda por dinheiro entre os camponeses.

Abramovay (1998) analisa as observações de Kautsky e ressalta que este autor (1986) ofereceu um posicionamento em relação à agricultura e à indústria, indicando que haveria uma industrialização da agricultura. Ainda, Abramovay (1998) salienta que como o pequeno estabelecimento agrícola não conseguiria acompanhar as inovações técnicas, organizacionais e, principalmente, econômicas, a tendência era que somente o grande estabelecimento se integrasse ao mercado, deixando os demais estabelecimentos à margem. Estaria, desta forma, demonstrada a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e, portanto, a inutilidade de se preocupar em frear de qualquer maneira a expropriação camponesa pelo capital (ABRAMOVAY, 1998, p.46-7).

Tanto nas exposições de Shanin (1972), quanto de Kautsky (1986), o trabalhador da pequena propriedade aparece como o indivíduo, que em conjunto com sua família, trabalha diuturnamente, exigindo todo esforço de trabalho possível, inclusive das crianças, consumindo o mínimo necessário. Isso justificaria a permanência e sobrevivência das pequenas explorações familiares no campo. Porém, segundo Abramovay (1998), as explicações dadas por Shanin e Kautsky foram completamente abolidas (1998, p. 47).

Por outro lado, os defensores do campesinato apresentam a sua viabilidade. O governo russo de Lênin defendia a eliminação da propriedade privada, extinguindo o

camponês enquanto produtor individual, em favor da criação de fazendas coletivas geridas pelo Estado. A Escola de Organização da Produção, composta por economistas agrícolas e engenheiros agrônomos, coordenada por Alexandre Chayanov, divergia do governo russo de Lênin, pois acreditava na eficiência das unidades econômicas camponesas na União Soviética.

Os estudos de Chayanov (1981) foram baseados nas informações coletadas pelo governo russo de 1870. Por meio desta análise de dados, a Escola de Organização da Produção concluiu que o campesinato russo não se ajustava às políticas agrícolas implementadas pelo governo marxista-leninista, cujo objetivo era a obtenção de renda, o salário e o lucro. Questionava-se, entretanto, como estes resultados seriam obtidos, visto que estas propriedades não maximizavam nenhum destes elementos. A proposta neo-populista, defendida por Chayanov (1981), era a de transferir a terra para a unidade camponesa privada, onde a viabilidade da agricultura camponesa seria assegurada, por uma forma de auto-coletivização cooperativa.

No entanto, Chayanov (1981) ressalta que, para entender a dinâmica que envolve a produção familiar camponesa, é necessário que se faça uma análise microeconômica interna, abstraindo as tendências do comércio inter-regional e internacional que envolve a atividade produtiva. Não é por meio do estudo do papel desempenhado pelo campesinato na divisão do trabalho que se explica o comportamento camponês, mas como este camponês se insere socialmente, por meio de seu comportamento. Cada unidade familiar possui uma dinâmica demográfica própria – ainda que de forma subjetiva –, que se dá em função do balanço entre o volume de trabalho e consumo necessário ao sustento desta unidade familiar (WANDERLEY, 1989).

A mão-de-obra não é remunerada, já que é exercida pelos membros integrantes do grupo familiar; cada um trabalha de acordo com sua capacidade, havendo recursos complementares que são a terra e o capital, usados de acordo com as necessidades. Os rendimentos obtidos podem servir tanto para o consumo familiar quanto para a aquisição de mercadorias ou, ainda, para a poupança familiar.

Nesse caso, os rendimentos somente serão canalizados para uma herança familiar quando as necessidades elementares da família estejam asseguradas.

O orçamento é sempre contabilizado de acordo com os bens necessários à sobrevivência do grupo, tanto no que diz respeito a alimento e vestuário, como no que diz respeito a bens de uso da unidade produtiva. Os gastos econômicos eram aqueles necessários à reprodução e renovação dos meios que garantiriam a produção ao longo do ano. Qualquer gasto fora disto estaria voltado à necessidade que o camponês tivesse em melhorar o bem-estar familiar.

Em 1913, Chayanov desenvolveu os “cálculos econômicos”, os quais explicitam as regras do processo produtivo camponês, que é baseado no movimento de expansão interna da família e em sua “renda familiar indivisível” (CHAYANOV, 1981). Este autor analisou os baixos rendimentos atingidos pelos camponeses produtores de linho na União Soviética, e chamou esta análise de “lei dos rendimentos decrescentes”. Assim, Chayanov evoluiu para uma sistematização teórica explicativa da ação e dos traços econômicos do campesinato.

Essa sistematização teórica engloba a auto-exploração no campesinato. A auto-exploração é produzida na medida em que a intensidade do trabalho camponês é determinada pela razão entre os seus esforços e a satisfação das necessidades, e não pela comparação em relação às outras classes da sociedade. Isso não quer dizer que o camponês seja um sujeito isolado socialmente, que não tenha relações com o mercado ou que seja avesso ao progresso técnico.

Com sua teoria, Chayanov (1981) não descarta a importância do capital no interior dos pequenos estabelecimentos agrícolas, desde que sua entrada seja feita de forma vertical e não horizontal. Ou seja, a partir do momento em que a pequena produção passa a ser fornecedora de mercadorias, cada estabelecimento fará parte da lei geral de organização econômica mundial e, portanto, estará exposto às consequências deste fato. Na forma horizontal de penetração do capital no estabelecimento, forças externas passariam a regular o planejamento do trabalho agrícola. Já na forma vertical, também haveria entrada de capital no estabelecimento, porém, isso aconteceria de forma cooperativa. Neste caso, o

controle dos empreendimentos necessários ao desenvolvimento agrícola continuaria sob domínio dos pequenos proprietários.

Tepicht (1973) compartilha das mesmas idéias de Chayanov, porém, acrescenta que, independente de ser no sistema capitalista ou socialista, a produção familiar camponesa cumpre a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços mais acessíveis do que os fornecidos pelas empresas. E isso se explica pelo fato de que o camponês, para manter-se em atividade, não cobra taxa de lucro, cobra somente a renda necessária para a reprodução da própria família (*apud* ABRAMOVAY, 1998; PICOLOTTO, 2006).

Os componentes da família dividem seus esforços físicos entre ocupações básicas e atividades complementares, utilizam o que Tepicht (1973) chamou de “forças marginais ou não-transferíveis”, o que os leva a trabalharem muito além do ponto considerado normal, formalizando uma auto-exploração.

Pontes (2005) compara os pressupostos de Marx e de Chayanov sobre o campesinato. O autor escreve que:

Para Chayanov, o camponês avalia subjetivamente o grau de intensidade de seu trabalho, a partir da quantidade de bens no qual este se traduz. Para Marx, o limite era o salário, para Chayanov é a superexploração da força de trabalho. Marx opera do ponto de vista do sistema econômico e Chayanov a partir de uma perspectiva micro. Para Marx, o fundamental são as transações entre o campesinato como classe e o sistema econômico global; Chayanov estabelece, por seu turno, um corte entre este nível e a dotação de recursos no âmbito das explorações camponesas. (PONTES, 2005, 37-38)

Em todos os países onde o mercado organiza as trocas, independente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, a produção agrícola de alimentos e de fibras é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares (LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1998; JEAN, 1994). Porém, o processo contínuo de industrialização do campo, engendrado pelo avanço capitalista, resulta em transformações nas relações de produção na agricultura, redefinindo a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, 1986).

Mendras (1978) trata a família camponesa como um agente, pois, do ponto de vista econômico, ela vive em uma terra que é sua, o que não quer dizer que ela tenha sempre sua plena propriedade, porém, dispõe do direito de explorá-la. Assim, a família baseia-se num sistema de autoconsumo, com correspondência entre o sistema agrário e o sistema alimentar, e o equilíbrio entre esses dois sistemas é dado de acordo com a necessidade.

É o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas. Ou seja, “o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo, e não de fora deste” (OLIVEIRA, 1986, p.11). O camponês deve ser visto como um trabalhador criado pelo capitalismo, e entendido como classe social. Camponês que, mesmo expulso de sua propriedade, volta para a terra, ainda que para isso tenha que procurar outras regiões – ou países, abandonando sua terra natal. Mendras (1978) descreve a família camponesa como inserida numa economia mais ampla, que a subjuga e contra a qual ela se protege e, ao mesmo tempo, tenta utilizá-la em seu proveito.

Para que a reprodução do capital aconteça, salienta Oliveira (1986), ela não deve ser entendida como resultado de relações estritamente capitalistas (assalariados e capitalistas), mas sim, composta pelo capital produzido e pelos trabalhadores despojados de seus meios de produção. Assim, o capital subordina antigas relações de produção, o que se torna necessário para a sua completa reprodução, resultando tanto no campesinato quanto na propriedade capitalista da terra. Por este motivo, Oliveira (1986) adjetiva o desenvolvimento capitalista como sendo contraditório.

Este processo contraditório de desenvolvimento acontece sujeitando a renda da terra ao capital, o que justifica a subordinação da produção camponesa. Em outras palavras, a pequena produção camponesa é sustentada pelo capital, e o objetivo deste processo é a expropriação da renda da terra, onde existe a sujeição do campesinato, sem que esse trabalhador tenha que sair de sua terra. Há expropriação da renda da terra; no entanto, não há a expropriação dos seus instrumentos de produção. Por esse motivo, não existe uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de

expansão do capital na indústria, em função da qual esse conceito foi formulado (OLIVEIRA, 1986, p.13; ETGES, 1991).

A sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio (OLIVEIRA, 1986, p.68). Por essa razão, quando um camponês entrega a sua produção a um valor menor do que o equivalente à remuneração do trabalho de sua família e do meio de produção que lhe pertence, não é a sua força de trabalho que está sendo diretamente explorada, e sim a renda da terra, pois esta está contida em toda a produção que o camponês entrega para o mercado (SABU, 2006, p. 81).

O desenvolvimento contraditório do capitalismo desencadeou no campo um dualismo entre a terra de negócios e a terra de trabalho. Tanto a primeira quanto a segunda são regidas por princípios opostos, já que no primeiro caso prevalece o critério D – M – D (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro) e, no segundo, M – D – M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). O primeiro caso é representado pela propriedade privada capitalista, onde o investimento na agricultura é realizado para a produção de mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido (lucro). No segundo caso, trata-se da propriedade camponesa, onde a produção de mercadorias preconiza a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas no interior da unidade, mas que são indispensáveis para a reprodução da família (MARTINS, 1979; OLIVEIRA, 1986; ETGES, 1991).

Os laços comunitários locais e os vínculos de natureza personalizada e caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social explicam as particularidades do campesinato (ABRAMOVAY, 1998). Wanderley (1989) também faz referência à vida comunitária ao conceituar agricultura camponesa. Esta autora afirma que a agricultura camponesa é a cultura de sobrevivência praticada através das gerações. Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor recorre ao passado na busca do saber empírico, transmissível aos filhos, para justificar as decisões referentes à alocação de recursos, trabalho e consumo. Assim, o campesinato representa uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspirada nas regras de parentesco, de herança e de comunidade (WANDERLEY, 1989; ABRAMOVAY, 1998).

A economia camponesa tem sua própria racionalidade, que não é a economia industrial e nem a mercantil e, como tal, não pode ser explicada por esses mecanismos. A massa camponesa, por seus movimentos e por sua importância política, é agente histórico e protagonista de seu desenvolvimento, assim como, em alguns casos, de seu retrocesso. Durante toda a história, a sociedade camponesa manteve a maioria de suas características, que Mendras (1978, p. 49) chamou de um “modelo camponês de economia, de sociedade e de civilização”.

1.2 De camponeses a agricultores familiares

Para Lamarche (1993, p.15), a exploração familiar corresponde a uma “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” Ressalta, entretanto, que toda a exploração camponesa é familiar, mas nem toda a exploração familiar é camponesa. Assim, Lamarche (1993) define a exploração camponesa como um conceito de análise, baseado nos critérios de Chayanov: há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois seu custo objetivo não é quantificável e os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Nem toda exploração familiar é camponesa, pois não pode ser compreendida com base em um único modelo – modelo original, que segundo Lamarche (1993) deriva dos camponeses franceses.

Assim, o termo exploração familiar recobre situações extremamente variadas e diferentes, como é o caso dos exploradores familiares cuja finalidade essencial é a de reprodução familiar (modelo familiar); sobrevivência da família (modelo subsistência), em último caso, ainda, as explorações familiares cujo objetivo assenta-se sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho máximo (empreendimentos agrícolas) (LAMARCHE, 1993, p.18).

Lamarche (1993) classifica as explorações familiares como sendo formações sociais heterogêneas, pois se diferenciam umas das outras por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Para o autor, toda exploração

familiar se define em um modelo de funcionamento e em uma classe social, os quais constituem os seus elementos essenciais de análise.

A exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio, pois adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive (LAMARCHE, 1993, p.22-3).

A reflexão de Lamarche (1993) sobre a exploração familiar diz respeito ao fato de que esta se organiza em torno de um eixo, o qual definirá a sua maior ou menor integração ao mercado global. Por isso, o peso das decisões é influenciado por duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e outra, a atração por um futuro materializado pelos novos projetos. Nessa perspectiva, Lamarche (1993) explica o porquê de certos tipos de explorações familiares terem prosperado ou desaparecido. As explorações familiares que prosperaram foram aquelas que melhor se adaptaram a exigências tanto das instabilidades climáticas quanto das mudanças socioculturais determinadas pela economia de mercado.

Na visão de Mendras (1978), é indispensável o equilíbrio entre as atividades agrícolas e o criatório de animais, por meio dos quais haveria uma máxima diversidade de produtos e o fornecimento de uma segurança contra as intempéries e quebras de colheita. Assim, o autor afirma que a agricultura praticada pela família camponesa tradicional é uma forma de agricultura familiar.

A família camponesa que existia sob o feudalismo deu lugar às novas formas de sociedade e relações entre trabalho e produção. Porém, longe de extinguir todo e qualquer modo de produção não-capitalista, essa transição gerou no campo as condições necessárias para a reprodução de um conjunto de outras formas de produção, resultando numa massa de camponeses proprietários individuais. Assim,

O capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar, nas suas múltiplas formas, com agricultores familiares proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo utilizam tal processo para produzir o capital (OLIVEIRA, 2002, p. 284).

No contexto deste estudo, será utilizado o conceito de agricultura familiar segundo o GIPAF – Grupo de Interesses em Pesquisa para a Agricultura Familiar. GIPAF é um grupo de estudos coordenado pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária) Meio Ambiente, o qual promove o intercâmbio entre os mais diversos profissionais interessados em temas científicos sobre a agricultura familiar. De acordo com esse grupo, não existe uma unanimidade sobre o conceito de agricultura familiar, na medida em que se apresenta como categoria de análise, já que engloba desde o campesinato tradicional até a pequena produção familiar modernizada (GIPAF, 1999).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado, na sua maior parte, pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção às vezes é a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal renda (mais de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar (FAO/INCRA, 1996).

A diversificação do sistema de produção é uma característica marcante da agricultura familiar, que adota essa estratégia para diminuir os riscos de perdas totais, racionalizando o uso da mão-de-obra e tirando o máximo de proveito da interação entre diversas culturas e criações.

Para Veiga (1996), a agricultura familiar apresenta-se como sendo versátil, pois trabalho e gestão estão intimamente relacionados; a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários; há ênfase na diversificação de culturas e atividades; ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida e as tomadas de decisões são feitas *in loco*, condicionadas pela especificidade do processo produtivo (VEIGA, 1996, p.400).

Desta forma, a agricultura familiar não é uma categoria social recente, tampouco uma nova classe analítica em nossa sociedade. Para entendê-la, deve-se tomá-la como um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações

específicas e particulares, entre elas, o campesinato. No contexto brasileiro, além de considerar o desenvolvimento desta agricultura em uma sociedade moderna - que, portanto, expandiu-se baseada no campesinato e no capitalismo – faz-se imperativa a análise dos resquícios do escravagismo e do colonialismo, os quais lançaram as bases da agricultura brasileira.

O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA



[...]O verdadeiro agricultor, no sentido que estou dando a esta palavra, é aquele para quem a terra possuída é o centro único de suas atenções; e não com vistas apenas a um momento de sua vida, ou mesmo de sua vida toda; mas visando também à série interminável de sucessores que virão depois dele. [...]

Caio Prado Junior (1969)

2.1 A Organização da agricultura no Brasil

A agricultura brasileira se desenvolveu baseando-se em determinados contextos históricos relacionados às transformações ocorridas na sociedade. Essas transformações sempre estiveram ligadas aos ciclos econômicos; e a agricultura familiar foi se desenvolvendo, baseada na multiplicidade e na fragmentação de situações e dos processos sociais que ocorreram no campo. Para Lamarche (1993, p.179),

A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, instaurada sob três grandes características históricas, que são: a grande propriedade, a escravatura e a monocultura de exportação.

Entre 1500 e 1822, as terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa, que as doava ou cedia em grandes lotes – as capitanias hereditárias – para as pessoas que dispunham de recursos para explorá-los, utilizando, sob coação, força de trabalho indígena e escrava. Como forma de melhor administrar as terras, surgiram as sesmarias, e com elas as grandes propriedades e as monoculturas de produtos agrícolas tropicais para abastecer o mercado europeu (ANDRADE, 2002). Desta forma, os portugueses desenvolveram no litoral brasileiro – inicialmente no nordeste e depois no centro-oeste – a agricultura canavieira; posteriormente, o fumo, o café, o arroz, o algodão, etc., todos produtos muito valorizados no Velho Mundo. A mão-de-obra escrava sempre foi o principal modo de produção do Brasil colonial. Com ela, os senhores da terra lograram êxito nas culturas tropicais, e também na exploração aurífera, no fim do século XVII.

Entre 1822, ano da independência política, e 1850, vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas. Ao longo desse período, a terra não tinha valor de troca, possuía apenas valor de uso para quem quisesse cultivar e vender sua produção. A possibilidade legal de livre obtenção da posse da terra não significou, porém, proliferação das pequenas e médias propriedades.

Ao lado da produção considerada nobre, em terrenos menos férteis localizavam-se as pequenas produções, cultivadas pelos foreiros e meeiros, as

quais eram destinadas ao autoconsumo. Os produtos excedentes originados nessas propriedades (mandioca, fumo, milho, inhame, cará, etc.) eram comercializados nas incipientes aglomerações locais e regionais, fato que fez Lamarche (1993) atribuir à história do campesinato brasileiro um caráter de integração regional bastante acentuado.

Em contrapartida, esses pequenos agricultores submeteram-se à obrigatoriedade de prestar diversos serviços aos fazendeiros, proprietários das terras, configurando uma força de trabalho reserva que poderia ser acionada quando se fizesse necessária à grande lavoura (ANDRADE, 2002,).² O prestígio entre os senhores das terras era mensurado pela quantidade de acres que possuíam, e pelo número de braços que poderiam dispor a qualquer época do ano, para qualquer fim. Deste modo, Furtado (1980) assegura que:

O roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social, sendo seu subalterno (FURTADO, 1980, p. 121).

A relação existente entre os donos das terras (coronéis, fazendeiros, doutores, etc.) e o trabalhador (parias, plebe rural, matutos, caipiras, caboclos, agregados, agricultores etc.) era de “mandonismo e subserviência”, o que acentuava a relação de dependência econômica, cultural e política (VIANA, 1987). A inexistência de autonomia fez com que os trabalhadores não tivessem direitos, e sim recebessem dádivas. Assim, a perpetuação dessa dependência se fundamentava em dois pilares: o poder latifundiário e a pobreza dos pequenos agricultores que viviam às suas expensas (LEAL, 1997).

² Os pequenos lavradores, assim chamados por Caio Prado Junior em seu livro *Evolução Política do Brasil (1933)*, encontraram muitos obstáculos para se desenvolver na economia colonial. O fato de as pequenas propriedades estarem ligadas às grandes explorações fez com que esses lavradores, desprovidos de recursos materiais e financeiros, não conseguissem competir com os fazendeiros. Além disso, Prado Junior salientou que, quando o pequeno lavrador não sucumbiu pela força, cedeu diante da legislação opressiva contra ele dirigida. Foi o que aconteceu com a proibição do plantio de algodão e do fabrico de aguardente, sob o pretexto de que com essas atividades haveria um desvio de esforços dos pequenos lavradores para com a propriedade dos fazendeiros (PRADO JUNIOR, 1969, p.21).

No século XVIII e meados do século XIX, a força de trabalho escrava foi a principal mão-de-obra no país, e o Brasil era um dos únicos países do mundo ocidental em que essa força de trabalho ainda dominava. Com a ampliação da área povoada e a diversificação das atividades econômicas, a grande propriedade passou a exigir um trabalho de melhor qualidade, e a mão-de-obra escrava começou a ser substituída. Outros fatores contribuíram para esse acontecimento, como o fato de os escravos não se adaptarem à pesada labuta na grande lavoura, o que causou um alto índice de mortalidade e incentivou a fuga para o interior das florestas. Quilombos foram formados e as insurreições passaram a acontecer com freqüência.

Assim, diante da ineficiência da mão-de-obra e diminuição da população escrava, as autoridades proibiram o tráfico negreiro e, mais tarde, aboliram a escravatura. A promulgação da Lei Áurea (1888) não objetivou emancipar os escravos e integrá-los à sociedade, mas sim, livrar-se o mais rápido possível dos inconvenientes da escravidão. Szmrecsányi (1990) ressalta que, logo após a abolição,

A ordem foi reestabelecida e os antigos escravos foram, mais do que depressa, abandonados à sua própria sorte. Alguns deles continuaram a trabalhar na enxada, num estilo de vida que não se diferenciava muito do anterior; muitos migraram para os centros urbanos, povoando as favelas e macambos; enquanto que outros se limitavam a mudar de área rural (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 38).

O rápido crescimento econômico europeu, resultado da revolução tecnológica acontecida no século XIX, acabou desagregando o sistema pré-capitalista até então vigente, o que redundou no crescimento da oferta de mão-de-obra, aumentando o índice de desemprego e piorando as condições de vida da classe trabalhadora européia (FURTADO, 1980). Enquanto isso, no Brasil, os fazendeiros necessitavam substituir a mão-de-obra dominante, o que foi resolvido com o excedente populacional da Europa, ou seja, a emigração. Szmrecsányi (1990) ressalta a recomendação dos fazendeiros ao governo imperial quanto à imigração, os quais insistiam que “os imigrantes deveriam ter braços fortes, mas principalmente, ser uma mão-de-obra dócil e barata” (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 44).

Em 1824 aportava no Brasil a primeira leva de imigrantes alemães e suíços, os quais foram encaminhados para o oeste paulista. As despesas deste primeiro magote foram financiadas parte pelo império, parte pelo senador Nicolau Vergueiro. Na prática, Furtado (1980) esclarece que os custos reais da imigração corriam por conta do próprio imigrante. A viagem era financiada pelo governo, que adiantava os recursos necessários ao fazendeiro, que repassava para o colono, o qual hipotecava seu futuro e de sua família para ressarcir o fazendeiro, detentor de todas as vantagens. Além disso, o colono era obrigado a assinar um contrato, se comprometendo em não abandonar a fazenda antes de ter quitado todo o seu débito.

No Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus chegaram no século XIX, e se instalaram na região das florestas, ao longo das margens dos rios. A região dos pampas, parte sul do Estado, já era ocupada pelas grandes propriedades no começo do século XVIII. Essas grandes fazendas, as charqueadas, foram um dos recantos brasileiros onde a ação dos fazendeiros sobre os escravos foi a mais violenta, cruel e desumana. A colonização do Rio Grande do Sul e a evolução da história da agricultura familiar serão explicitadas na segunda parte deste capítulo.

No centro do país, os fazendeiros, até então habituados a lidar com escravos, não tinham pelos trabalhadores livres consideração diferente. Estabeleceu-se, assim, a relação de colonato entre os imigrantes e fazendeiros capitalistas. Ao colono - e sua família - cabia o dever de cuidar do cafezal. Ao capitalista, o pagamento fixo por tal serviço, um pagamento proporcional à quantidade colhida de café, e fornecimento de terra suficiente para o colono prover o sustento (OLIVEIRA, 1986). No entanto, esse pagamento era calculado pelo próprio fazendeiro, que espoliava seus trabalhadores, diminuindo os valores referentes à quantidade de café colhida na propriedade. Não obstante, os donos das terras não contavam com os protestos promovidos pelos colonos, os quais ecoaram na Europa, fazendo com que alguns países proibissem o fluxo migratório de trabalhadores para o Brasil.

Com o aumento da produtividade de café, surgiu a necessidade de aumentar a mão-de-obra imigrante, porém agora, para evitar transtornos posteriores, as despesas com o transporte dos colonos ficaram a cargo do governo provincial

(1871), e logo depois imperial (1873). Aos fazendeiros, coube assumir os gastos do primeiro ano dos trabalhadores, bem como, a responsabilidade de prover terras para a exploração de uma agricultura de subsistência (SZMERECSANYI, 1990; BRANDENBURG, 1998).

O governo provincial impediu o livre acesso à propriedade da terra por meio da criação da Lei de Terras, em 1850, mesmo ano em que começou a proibição do tráfico negreiro. Com a Lei de Terras, todas as terras devolutas tornaram-se propriedade do Estado, e somente este poderia vendê-las. No entanto, Martins (1997) e Szmrecsányi (1990) compartilham a idéia de que o objetivo primordial da Lei de Terras foi criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” (ex-escravos, trabalhadores imigrantes e trabalhadores livres nacionais) que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. Esta lei foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social que beneficiava exclusivamente os que detinham terra, logo, poder.

Com a Lei de Terras, a sua posse passou a ser reserva de valor, ou seja, podia ser incorporada ao patrimônio pessoal e vendida. Virou também símbolo de poder, acentuando a concentração fundiária no país. Dessa forma, a agricultura brasileira caracterizou-se por grandes propriedades monocultoras destinadas à exportação. A Lei de Terras foi a primeira oportunidade de fazer com que o acesso à terra sucedesse igualmente para todos, mas o que ocorreu foi justamente o contrário. Martins (1997) esclarece que:

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra (p. 12).

O desenvolvimento da agricultura no Brasil ocorreu de forma quantitativa, não havendo aperfeiçoamento técnico, a maior preocupação estava em utilizar ao máximo o que a natureza proporcionava, ou, como descreveu Brandenburg (1998, p.

75), “todos tinham como propósito buscar a riqueza que resultava muito mais da ousadia do que do trabalho”. Aliado aos fatos de as terras estarem perdendo sua produtividade e as oscilações de oferta e demanda dos produtos de exportação brasileira no mercado internacional enfrentarem longos períodos de queda nos preços, o malogro de muitos fazendeiros estava traçado.

No início do século XIX, relatos de viajantes estrangeiros testemunharam a existência de uma grande quantidade de pessoas brancas ociosas nas áreas açucareiras. Pessoas que, sendo livres, não almejavam desenvolver trabalhos antes feitos por escravos. Nas grandes propriedades, o antigo ‘senhor da terra’ tratava de ocupar as partes ainda férteis de sua fazenda, passando a permitir que outros trabalhadores desenvolvessem suas atividades no restante da fazenda, desde que efetuassem um pagamento anual em dinheiro ou trabalho. Essa relação entre trabalhadores e donos das terras foi chamada de cambão, que deu origem, na década de 1951 a 1960, ao movimento das Ligas Camponesas³.

Não obstante, existia a categoria dos moradores das fazendas, que trabalhavam para o patrão por um baixo salário, durante três ou quatro dias por semana, o que lhes dava o direito de cultivar produtos para subsistência (ANDRADE, 1978). No entanto, para Carvalho (2005), era muito mais vantajoso para os fazendeiros apropriarem-se da renda capitalizada da terra, do que manter assalariados. “Por essa razão, os proprietários de terra capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas” (CARVALHO, 2005, p.24).

Para Andrade (1978), esse período da história agrária brasileira se caracteriza por um modo de produção de transição entre o escravista e o capitalista. Porém,

³ As primeiras Ligas Camponesas surgiram no Brasil, em 1945, logo após a redemocratização do país depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém-legalizado *Partido Comunista Brasileiro* – PCB. O objetivo principal era a luta pela reforma agrária e a posse da terra. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país. Em janeiro de 1955, as Ligas deixaram de ser organizações e passaram a ser um movimento agrário, que contagiou um grande contingente de trabalhadores rurais e também urbanos (AZEVEDO, 1982).

Prado Junior (1969) entende que, neste período, já estava em vigor o modo de produção capitalista, pois a maioria das trocas já era feita com o trabalho, que era, então, transformado em dinheiro.

Na metade do século XIX, a produção dos equipamentos e instrumentos necessários ao trabalho permaneceu internalizada nas fazendas de café. Mesmo assim, um setor independente dos senhores do café começava a se formar na sociedade brasileira. Separam-se pequenos produtores de alimentos e rústicas indústrias rurais para o abastecimento de cidades e vilas; desenvolve-se a produção de algodão voltada para a indústria têxtil – que figura como grande indústria já em 1880; criam-se atividades manufatureiras de bens de consumo duráveis e não-duráveis.

Em meio à desestruturação econômica gerada pela crise de 1929, na década seguinte aconteceu o processo de modernização e a industrialização da agricultura brasileira. Esta modernização/industrialização conservadora – fruto da Revolução de 30 – e o ajustamento da agricultura às necessidades urbanas foram apontados por Couto (2003) como sendo dois fatores fundamentais para a expansão do capital no campo brasileiro. Neste mesmo período, tem início o incentivo à pesquisa agrícola, com a criação da primeira escola de agronomia do Brasil, em Cruz das Almas, Bahia. Mas o principal marco desta época foi a criação, em 1938, do CNPEA (Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica).

Com a inserção do Brasil no capitalismo monopolista, acontece a exploração e expropriação dos camponeses, causando um agravamento dos conflitos no campo brasileiro. O Estado era o principal mediador das mudanças ocorridas na agricultura e o responsável por amuniciar condições de produção, ou favorecer o seu aumento. Com isso, o país contrai uma dívida, e para liquidá-la precisa exportar produtos primários, sujeitando-se aos preços internacionalmente determinados. Para esse tipo de produtos (soja, fumo, suínos, etc.), os preços são baixos e, ainda, estão permanentemente em declínio. Desta forma, o país se vê obrigado a aumentar a produção agrícola para tentar quitar seu déficit, e dá-se início ao círculo vicioso. O Brasil toma mais dinheiro emprestado, o que aumenta mais a sua dívida e o obriga a aumentar o volume de suas exportações (OLIVEIRA, 1991).

Oliveira (1991) explica as diferentes estratégias criadas pelo capital para o aumento das exportações. Uma delas é a fusão da figura do capitalista, do proprietário da terra e do capitalista da agricultura. Este ator controla as terras e a unidade industrial. Determina o quê, como, em que ritmo e em que qualidade e quantidade deve-se produzir. O outro subterfúgio é quando o capital industrial, o dono da terra e o trabalhador são pessoas diferentes. Ainda assim, o primeiro determina ao dono da terra o quê e como deve ser produzido. Os exemplos mais conhecidos são os produtores de leite, frango, suínos e aves, geralmente originados em pequenas propriedades rurais. A estes estratagemas, Oliveira (1991) chamou de territorialização do capital monopolista na agricultura, por meio da apropriação da renda da terra.

A partir da década de 1950 começa a ser desenhado o atual modelo de desenvolvimento brasileiro. De um lado, a descontinuidade no padrão de acumulação capitalista, de outro, a continuidade, pois o modelo de desenvolvimento não perdeu os traços estrutural-históricos da formação sócio-espacial do país. Desta forma, "manteve-se intacta a questão fundiária, preservando-se os interesses do setor agroexportador, cujos dividendos agora eram compartilhados para os investimentos básicos em infra-estrutura" (GONÇALVES, 2002, p.318).

Durante o governo do presidente Vargas⁴ houve o desenvolvimento da indústria de bens de consumo imediato (alimentos, têxteis, bebidas...) e da indústria de base (siderúrgica), porém, faltava ao Brasil uma indústria de bens intermediários (máquinas, implementos agrícolas...) capaz de garantir a rentabilidade e competitividade do mercado brasileiro. A abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro acabou sendo um dos motivos que resultou na deposição do presidente.

Com Juscelino Kubitschek (JK) um novo padrão de acumulação capitalista se instaura no Brasil, voltada para o fortalecimento do setor militar e para a construção de indústrias de máquinas e implementos agrícolas, assim como, para o uso de

⁴ Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937), quando Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso Nacional e Estado Novo (1937-1945), quando foi eleito por voto direto.

agrotóxicos e fertilizantes agrícolas (RAMOS, 2001). Mais uma vez, reinou o poder da velha oligarquia latifundiária, que se adapta com facilidade às novas circunstâncias, permanecendo intocada a estrutura agrária (GONÇALVES, 2002, p. 319).

Sob o pretexto desenvolvimentista de fazer o país crescer '50 anos em 5', JK criou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1956-1960). Este foi tomado como primeira fase da extensão rural no Brasil. O PND tinha como base preparar a agricultura para dar suporte ao crescimento do moderno complexo agroindustrial que se montava na época. Enfatizava-se neste plano a necessária articulação entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural, como base da política de modernização da agricultura nacional que resultaria da difusão de insumos modernos e da mecanização do setor (BIANCHINI, 2000).

Neste contexto, foram criadas as primeiras Associações de Crédito e Extensão Rural, que tinham como objetivo fazer uma ponte entre a pesquisa e os agricultores. Assim, surgiu a Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural (ABCAR), com o apoio de entidades como a Fundação Rockefeller. A ABCAR foi a responsável pelo suporte fornecido às instituições estaduais de mesmo fim, que surgiram em todos os estados. No Rio Grande do Sul, esta associação ficou conhecida como Associação de Crédito e Extensão Rural (ACARs). Até meados da década de 1980, os recursos do Ministério da Agricultura transferidos através da ABCAR significavam os maiores valores dos orçamentos das instituições estaduais, o que chegou a alcançar 70% do total.

A natureza da política desenvolvimentista e seu componente modernizador da agricultura definiam um modelo tecnológico que demarcava um estrato de produtores que seriam beneficiados com assistência técnica e crédito. Com isso, houve ínfimas possibilidades de manejo nas propriedades locais e de atenção para a agricultura familiar.

O presidente João Goulart tentou modificar o padrão de acumulação capitalista. Ele, que fora ministro do trabalho de Vargas, vinha propondo a realização de reformas de base no país: uma lei mais restrita sobre a remessa de dinheiro ao

exterior, a reforma urbana e a reforma agrária. As elites dominantes, aliadas ao capital internacional, vendo seus anseios contrariados, deram suporte para o governo militar.

O clima de insatisfação reinava no meio rural brasileiro, e o temor de uma revolução camponesa alastrava-se entre o governo e a elite conservadora. Afinal, a implantação da reforma agrária em vários países da América Latina (México e Bolívia, por exemplo) fomentou o desejo camponês de que a mesma política fosse implantada no Brasil. Porém, o movimento das lutas camponesas no Brasil surgiu ainda em 1950, com a criação das Ligas Camponesas, de sindicatos rurais, e com a atuação da igreja católica e do Partido Comunista Brasileiro. Em 1960, o movimento em prol de uma maior justiça social no campo generalizou-se no meio rural, assumindo grandes proporções, o que culminou com a promulgação do Estatuto da Terra.

As metas estabelecidas pelo Estatuto eram a de promover uma reforma agrária e incentivar o desenvolvimento da agricultura. Quatro décadas depois, pode-se constatar que a primeira meta ficou no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.

Na prática, a criação do Estatuto da Terra foi um refúgio para o controle dos movimentos sociais, e as poucas desapropriações ocorriam somente para atenuar o problema. Não obstante, os governos militares desenvolveram a política de colonização no Centro-Oeste e Norte do país. Nesse sentido, Fernandes (1996) explica que,

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a *modernização* [grifo do autor] da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política (p. 39).

Durante os períodos da ditadura militar (1964-1984), da redemocratização (1985-1993) e dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve a condução de políticas e a formulação de leis que abarcaram a questão agrária, as quais acabaram agravando ainda mais a situação dos agricultores familiares, o que aprofundou e manteve o caráter político sob o qual o Brasil foi estruturado, ou seja, o caráter rentista da propriedade da terra (RAMOS FILHO, 2005). Martins (1988) explica essa permanência de estrutura baseada na propriedade da terra, dizendo que ela sujeita relações sociais, sustenta relações políticas e econômicas, edifica estruturas de poder e dominação, interferindo na participação democrática de diferentes classes sociais, principalmente a classe trabalhadora.

O atual edifício político da sociedade brasileira ruiria se esse alicerce fosse tocado, modificado ou destruído: desapareceria uma das dificuldades para o progresso político das populações do campo. A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira (MARTINS, 1988, p. 67).

A partir de 1970, começa a segunda fase da extensão rural no Brasil, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); em 1974, a ABCAR foi substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Nos estados, o órgão de assistência passa a ser chamado de EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Aconteceu a mudança nas entidades de pesquisa, porém o objetivo continuou o mesmo, que era o de beneficiar uma parte restrita de agricultores, ou seja, aqueles que exploravam comercialmente suas propriedades. Os agricultores familiares passaram a ser atendidos por Programas de Baixa Renda, de cunho assistencialista (BIANCHINI, 2000; ROSSETO, BIANCHINI, MARTINS, 2004).

As orientações e as políticas de modernização do desenvolvimento agrícola foram impostas em sentido descendente, sem a consulta e participação dos maiores interessados, os agricultores. Aos poucos, as Ematers foram se transformando em empresas estaduais, ocupando totalmente os espaços das ACARs e perdendo os benefícios de empresa filantrópica que estas detinham. A partir do início dos anos 1980, os estados já eram responsáveis por boa parte do orçamento das Ematers (BIANCHI, 2000).

Com a crise do modelo desenvolvimentista no início dos anos 1980, com a redução dos recursos e a estatização das instituições, a EMBRATER começa a perder seu sentido. A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) da iniciativa privada se fortalece, e inicia-se o processo de fomento do sistema cooperativo e das agroindústrias.

O processo de redemocratização do país foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos sociais – Movimento dos Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Igreja Católica –, que passaram a exigir um projeto de reforma agrária. Deste modo, em outubro de 1985, o presidente José Sarney assinou o decreto nº 91.766, aprovando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Diante da iminência de alteração da questão da propriedade da terra, os latifundiários se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR), a qual tinha/tem os objetivos de arrecadar fundos e formar *lobbies* no congresso nacional (Bancada Ruralista), com o intuito de dificultar a implementação de leis que possibilitassem/possibilitem a reforma agrária no Brasil.

Mais uma vez, o governo optou por manter a base que o sustentava e não implementou o PNRA. Na Constituição de 1988, foi promulgado o desejo das forças conservadoras, representadas pela UDR, e a Bancada Ruralista conseguiu aprovar uma lei segundo a qual a propriedade produtiva permanecia intocável. No entanto, não se atribuiu um conceito para definir propriedade produtiva, ficando isto a cargo de Leis Complementares, ou seja, a implementação do PNRA ficou comprometida.⁵

Segundo Ramos Filho (2005), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso houve uma tentativa de despolitização da luta camponesa, embasada em três dimensões distintas, porém, interligadas: a legal, a midiabilidade e a político-científico-ideológica. Na dimensão legal, através de medidas provisórias, o governo instituiu a exclusão dos nomes dos trabalhadores que invadiram terras ou que

⁵ Ao fim do período 1985-1989, das 1.400.000 (Um milhão e quatrocentas mil) famílias e 43.000.000 ha (Quarenta e três milhões de hectares) previstos para serem reformados no PNRA, somente 10,55% e 6,42% respectivamente foram de fato realizados (RAMOS FILHO, 2005).

apoiaram tal ação de desobediência civil do cadastro da reforma agrária, assim como proibiu a realização de vistorias, por um período de dois anos, em propriedades rurais que sofreram tal processo. Com base em informações, muitas vezes manipuladas, tentou-se confundir a opinião pública sobre a reforma agrária, por meio da influência governamental sobre a midiabilidade. E, por último, com forte influência da concepção de desenvolvimento⁶ existente em instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, o governo FHC dispôs de uma rede de cientistas que deu suporte teórico e ideológico a projetos concebidos para o desenvolvimento no campo brasileiro.

Esse foi o cenário apresentado a partir da metade do século XX, com a introdução da revolução verde e o novo conceito de desenvolvimento rural. Tais processos baseavam-se nas últimas inovações tecnológicas, ou seja, inovações mecânicas (arados, colheitadeiras, tratores, pulverizadores, etc.), químicas (fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas e corretivos para o solo) e biológicas (biotecnologia e genética), tudo visando à alta produtividade, voltada para o mercado externo (RAMOS, 2001; ETGES, 2001).

Em 1994, devido à grande pressão exercida pelos agricultores familiares por meio do I Grito da Terra Brasil, foi criado o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). No mesmo ano, a FAO (*Food and Agriculture Organization*) lançou o documento denominado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável”, que pregava o fortalecimento da agricultura familiar. Foi a primeira vez na história da política agrícola brasileira que a definição do público beneficiário aproximou-se das reivindicações dos movimentos sociais. Porém, o real resultado beneficiou um pequeno número de agricultores.

Fruto de nova ação dos agricultores familiares, por meio do II Grito da Terra, o governo FHC criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que veio a substituir o PROVAP. Os critérios para se enquadrar no programa foram estipulados pelo Conselho Monetário Nacional e, segundo Bianchini (2000), foram os seguintes:

⁶ Conceito de desenvolvimento baseado única e exclusivamente no crescimento econômico.

[...]agricultores (proprietários, arrendatário, parceiros e ocupantes) com menos de 4 módulos fiscais; utilização de trabalho direto familiar; empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza da atividade sazonal o exigir; não utilizar serviços de empregados permanentes; no mínimo de 80% da renda familiar deveria ser originário da exploração agropecuária; e residência na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (BIANCHINI, 2000, p.15).

Nos anos seguintes, os benefícios para a agricultura familiar continuaram sendo conquistados pelos movimentos sociais, principalmente por meio do Grito da Terra. Assim, os agricultores conseguiram baixar a taxa de juros do PRONAF, criar novas linhas de crédito, como foi o caso do PRONAF Agroindústria e Agregar (Projeto de Agregação de Renda na Agricultura Familiar), e o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), que passou a ser obrigatório para se obter crédito de custeio em regiões suscetíveis a eventos climáticos.

Porém, ainda se fazem sentir os efeitos danosos da modernização conservadora, que transformou o campo brasileiro no quarto maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o que favoreceu o desequilíbrio hidrológico, alterando o regime de cheias e os fenômenos da desertificação e arenização dos solos⁷ (GONÇALVES, 2002; SUERTEGARAY, 1997).

Essa agricultura, proposta pela revolução verde, tornou possível a agricultura em áreas de cerrados e campos, com as culturas de trigo, soja e milho. Com a difusão da irrigação, tornou-se possível o cultivo da uva no Vale do São Francisco. O cerrado – que até 2001 era o segundo bioma brasileiro em extensão territorial – tem sido alvo do desmatamento, alterando o nível hidrológico de uma das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras: a bacia do rio São Francisco.

⁷ Suertegaray (1997) aponta para a diferença existente entre desertificação e arenização. Desertificação é tomada como a escassez de organismos vivos, principalmente de vegetais, com declínio da atividade biológica e avanço do processo de mineralização do solo, além do agravamento da ação erosiva e invasão maciça de areia. A ação antrópica poderia ser o principal causador. Já o processo de arenização é tomado, pela mesma autora, como um retrabalhamento de depósitos arenosos frágeis pouco ou não consolidados, que acarreta uma dificuldade de fixação da cobertura vegetal, devido à intensa mobilidade de sedimentos pela ação das águas e dos ventos. Consequentemente, arenização está relacionada ao clima úmido, ao contrário do que ocorre com o processo de desertificação, que está relacionado aos climas áridos e semi-áridos.

Diante da constatação da ineficácia do modelo de agricultura imposto, foi criado, em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porém, já em 1990, os órgãos de pesquisa e assistência técnica reconheceram a crise de seus modelos de pesquisa, baseados nos preceitos da Revolução Verde. Assim, primeiramente, assumiu-se que a pesquisa começa e termina na sociedade, com a consulta popular e apoio técnico especializado. Esta nova visão baseia-se no desenvolvimento sustentável, na agroecologia, interdisciplinaridade, segurança alimentar, justiça social e diversidade biológica (BIANCHINI, 2000).

Gliessman (2000) reitera que o sucesso da agricultura moderna esteve baseado no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construída. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos da produtividade também minaram sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também, criaram a dependência de recursos não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira dos agricultores, os quais estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável, a responsabilidade de produzir alimentos. Esta agricultura moderna é insustentável – ela não conseguirá produzir alimento suficiente para a população em longo prazo, pois deteriora as condições que a tornaram possível.

2.2 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul

Segundo Kliemann (1986), até o século XVIII, a política de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul (RS) caracterizava-se por critérios de ordem exclusivamente militar que privilegiavam a defesa do território contra invasões estrangeiras. Intenta-se, com isso, assegurar para Portugal o domínio da Bacia do Prata. Enquanto isso, nos outros estados brasileiros já estavam assentadas as “células mater” do povoamento.

O desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul esteve diretamente ligado a sua formação fisiográfica e aos processos de povoamento. Bernardes (1997) ressalta que qualquer viajante que adentrasse o estado poderia traçar um limite linear entre a paisagem e os grandes contrastes da ocupação humana.

Subindo, por exemplo, a “Encosta da Serra”, seja de Santo Antônio ou de Taquara a São Francisco de Paula, seja de Venâncio Aires a Barros Cassal e Soledade, a mudança se faz sempre segundo a mesma ordem de fatores. Desfila, a princípio, uma paisagem variada: os vales profundos e as encostas íngremes, por diversas vezes desdobradas em patamares, apresentam aqui e ali restos de mata primitiva, entremeando capoeiras e numerosas culturas de diferentes tipos; a freqüência das pequenas habitações esparsas, pelo fundo dos vales ou pelas encostas, junto às trilhas e caminhos vicinais, e o grande número de aglomerados rurais e urbanos atestam a existência de uma população densa, vivendo à base de pequenos estabelecimentos agrícolas. Galga-se a borda do Planalto imediatamente alguns quilômetros após, tudo muda: as habitações escasseiam na paisagem monótona das coxilhas, em que ondeia a vegetação rasteira de gramíneas; algumas reses agrupadas junto às extensas cercar de arame e um ou outro cavaleiro que surge à beira da estrada, ou à distância no horizonte, indicam que é outra modalidade de ocupação (BERNARDES, 1997, p.41).

As áreas de campo, que se localizam na parte sul do estado, por apresentarem boas e fáceis condições para a criação de gado, foram as primeiras a serem ocupadas pelos colonizadores portugueses e espanhóis. Nessas áreas delimitaram-se as grandes propriedades, os latifúndios. Assim, por volta de 1822, as áreas de campo do RS já se encontravam completamente apropriadas pelos criadores de gado luso-brasileiros (BAVARESCO, 1999; BERNARDES, 1997; KLIEMANN, 1986). Em princípio, a função básica destas estâncias era fornecer gado *vacum* e montarias para a região de Minas Gerais, onde o período da mineração encontrava-se no seu auge.

Deste modo, a primeira fase de ocupação do Rio Grande do Sul resulta de uma organização sócio-econômica baseada nas estâncias pecuaristas, nas fortalezas, em freguesias e pequenos vilarejos isolados. De acordo com as posses do fazendeiro, este poderia ou não importar produtos alimentícios e manufaturados. Outros, por sua vez, produziam para a subsistência o minimamente necessário. Assim, Bernardes (1997) lembra que a história do Rio Grande do Sul passa, primeiramente, por um ciclo da pecuária, para, mais tarde, entrar no ciclo das lavouras. Nota-se que o surgimento do segundo ciclo não impediu o desenvolvimento e a expansão do primeiro, pois ambos foram coexistentes. Sendo assim, apresentam-se como processos justapostos.

A pequena propriedade esteve praticamente ausente neste período de ocupação do estado. Somente em 1748 chegaram os primeiros colonos açorianos

no estado, na tentativa de reproduzir as pequenas propriedades encontradas na Europa. Essas famílias foram localizadas em núcleos diversos ao longo do litoral (Rio Grande e Osório) e depressão central (Viamão, Taquari, Porto Alegre e Rio Pardo). No entanto, as terras que os colonos receberam se mostraram arenosas e, portanto, inadequadas à agricultura da época, o que foi apontado como sendo a principal causa do malogro de alguns destes colonos⁸. Outros acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio, com a criação de fazendas agrícolas tritículas.

Ainda, até a metade do século XIX, as numerosas cidades e povoações que se originaram no RS situavam-se em campo aberto ou na borda da mata. Esta, por sua vez, era explorada somente para a retirada da erva-mate, que já compunha a bebida indispensável para os tropeiros.

Com o objetivo de contrapor o latifúndio escravocrata que havia se formado no estado – principalmente em Rio Grande e em Pelotas – o governo inseriu novas correntes povoadoras, e em 1824 foi fundada a colônia de São Leopoldo, o primeiro núcleo da colonização germânica no RS. Com essa iniciativa, o governo propôs-se a dar para cada chefe de família uma área de 77,44 hectares, onde deveria ser desenvolvida a pequena propriedade.

Havia outros motivos que fomentavam o governo brasileiro a incentivar a imigração para o sul do Brasil. Um deles foi garantir a soberania e assegurar a posse efetiva das terras meridionais, e na eventualidade de uma guerra, dispor de soldados e abastecimento para as tropas. Ainda, o governo procurava evitar a concentração de terras, e essas áreas destinadas à colonização deveriam ser efetivamente exploradas: o colono moraria no seu lote, trabalhando pessoalmente e com a ajuda de sua família. Por estas razões é que os colonos imigrantes foram apontados por Bernardes (1997) como agregadores das funções de desbravador, agricultor e soldado.

⁸ Para Bernardes (1997), as demais causas do insucesso desta primeira leva de imigrantes foram: a falta de planejamento por parte do governo, que trouxe os imigrantes até o Brasil e abandonou-os; a instabilidade causada pelas freqüentes lutas pela posse do território, aliados à dificuldade de adaptação ao meio e às péssimas condições econômicas em que se encontravam.

Tão logo a colônia de São Leopoldo prosperou, o povoamento foi se afastando da margem do rio dos Sinos, progredindo para os primeiros patamares da Encosta, embrenhando-se na mata e nela abrindo clareiras, onde, sem capital para a aquisição de implementos agrícolas e animais, adotaram o sistema caboclo de fazer roças entre os troncos e as cinzas das derrubadas. Entrementes, os grandes proprietários do campo encontraram um destino lucrativo para parte de suas sesmarias inproveitadas cobertas por mata, e assim fracionaram-nas em pequenos lotes e venderam-nas para os filhos dos colonos que necessitavam de terras.

As colônias de Santa Cruz (1849), de Santo Ângelo (1857) e a colônia de Nova Petrópolis (1858) foram usadas pelo governo da província como colônias desbravadoras, onde os imigrantes foram utilizados como elementos capazes de assegurar a comunicação até os campos do planalto, através da remoção de trechos de matas da Encosta. Bernardes (1997, p. 74) explica que

O governo deu ao colono a tarefa de fazer recuar a mata virgem. [...] mas o que sucedeu com os imigrantes europeus é que eles se fizeram herdeiros da tradição luso-brasileira de que a agricultura só seria proveitosa na mata, onde o solo humoso compensava o trabalho da sementeira.

Sabe-se que a agricultura nos campos exige um mínimo de capital que os imigrantes estavam longe de possuir. Não podiam adquirir animais, para utilizarem-se dos seus excrementos na adubação de suas terras, como faziam na agricultura praticada na Europa, onde a criação de gado estabulado estava associada à agricultura. Desta forma, os agricultores dependiam do sistema de rotação de terras, para continuarem obtendo uma produção que os sustentasse.

O geógrafo alemão Leo Waibel, em suas incursões pelo Brasil entre 1946 e 1950, criticou o método de uso da terra aplicado nas pequenas propriedades familiares, pelos imigrantes europeus. O autor, em seu livro *Capítulos de geografia tropical no Brasil (1979)*, descreve as fases do desenvolvimento da agricultura ocorridas na parte austral do país, e aponta o *sistema de rotação de terras* usado pelos imigrantes – a primeira fase do desenvolvimento – como sendo o mais primitivo, pois consistia na abertura de clareiras na floresta para efetivar o plantio.

Quando as terras esgotavam sua fertilidade, abria-se nova clareira e iniciava-se novamente a semeadura.

Quando as condições técnicas e econômicas dos colonos melhoram, resultado do incremento da área cultivada, dá-se a segunda fase do desenvolvimento agrícola meridional, chamada de *sistemas de rotação de terras melhoradas*. Nos cruzamentos das estradas desenvolvem-se pequenos centros comerciais, onde se localizavam os moinhos, lugares onde o colono levava seus produtos para serem processados, a exemplo do milho que se transformava em farinha de milho, utilizada na fabricação da polenta, alimento típico italiano. Introduzem-se os cultivos comerciais, as produções voltadas para o mercado consumidor de alimentos (arroz, trigo, batata, etc.), além dos criatórios de suínos e gado. O trabalho braçal é substituído, em parte, pela tração animal e o uso do arado. Porém, com esse sistema de pousio, o esgotamento das terras é iminente, devido ao fato de que, com o casamento dos filhos, a propriedade que já era pequena é dividida, e esta nova propriedade (porém, mesma terra) passa a sustentar uma nova família, sendo exigida em sua máxima produtividade (WAIBEL, 1979).

Nas análises de Waibel (1979), a *rotação de culturas combinada com a criação de gado* constitui-se na fase final do desenvolvimento agrícola meridional brasileiro. Esse sistema consiste na aplicação da rotação de culturas em terras aradas e adubadas, resultado da otimização do trabalho na propriedade, onde o colono avulta a sua criação de gado, com a introdução de bovinos de raça holandesa. Assim, aumenta-se a adubação, logo, a fertilização de suas terras, assim como, o colono passa a incrementar a sua dieta, com todos os derivados do leite. Mais cultivares são plantadas, a exemplo das forrageiras (alfafa, feijão de porco, pasto elefante, etc.), que são utilizadas para o trato dos animais. Devido à grande variedade de culturas, há necessidade de estabelecer um sistema de rotação, alternando culturas de cereais com leguminosas, a fim de suprir a necessidade do solo por nitrogênio.

A qualidade de vida do produtor melhora, pois, segundo Waibel (1979), as casas passam a ser de alvenaria e um contato maior é estabelecido com o restante do mundo, por meio de jornais, revistas, rádios, livros. Os filhos dos produtores são incentivados a estudar em escolas técnicas, para, mais tarde, tomarem conta das

propriedades familiares, ou, ainda, se tornarem um membro que preste assistência técnica aos produtores.

Desta feita, as áreas destinadas à colonização foram as cobertas por mata, localizadas ao norte do estado. Esta formação florestal apresenta-se sob duas formas distintas: as florestas tropicais exclusivamente formadas por árvores de folhas laminares (mata latifoliada); e a mata de araucária, composta por florestas onde se encontra o pinheiro de folhas aciculares. A colonização alemã preferiu as terras de mata latifoliada às de mata de araucária, pois segundo os colonos, “a terra é mais escura e mais produtiva, ainda que mais pedregosa e de clima mais quente” (BERNARDES, 1997). As matas de araucária, localizadas a uma altitude entre 600 e 850m, foram ocupadas posteriormente pelos imigrantes italianos.

A partir de 1874, como mais uma iniciativa de difundir a pequena propriedade de trabalho livre no Brasil, o governo imperial criou uma série de colônias no sul do país, destinadas a serem povoadas pelos italianos. No RS, as primeiras colônias deste plano foram as de Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel. Nos dezesseis anos seguintes, o estado recebeu um número volumoso de peninsulares, o que acelerou o ritmo de povoamento na região da mata de araucária, com a criação das colônias de Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1889) e Guaporé (1892).

Com o advento da constituição republicana em 1889, as terras devolutas passaram para o domínio do estado, ao qual caberia a função de colonização, por concessões a particulares ou de forma direta, toda parte setentrional e oriente do estado que ainda se encontravam desabitadas.

A partir de 1890, aportavam no estado levas de imigrantes tanto alemães quanto italianos, mas também, poloneses, russos e suecos. O principal fator responsável por parte do povoamento para o norte/oeste foi a construção da ferrovia que, em seu projeto inicial, deveria fazer a ligação do estado com São Paulo. Estações ferroviárias foram instaladas em Santa Maria, Passo Fundo e Cruz Alta. Desencadeia-se um acelerado povoamento da região do Alto Uruguai, e ao sul desta ferrovia, entre Passo Fundo, Carazinho e Soledade.

Com o alto índice de crescimento demográfico da região designada como “colônia antiga”, formada pelos primeiros municípios colonizados do estado – São Leopoldo –, instaurou-se uma intensa migração interna, e a expansão para a fronteira agrícola acabou por concluir a ocupação de todas as terras do RS.

Assim, a estreita relação entre o tipo de povoamento e a distribuição fisiográfica - apontada por Bernardes (1997), se manifesta explicitamente por meio do nítido contraste entre a região de campos – localizada na parte meridional - e a região das matas, localizada na parte setentrional do estado.

O limite para a expansão das grandes propriedades pecuaristas foi a borda da região da mata, que permaneceu intocada por vários anos. Com a chegada dos imigrantes alemães, os mesmos permaneceram na região da mata latifoliada, tendo como divisa a região da mata das araucárias. Nessa região, os colonos italianos implantaram seu domínio, tendo na área ao norte a fímbria dos campos de Cima da Serra. Estes limites fisiográficos foram os responsáveis pelo êxito da imigração no sul, aliados ao fato de que um dos objetivos da imigração no RS foi a disseminação da pequena propriedade, enquanto que em São Paulo, ela visou suprir a demanda de mão-de-obra nas grandes lavouras cafeeiras, colocando em confronto os interesses dos grandes proprietários e dos colonos, que queriam terra para plantar (VALVERDE, 1985).

Estabeleceu-se no estado gaúcho uma dualidade entre os grandes proprietários de terra luso-brasileiros, localizados na parte austral, assim como houve a disseminação da pequena propriedade familiar, na parte boreal do estado, onde os imigrantes tiveram vital importância (alemães, italianos, etc.).⁹ Brose (1999) aponta para outro tipo de dualidade, a econômica. Enquanto no norte aconteceu o desenvolvimento econômico e social dos municípios, houve a estagnação da metade sul. O autor ainda apresenta alguns dados: “a metade sul em 1890 detinha

⁹ Há de se frisar que o contrário também aconteceu. Existiram imigrantes que se tornaram grandes proprietários de terras, criadores de bovinos, assim como, nas áreas de colonização, não foram raros os casos de luso-brasileiros que se estabeleceram em lotes, tornando-se pequenos lavradores (BERNARDES, 1997).

metade da população gaúcha, sofreu um forte processo migratório e em 1991 detinha apenas um quarto da população do estado” (BROSE, 1999, p.23).

Analisando-se a estrutura agrária apresentada no Rio Grande do Sul, percebe-se a nítida diferença entre as áreas de propriedades de zonas caracteristicamente agrícolas e as zonas destinadas inicialmente a criações de bovinos. Nota-se que a parte meridional do estado, conhecida também por região da campanha gaúcha, apresenta um maior número de municípios com percentual (entre 60 e 90%) de propriedades com área maior que 500 ha. São exemplos os municípios de São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento, entre outros. Nessa região, as principais atividades agropecuárias desenvolvidas são o criatório de bovinos, eqüinos e ovinos, assim como o plantio, em larga escala, da cultura do arroz. A relação social de trabalho predominante é a assalariada, e a densidade populacional é baixa e rarefeita (ALVES, SILVEIRA, FERREIRA, 2007).

Bernardes (1997) faz referência às grandes propriedades da seguinte forma:

Na vastidão daqueles campos, o espaço não se avalia em função dos habitantes que pode conter e sustentar. Não se diz, como na zona agrícola: tantos hectares podem sustentar uma família de tantas pessoas. As áreas são referidas, antes de mais nada, tendo em vista sua possível lotação de cabeças de gado bovino, ovino ou eqüino (p.84).

Markus Brose (1999, p. 23) chamou este fenômeno de ‘abandono das coxilhas’; porém, o êxodo rural não se restringia aos peões e trabalhadores rurais. A deserção aconteceu também por parte daqueles que deveriam mostrar mais amor e afeto à terra, ou seja, donos de granjas e os detentores de latifúndios.

A paisagem da campanha reflete a quase ausência de homens. Para alcançar os objetivos econômicos propostos, uma estância não pode conter muitos empregados, apenas duas ou três pessoas. Assim, o excedente vegetativo da população é expulso e vai inchar os arredores das cidades, causando graves problemas sociais.

Nas zonas características de mata, ocupadas pelos imigrantes europeus, a partir da pequena propriedade (de até 50ha), desenvolveu-se uma agricultura de

subsistência, que foi também chamada de agricultura colonial. Assim, as áreas de colonização ao norte do estado começaram a diferenciar-se, pois produziam o que a grande propriedade não se ocupava em produzir. Nesta região, ao contrário da região da campanha, a vitalidade social é considerável, o que se expressa na diversificação da produção agrícola, assim como na produção industrial.

Com o advento da modernização da agricultura, a primeira cultura beneficiada foi o arroz, cultivado na região sul-sudeste do estado. Porém, foi o incentivo governamental à produção tritícola que dinamizou um processo de mecanização mais acentuado. No entanto, com a crise do trigo que se abateu sobre o estado, causada pela importação do produto dos Estados Unidos (EUA) e pela insuficiência do tradicional sistema de produção praticado na agricultura familiar, nos anos 1950 e 60, o governo estadual incentivou a criação das cooperativas tritícolas. Brose (1999) cita ainda a substituição do principal ramo de produção das zonas de colonização recente (Alto Uruguai e Missões), a suinocultura, que produzia banha, a qual foi substituída pela soja e pelo óleo vegetal. Este período marca o empobrecimento dos agricultores familiares, o que desencadeou o processo da ‘marcha para o oeste’, ou seja, a migração para o oeste catarinense e paranaense, que se seguiu pelo Mato Grosso e chegou a Rondônia. De lá, muitos migrantes direcionaram-se para o oeste baiano e, atualmente, famílias gaúchas encontram-se no sul do Piauí, destruindo o maior bioma brasileiro, o cerrado.

A agricultura modernizada da monocultura da soja veio substituir o chamado modo colonial de exploração da terra. Essa expansão se concentrou principalmente nas propriedades que praticavam a agricultura familiar da região Colonial Noroeste, Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio.

Diante de toda a evolução histórico-econômico-cultural da formação da agricultura no Rio Grande do Sul, Frantz e Neto (2005) esquematizam uma classificação que foi chamada de sistemas agrários¹⁰, apontando para os dois

¹⁰ O estudo sobre sistemas agrários começou a ser desenvolvido a partir de 1960, pela Cátedra de “Agricultura Comparada e Desenvolvimento” do Instituto Nacional Agrônomo, na cidade de Grignon, Paris (INA-PG). No Rio Grande do Sul, este mesmo estudo foi encomendado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, com o objetivo principal de definir linhas estratégicas para o desenvolvimento da agricultura. Ainda, este estudo foi financiado pelo Banco Mundial e executado

primeiros grandes sistemas que primeiramente coexistiram no estado: o das matas e o dos campos.

Um sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular, o que faz com que este sistema não seja um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado, cuja finalidade é tornar inteligível a complexidade existente em torno da agricultura.

Assim, um sistema agrário é determinado a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas, os quais podem ser agrupados em dois conjuntos: o agroecossistema e o sistema social produtivo (FRANTZ, NETO, 2005).

O agroecossistema, ou ecossistema cultivado, corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Ainda, corresponde às modificações impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade nele instalada obtenha produtos de seu interesse, sendo um ecossistema historicamente constituído por meio de sua exploração e renovação por uma sociedade (NETO, BASSO, 2005, p.18).

O sistema social produtivo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção nelas praticados (relação de produção, de propriedade e de troca com os demais agentes que atuam na agropecuária). Este sistema social produtivo está condicionado ao processo de acumulação e ao acesso à terra, sendo influenciado também pela origem da mão-de-obra e do capital nele empregados (NETO, BASSO, 2005, p.19).

Neto (2005) explica que para efetivar a delimitação das regiões – baseadas nos sistemas agrários – foram utilizados indicativos que permitiram identificar a predominância das categorias sociais nos municípios constituintes de cada região, com base em dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indicativos da presença das categorias sociais e a forma como foram utilizados são apresentados levando-se em consideração dados sobre a estrutura fundiária, número de empregados permanentes, quantidade de arroz vendido, quantidade de soja vendida, número de maquinário e condições fisiográficas.

O Rio Grande do Sul é dividido em nove sistemas agrários, sendo eles: campanha, serra do Sudeste, depressão central, litoral norte, litoral sul, colônias velhas, campos de Cima da Serra, colônias novas e planalto. A região das Missões¹¹ está inserida em dois sistemas agrários distintos – sistema agrário do Planalto e sistema agrário das Colônias Novas -, do qual São Pedro do Butiá é município integrante.

Waibel (1979) já destacava a região das Missões como sendo uma zona intermediária, por apresentar tanto características da zona de mata, quanto da zona de campos. Da mesma forma, teve tipos de povoamento distintos. Na porção sul da região das Missões, que faz parte do sistema agrário de campos, a ocupação foi feita, basicamente, por estancieiros. Já na parte norte, ocorreu a colonização, que se iniciou no Estado por volta de 1748, mas que na região das Missões somente ocorreu em 1849, como já foi mencionado anteriormente.

Assim como no restante do Estado, na Região das Missões houve duas frentes de colonização distintas: uma promovida de forma oficial – governamental – e outra que ocorreu de forma particular.

O objetivo da colonização oficial, promovida pelo governo, foi vender os lotes instintivamente a quem procurasse a região, imigrantes ou agricultores que se

¹¹ Os municípios integrantes da Região das Missões são: Garruchos, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, São Nicolau, Pirapó, Porto Xavier, São Paulo das Missões, Roque Gonzales, Dezesseis de Novembro, São Luiz Gonzaga, Rolador, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, Ubiretama, Guarani das Missões, Mato Queimado, Caibaté, São Miguel das Missões, Vitória das Missões, Eugênio de Castro, Entre-Ijuís, Santo Ângelo, Sete de Setembro e Giruá.

deslocavam das áreas coloniais mais antigas, estabelecendo povoamentos de etnias mistas. O principal exemplo é Santo Ângelo (1857), que na época abarcava os atuais municípios de São Luiz Gonzaga, Giruá, Vitória das Missões, entre outros.

Já a colonização promovida pelas colonizadoras particulares (*Katholischer Bauernverein Von Rio Grande do Sul*, WAIBEL, 1979) teve como objetivo originar áreas homogêneas, de uma só etnia, ou que predominasse fortemente uma etnia. Como exemplos têm-se a colonização feita pelos migrantes alemães em Cerro Azul – atual território que vai do município de Cerro Largo a Porto Xavier, - assim como a colonização que aconteceu no município de Guarani das Missões, feita por colonos poloneses.

Onde a colonização foi feita eminentemente por imigrantes europeus, desenvolveu-se principalmente a agricultura familiar. Já onde a ocupação se deu de forma mista – incluindo os luso-brasileiros, houve uma predileção pelas grandes criações de gado, como é o caso de São Luiz Gonzaga, Bossoroca e São Nicolau, o que fomentou também o surgimento de dois sistemas agrários distintos, na mesma região: o sistema agrário do planalto e o sistema agrário das colônias novas.

O sistema agrário do Planalto abrange cinco municípios do território – São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Garruchos e Bossoroca – localizados na parte sul da região das Missões. Caracterizam-se por localizarem-se na faixa do planalto basáltico com seu relevo ondulado, solos profundos e pobres em nutrientes, onde se cultiva a lavoura de grãos (soja) em maior escala, ao lado de campos sobre os quais se desenvolve uma pecuária extensiva de baixos rendimentos, o que atesta a presença hegemônica de granjeiros e estancieiros, estrutura fundiária concentrada, maior número de empregados permanentes nas propriedades rurais e maior grau de mecanização (NETO; FRANTZ, 2001). Assim, formaram-se propriedades que variam de 50ha a mais de 200ha, com predominância da cultura da soja – de baixa produtividade (MDA, 2005).

O sistema agrário das Colônias Novas, localizado ao norte da região das Missões, abrange vinte municípios: São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, Roque Gonzales, Pirapó, Porto Xavier, São Paulo das Missões,

Dezesseis de Novembro, Rolador, Ubiretama, Guarani das Missões, Mato Queimado, Caibaté, Sete de Setembro, Giruá, Santo Ângelo, Vitória das Missões, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro e São Miguel das Missões. Este sistema apresenta características de relevo ondulado, com a predominância da agricultura familiar (policultura e diversificação de atividades), portanto, menor concentração da terra. Ainda, apresenta pequena presença de empregados permanentes nas propriedades rurais e menor grau de mecanização do que no sistema agrário do Planalto (NETO; FRANTZ, 2001).

É importante ressaltar a má distribuição de terras compreendida na região, já que os índices divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são explícitos: são 26.802 estabelecimentos rurais dos quais 17.357 (67,76%) possuem até 20ha, onde se desenvolve a agricultura familiar, ocupando apenas 12,7% do território. Ao passo que os 32,24% dos estabelecimentos restantes são de propriedades com áreas que vão de 50 a mais de 200 ha, e ocupam 87,3% do território.

2.3 Agricultura familiar no desenvolvimento regional

Os termos desenvolvimento agrícola, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local baseado na agricultura familiar e similares são utilizados com pouco cuidado na linguagem popular. Seus reais significados expressam idéias diferenciadas, porém, não excludentes. O desenvolvimento agrícola, na visão de Brose (1999), pode ser entendido como aquele desenvolvimento voltado para o enfoque tradicional, ou seja, voltado para o aumento da produção e da produtividade agrícola. O conceito de desenvolvimento rural é mais abrangente, pois inclui, além dos aspectos econômicos, também fatores sociais, políticos e, ainda, elementos não agrícolas ligados ao turismo rural.

Por desenvolvimento local entende-se aquela forma de desenvolvimento que, em muitos casos, abrange pequenas cidades que, mesmo constituindo espaços urbanos, estão ligadas ao meio rural, dele dependendo e a ele fornecendo todos os tipos de serviços.

Veiga (2000) analisa a conceituação de desenvolvimento, o qual não deve traduzir a falsa esperança de que um país semiperiférico como o Brasil possa entrar no grupo de países considerados de primeiro mundo, com a generalização dos padrões de consumo daqueles países. Então, para que acontecesse o desenvolvimento brasileiro seriam necessárias políticas públicas voltadas para a distribuição de renda e erradicação da pobreza, pois o potencial de desenvolvimento do país depende do crescimento econômico, sem aumentar as desigualdades sociais. Assim, a condição básica para a consolidação da democracia e das estratégias de desenvolvimento real e sustentado são a redução das desigualdades sociais e a preservação ambiental.

Porém, para que este conceito de desenvolvimento defendido por Veiga (2000) possa ser aplicado, é necessária, segundo Gehlen (2004), a superação do pensamento dominante a partir da Revolução de 1930, isto é, a crença de que o progresso ou desenvolvimento rural significa substituir o selvagem (fauna e flora) e o nativo (indígenas e caboclos) pelo culturalizado e pela política de mercado. Nesse mesmo pensamento cultuaram-se os produtos importados/exportados e houve a desqualificação do nacional, com profundos reflexos nos preços dos produtos agrícolas e o não reconhecimento da cidadania plena do agricultor.

Entre 1950 e 80, a economia brasileira cresceu contínua e lentamente, quadruplicando o PIB *per capita* em trinta anos. Nas décadas seguintes, o PIB não apresentou um maior crescimento, porém ainda manteve-se nos mesmos patamares dos anos anteriores, o que comprovou, mais uma vez, que o crescimento econômico não é o suficiente para acabar com a má distribuição de renda no Brasil.

Assim, o conceito de desenvolvimento implica muito mais que crescimento econômico com, por exemplo, acesso a oportunidades de formação e especialização profissional, acesso ao lazer e vida comunitária, direito a um ambiente o menos degradado possível, acesso a moradia digna, etc. Desenvolvimento representa o acesso a oportunidades de crescimento e realização pessoal; *inclui* a melhoria de renda como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano, mas não tem nela o *principal* elemento (BROSE, 1999; SACHS, 2002; VEIGA, 2005).

O INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária – em conjunto com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – em um estudo intitulado *Desenvolvimento empresarial nos assentamentos* (1995) pontuou que desenvolvimento local representa uma estratégia que deve assegurar para o território em questão uma melhoria nas condições sócio-econômicas tanto em curto quanto em médio e longo prazos. Este desenvolvimento pauta-se nos recursos endógenos deste território, com um total aproveitamento das potencialidades, oportunidades e capacidades locais – mesmo que, inicialmente, baseado em recursos externos -, com a participação de todos os atores sociais, econômicos, públicos e privados. Nesta perspectiva, o desenvolvimento local e o desenvolvimento endógeno seriam grandes aliados na busca da sustentabilidade.

O desenvolvimento endógeno começou a ser difundido quando houve a diminuição da intervenção do Estado na economia, assim como a privatização de serviços de caráter público e a diminuição do papel das políticas redistributivas, industriais e regionais. Coube ao Estado somente propiciar condições para que os fatores de acumulação do capital funcionassem adequadamente.

A partir de 1980, ocorreu uma profunda modificação na política econômica, sendo que os atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando o crescimento das economias locais e regionais, como resposta das comunidades aos desafios impostos pela desindustrialização e pelo aumento do desemprego.

As comunidades sentiram a necessidade de reestruturar seus sistemas produtivos, para enfrentar as transformações do mercado. Isso foi feito mediante a introdução de mudanças organizacionais, tecnológicas, produtivas e comerciais capazes de torná-las mais competitivas. Frente à passividade das administrações centrais, os atores locais buscaram incentivar e controlar os processos de ajuste, o que deu lugar à política de desenvolvimento econômico local.

O desenvolvimento regional endógeno pode ser entendido como:

Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado

na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p.37).

Para Barquero (2002), as características condicionantes para o desenvolvimento endógeno consistem em ativar os fatores determinantes dos processos de acumulação do capital, a partir da difusão de inovações no sistema produtivo, da organização flexível da produção, desenvolvimento urbano do território, flexibilidade e complexidade institucional com o fortalecimento das instituições.

Para Hegel (1980), o desenvolvimento somente seria tido como tal se acontecesse de forma endógena. Este autor ainda caracteriza o desenvolvimento endógeno como o que se realiza a partir de decisões dos agentes locais e cujos frutos são apropriados pelos mesmos. Assim, o desenvolvimento é alcançado somente com a construção do indivíduo e quando a evolução não está ligada a fatores externos, e sim é feita com autonomia, com liberdade. Diante do exposto, Hegel (1980) enfatiza a dissociação entre os elementos que poderiam influenciar negativamente a promoção do desenvolvimento puro, do desenvolvimento endógeno.

Para Brose (1999), o início do desenvolvimento endógeno pode ser fomentado pelo desenvolvimento no meio rural. O primeiro elemento necessário é o redirecionamento da assistência técnica e extensão rural pública e estatal, tanto nos aspectos gerenciais quanto técnicos. Um modelo de administração municipal que fortaleça o desenvolvimento econômico, baseado na renovação, equidade, mobilização e sustentabilidade, é apontado como segundo elemento fundante desse desenvolvimento.

Atualmente, a sustentabilidade é um dos principais requisitos a ser alcançado pelo desenvolvimento. Para isso, Bianchini (2000) ressalta que se deve trabalhar na identificação e construção de saberes ecológicos, agronômicos, econômicos e sociais que permitam, de forma participativa, desenvolver processos toleráveis de exploração da natureza e compatíveis com as exigências de reprodução social das

comunidades locais. Daí justifica-se a necessidade de a agricultura atender aos principais parâmetros da sustentabilidade nos campos ecológicos, sócio-culturais e econômicos.

Assim, no campo ecológico os pressupostos a serem seguidos são, principalmente, o respeito à fertilidade dos solos, a substituição dos agroquímicos por novas técnicas de fertilização e controle de pragas, a conservação da diversidade ecológica e, ainda, a preservação e o uso racional da água. No campo sócio-cultural, existe a necessidade de valorização do saber local em todo o processo de desenvolvimento, valorização do potencial endógeno e controle local democrático do meio ambiente. Já no campo econômico, deve-se garantir a reprodução das populações locais com qualidade de vida e garantir o sistema agroalimentar em todos os níveis.

O objetivo em busca de desenvolvimento rural sustentável é o fortalecimento da agricultura familiar, pois todas as nações que alcançaram um elevado grau de desenvolvimento social e econômico fizeram esta clara opção, onde o trabalho familiar é a base da mão-de-obra utilizada. Veiga (2000) cita a Dinamarca como a nação pioneira em optar pela agricultura familiar ainda no século XVIII. Nas nações semiperiféricas bem sucedidas, como a Coreia do Sul e Taiwan, ou ainda, em países ex-socialistas, como a China e mais recentemente a África do Sul, todos seguiram o mesmo caminho. O autor supracitado ainda faz um questionamento: seria mera coincidência esses mesmos países apresentarem os mais altos níveis educacionais, de esperança de vida e de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, enquanto que outros países – entre eles o Brasil – apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano?

Como exemplo brasileiro, e tentativa de resposta à pergunta anterior, Veiga (2000) analisa o porquê de o município de Feliz, no interior Rio Grande do Sul ter atingido, em 1998, o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Segundo o autor, os municípios rurais dos estados do RS e Santa Catarina ocuparam metade das cinquenta primeiras posições no IDH. Apesar das afirmações de jornalistas e repórteres de como seria possível que lugares tão longínquos, sem *shopping centers*, teatros, cinemas ou restaurantes finos,

pudessem alcançar tamanho desempenho no IDH, Feliz tem sua economia baseada em 27% no setor primário praticada por pequenos agricultores hortifrutigranjeiros. Ainda, segundo o PNUD, quem tem saúde, educação e renda tem a oportunidade e capacidade de ser bem-sucedido e conseguir todos os outros itens que genericamente se consideram como qualidade de vida. Assim, os cidadãos de Feliz podem fazer compras em Caxias do Sul ou, até mesmo, colocar seus filhos para estudar nas melhores universidades (VEIGA, 2000, p.126).

A agricultura familiar é a principal força geradora de desenvolvimento da grande maioria dos municípios brasileiros, o que tem fomentado outros setores da economia, como o setor comercial, industrial e de serviços, induzindo a criação de vários empregos.

No Brasil, há cerca de 5,8 milhões de propriedades agrícolas, dentre as quais cerca de 5,2 milhões (90%) são representadas por unidades familiares de produção. A agricultura familiar representa 37,9% do Valor Bruto de Produção (VBP) agrícola brasileiro, e recebe somente 25,3% do financiamento destinado a este setor (VEIGA, 1998).

Na região sul, a agricultura familiar é ainda mais presente, ocupando 90,5% dos estabelecimentos, o que resulta em uma área de 43,8%, produzindo 57,1% do VBP, absorvendo 43,3% do financiamento agrícola. Esses dados evidenciam a importância da agricultura familiar para a economia, porém, em nenhuma região brasileira a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural é superior ou igual ao percentual do VBP pelo qual são responsáveis (FAO/INCRA, 2000; JACOBSEN, 2003).

Da região Nordeste à região Sul do Brasil, a relação entre renda total por área (ha) é um diferencial apresentado pela agricultura familiar em relação à agricultura patronal, já que aquela produziu uma média de R\$ 104,00/ha/ano contra R\$44/ha/ano gerado pela agricultura patronal. Na parte meridional do país essa diferença é ainda maior, pois as explorações familiares geraram R\$241,00/ha/ano, ao passo que a agricultura patronal gerou uma renda total por ha de R\$99,00 por ano (FAO/INCRA, 2000, p.21).

A agricultura familiar é a principal criadora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, apresentando 76,9% do Pessoal Ocupado (PO) neste setor, o que representa 13.780.201 pessoas. Na região sul, este percentual sobe para 84%.

A produção dos estabelecimentos familiares é voltada para o mercado interno, mas também tem participação no mercado de exportações agrícolas brasileiro. Para ilustrar a importância da agricultura familiar no Brasil, a FAO/INCRA divulgou os seguintes resultados, baseados no Censo Agropecuário de 1995/1996:

A agricultura familiar é responsável pela produção de 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária leiteira, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Levando-se em consideração as culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 97% do fumo, 84% da mandioca, 72% da cebola, 67% do feijão, 58% da banana, 49% do milho, 47% da uva, 46% do trigo, 33% do algodão, 32% da soja, 31% do arroz, 27% da laranja, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar (FAO/INCRA, 2000, p.32).

Diante dos dados apresentados, e levando-se em conta a monocultura da agricultura patronal altamente dependente de insumos externos, a agricultura familiar apresenta sistemas diversificados mais próximos aos ecossistemas em que estão inseridos. A diversificação de atividades praticada nas unidades familiares se deve à busca de diferentes rendas distribuídas ao longo do ano.

O capital humano ou o capital social¹² são outros pressupostos importantes que interferem muito no desenvolvimento econômico de uma sociedade. Nas comunidades rurais há várias formas de organização, como nas igrejas, escolas, nos clubes de futebol, no sindicato, nas cooperativas, associações, etc., que comprovadamente são agentes diferenciadores positivos em diferentes processos de desenvolvimento. A coesão social promove mais ações coletivas, propiciando o acesso à informação, aquisição de conhecimento e maior solidariedade e engajamento cívico.

¹² O capital social, segundo Putnam (2002), diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Ver mais em "Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna" (PUTNAM, 2002) e "*¿Que és el capital social comunitario?*" (DURSTON, 1999).

Assim, a unidade familiar como forma associativa, inserida numa comunidade onde o manejo dos recursos - sejam econômicos, ambientais ou sócio-culturais -, é feito em organizações ou associações comunitárias, guarda maior possibilidade de alcançar um desenvolvimento local rural sustentável, baseado na preservação dos recursos naturais e na promoção da melhora na qualidade de vida.

QUALIDADE DE VIDA: Análise de um conceito polêmico



Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Constituição Federal, Art. 225.

Preservar a vida é o primeiro passo,
pois o segundo é conquistar a qualidade
que o viver precisa ter.

Morais (1993, p.23).

O uso do termo “qualidade de vida” se tornou comum após a II Guerra Mundial. Inicialmente, se referia apenas a recursos materiais e aos níveis de crescimento quantitativo nos aspectos econômicos, educacionais, saúde e bem-estar individuais. Os estudos estavam voltados para as preocupações com o fluxo de migração, o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, a má utilização dos recursos naturais e as conseqüências do processo de globalização. Esse conceito levava em conta o momento histórico vivido na época (1945), quando todos os esforços convergiam para a reconstrução das economias de muitos países, pela reorganização espacial das fronteiras geopolíticas, as ocorrências de processos de inclusão/exclusão de grupos sócio-culturais diferentes e o aumento da longevidade humana - todos estes aspectos baseados no estilo norte-americano de sociedade, o qual era visto como sendo o exemplar (GUIMARÃES, 2005; GOMES, 2002).

Atualmente, a qualidade de vida é objeto de estudo de várias ciências, cujo interesse principal é o desenvolvimento humano, o multiculturalismo e a reinvenção da tradição nos novos espaços redefinidos pela modernidade. Assim, este capítulo trata da evolução deste conceito, nas mais diversas áreas científicas. Mesmo tendo-se em vista que os índices sociais utilizados na mensuração da qualidade de vida são incompletos, torna-se importante descrevê-los e caracterizá-los, apontando as principais críticas e os principais méritos de cada um. Por fim, a questão da qualidade de vida na agricultura familiar será tratada à luz do conceito do desenvolvimento rural sustentável.

Sen e Nussbaum, no livro *The Quality of Life* (1997), mostram que o desenvolvimento de um país está diretamente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

Em seus estudos, Peixoto (1997), consultor em técnicas de qualidade total empresarial e especialista em desenvolvimento organizacional e implantação de processos orientados para resultados, constatou a impossibilidade de desatrelar a qualidade total da qualidade de vida dos trabalhadores de uma empresa. Para este

autor, alcançar a qualidade total em uma empresa implica ter profissionais de qualidade.

Segundo o consultor, um profissional de qualidade é aquele que motiva e conduz pessoas e organizações a produzirem bens e serviços nos níveis de satisfação exigidos pelo consumidor. Contudo, para que este profissional alcance esta qualidade em seu setor, ele precisa estar atento a sua própria qualidade interior, a qual o autor chamou de 'qualidade de foro íntimo', e esta qualidade não pode ser produzida unicamente com base em procedimentos, normas e suporte técnico. É nesse ponto que entra a qualidade de vida do profissional, que somente conseguirá cumprir suas atribuições com êxito se suas ameaças e fraquezas forem supridas ou controladas. Neste sentido, o autor define qualidade de vida como:

A busca contínua da realização íntegra do ser humano através de estímulos adequados à plena utilização de sua capacidade mental, física e psíquica. Tem tudo a ver com equilíbrio e com a experimentação intensa de todas as dimensões de sua realização pessoal (PEIXOTO, 1997, p.XV).

Nesta perspectiva, Silva e Marchi (1997) reconhecem a importância de hábitos saudáveis na vida das pessoas. Segundo estes autores, de 1992 a 1997 muitas organizações voltaram-se para programas de qualidade de vida e promoção da saúde nos locais de trabalho e constataram um aumento nos resultados apresentados pelos seus funcionários. Para isso, partiu-se do princípio que a qualidade de vida é diretamente influenciada pelo estilo de vida, e ainda

Qualidade de vida é saber manter o equilíbrio no dia-a-dia, procurando sempre melhorar o processo de interiorização de hábitos saudáveis, aumentando a capacidade de enfrentar pressões e dissabores e vivendo mais consciente e harmonicamente em relação ao meio ambiente, às pessoas e a si próprio. (SILVA, MARCHI, 1997, p.8)

Nos programas sobre melhoria da qualidade de vida apresentados por Silva e Marchi (1997), a qualidade de vida é atingida quando a "Saúde Total" for conquistada. A saúde total é composta pelo equilíbrio de seis dimensões da saúde, que são saúde física, emocional, social, profissional, intelectual e espiritual. A dimensão da saúde física é alcançada por uma alimentação adequada, práticas saudáveis e uso correto do sistema médico. As capacidades de gerenciar tensões e estresse e ter entusiasmo diante da vida compõem as práticas para uma saúde

emocional, ao passo que a harmonia familiar e com o meio ambiente e a alta qualidade nos relacionamentos configuram a dimensão da saúde social. A saúde profissional é composta pela satisfação no trabalho, desenvolvimento profissional constante e valorização do trabalho realizado. As dimensões intelectual e espiritual são alcançadas quando a capacidade criativa for utilizada em prol da expansão do conhecimento compartilhado, e a saúde espiritual valoriza os propósitos de vida baseados na ética acompanhados de pensamentos positivos e otimistas (SILVA, MARCHI, 1997).

A pergunta que Silva e Marchi (1997) lançam é: como viver mais com melhor qualidade de vida? Como chegar aos 70 anos de idade com saúde e disposição? Os mesmos autores respondem que o estilo de vida é responsável por 50% da manutenção da saúde, e os outros 50% estão divididos entre meio ambiente, hereditariedade e condições de assistência médica. O meio ambiente, o lugar em que se vive e a adaptação a ele são responsáveis por 20%, enquanto a hereditariedade – a carga presente nos genes, relativas à longevidade dos antecedentes familiares, perfazem outros 20%. As condições de assistência médica, como qualidade e frequência de cuidados médicos são responsáveis por 10% da chance de se chegar aos 70 anos.

A relação entre saúde e qualidade de vida parece, em um primeiro momento, óbvia, mas não devem ser encaradas como sinônimos. Por isso, da mesma forma que a paz não pode ser entendida como a ausência de guerras, ter saúde não significa apenas não estar doente. Ter saúde significa uma sensação de bem-estar que inclui não apenas o bom funcionamento do corpo, mas também o vivenciar uma sensação de bem-estar espiritual e social, entendido este último como uma boa qualidade nas relações que o indivíduo mantém com as outras pessoas e com o meio ambiente (SILVA, MARCHI, 1997).

Confunde-se qualidade de vida com um estilo de vida confortável do ponto de vista material, com férias frequentes, uma vida cheia de lazer e de viagens, um trabalho com poucas obrigações e aborrecimentos. Este não é o conceito defendido por vários autores, como Silva e Marchi (1997), Guimarães (2005), Sen e Nussbaum (1997) e tantos outros.

Para Silva e Marchi (1997), qualidade de vida pode ser entendida como o nível de realização dos planos de vida, ou seja, dos objetivos organizados e hierarquizados de uma pessoa, sem que, necessariamente, ela consiga executá-los por inteiro, mas que crie condições para lutar por eles. Esse sentimento de dever cumprido gera a sensação de felicidade e de certo grau de controle sobre a própria vida.

Com isso, faz-se necessário estabelecer o conceito de felicidade, ao qual Silva e Marchi (1997) atribuíram o significado de sensação de gosto pela vida, de real prazer de viver, de paz interior, quando as condições objetivas externas não forem adversas (a família que vivencia uma doença de um ente querido, ou vive em meio a uma guerra, ou mora em condições subumanas).

Assim, qualidade de vida e felicidade dependem das expectativas e do plano de vida de cada cidadão, guardando importantes componentes individuais e subjetivos. Portanto, o que é uma boa qualidade de vida para um, pode não ser para outro, dados os diferentes projetos de vida acalentados (SILVA, MARCHI, 1997, p.27).

Nessa acepção, Guimarães (2005) considera fundamental para a avaliação da qualidade de vida a análise dos gradientes de satisfação ou insatisfação diante dos diversos níveis de necessidades humanas, tanto as de ordem subjetiva, simples ou complexas, orgânicas ou psicológicas. Ainda, a autora ressalta que apesar dos requisitos a serem pesquisados – quanto à qualidade de vida – serem os mesmos encontrados em toda a sociedade, estes variam de importância, pois o que serve a uma região geográfica, a uma cultura, pode não servir de modelo para outras realidades ambientais. Ou seja, estamos submetidos a diversos tipos de realidades ambientais e a qualidade de vida irá variar conforme esta.

Minayo, Hartz e Buss (2000) também atentam para os parâmetros subjetivos e objetivos que permeiam o conceito de qualidade de vida. No primeiro caso, a representação social criada se refere ao bem-estar, felicidade, amor, prazer e a realização pessoal. Nos parâmetros objetivos, a referência é a satisfação das

necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade.

Partindo-se de pressupostos subjetivos e objetivos é que Minayo, Hartz e Buss (2000, p.9) classificam três fóruns de referência para conceituar qualidade de vida: o histórico, o cultural e as estratificações da sociedade. No primeiro, em determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outras etapas históricas. O segundo fórum de referência é o cultural, e leva em conta os valores e necessidades que são construídos e hierarquizados pelos povos, revelando suas tradições. As estratificações ou classes sociais mostram que onde a heterogeneidade é maior, os padrões e concepções de bem-estar são também estratificados: a idéia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar para outro.

Para que se possa ser feliz e concretizar as aspirações e, ainda, ter um maior controle sobre a vida, é necessário que se esteja em condições físicas adequadas. Condições físicas satisfatórias, antes de evitar doenças, significam promover a saúde. Silva e Marchi (1997) atentam primeiramente para o esclarecimento de duas ações que antecedem a promoção da saúde, que são a recuperação e a proteção desta.

A recuperação da saúde consiste em ações voltadas para o indivíduo já doente, com o objetivo de aliviar seu sofrimento e reabilitá-lo física, social e profissionalmente. Administração de medicamentos, internações hospitalares, intervenções cirúrgicas e procedimentos fisioterápicos são exemplos dessas ações. As práticas de proteção à saúde, como a própria grafia sugere, visam a proteger o indivíduo da ação de riscos aos quais possa estar exposto ou tenha a possibilidade de vir a se expor. São processos específicos, que visam apenas a determinados riscos, claramente identificados. Como exemplos, têm-se as vacinações, o uso de Equipamentos Individuais de Segurança (EPI's), as campanhas contra o consumo de cigarros (SILVA, MARCHI, 1997).

Há uma grande confusão entre os conceitos de proteção e promoção da saúde. Promoção, segundo a Carta de Ottawa (1986, s/p)¹³

Visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de melhorar. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida.

O referido documento reconhece que a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento econômico, social e pessoal, configurando-se uma importante dimensão da qualidade de vida (CARTA DE OTTAWA, 1986; BUSS, 2000).

Para alcançar o estado completo de bem-estar físico, mental e social, preconizado pela Carta de Ottawa, o indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar as aspirações, satisfazer necessidades e modificar ou cooperar com o meio ambiente. Deste modo, Segundo Silva e Marchi (1997, p.28), “a promoção da saúde é um conceito, que tem muito mais a ver com a qualidade de vida e bem menos com o ato puro de evitar doenças”.

Buss (2000) enfatiza as condições e requisitos para a saúde como a paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Para que estas condições sejam atendidas, a Carta de Ottawa propõe cinco campos centrais de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis à saúde; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde.

As decisões no campo das políticas públicas influenciam diretamente – favorável ou desfavoravelmente – a saúde da população. Com a formulação e implementação de políticas públicas saudáveis, estas implicariam na responsabilização dos gestores (políticos e dirigentes de todos os setores e níveis

¹³ Contando com participantes de trinta e oito países, principalmente do mundo industrializado, a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde teve como principal produto a Carta de Ottawa, que se tornou, desde então, um termo de referência básico e fundamental no desenvolvimento das idéias de promoção da saúde em busca da qualidade de vida em todo o mundo (CARTA DE OTTAWA, 1986).

de governo) pelas conseqüências das políticas implantadas sobre a saúde da população. Estas políticas se materializam através de vários mecanismos, como legislação, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais, além de ações intersetoriais coordenadas que apontem para a equidade em saúde, distribuição mais eqüitativa da renda e políticas sociais.

O conceito proposto por Buss (1997) diverge do que Silva e Marchi (1997) defendem, já que estes apontam para o estilo de vida e o comportamento pessoal como sendo os principais, senão os únicos responsáveis pela saúde, o que resultaria em uma melhor qualidade de vida. Buss (2000) mostra que as condições alheias à vontade dos indivíduos – como a falta de políticas públicas adequadas ou como o autor chamou, de políticas saudáveis - influenciam na melhora ou piora das condições de saúde.

O segundo ponto central de ação proposto pela Carta de Ottawa diz respeito à criação de ambientes favoráveis à saúde. Neste caso, Buss (2000) atenta para a complexidade das relações da sociedade e das relações de interdependência entre diversos setores. A proteção, a conservação e o acompanhamento dos estudos relativos às mudanças sofridas pelo meio ambiente, que influenciam diretamente na saúde, assim como, a conquista de um ambiente favorável ao trabalho, o lazer, a escola e mesmo a própria cidade tornam-se os principais temas de ação na promoção da saúde.

O reforço da ação comunitária é apontado por Buss (2000) como o terceiro campo central de ação, o qual é traduzido no poder técnico e político intrínseco da comunidade, que é considerado pelo autor como sendo essencial nas iniciativas de promoção de saúde. Este reforço é feito por meio da participação social na tomada de decisões, definições e implementação de estratégias voltadas para enfermidades e patologias localmente existentes.

Buss (2000) pondera que o desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais é importante na divulgação sobre a educação para a saúde. Quanto mais uma população tiver acesso a informações de como adquirir hábitos saudáveis, quanto maior for a consciência, tanto melhor será a sua qualidade de vida. E essas

informações relacionadas aos cuidados com a saúde devem ser divulgadas tanto nos lares e escolas como em todos os espaços coletivos. Esse processo é chamado por Buss (2000) de capacitação ou aquisição de conhecimento por parte dos indivíduos e da comunidade.

O quinto e último ponto de ação para a promoção da saúde proposto pela Carta de Ottawa (1986) é a reorientação dos serviços de saúde, que teriam como foco principal a prevenção das doenças, o que permitiria a superação do que Buss (2000) chamou de modelo biomédico, que é centrado na doença como fenômeno individual e na assistência médica curativa desenvolvida nos estabelecimentos médico-assistenciais. Essa reorientação dos serviços de saúde implicaria na transformação da organização e financiamentos dos sistemas e serviços de saúde, assim como mudanças nas práticas e na formação dos profissionais da saúde.

Pelo exposto anteriormente, a Carta de Ottawa (1986) foi um marco importante para o estabelecimento de diretrizes voltadas à promoção da saúde. No entanto, cinco anos mais tarde foi realizada em Sundsvall, na Suécia, a III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, onde pela primeira vez foi destacada a interdependência entre saúde e meio ambiente em todos os seus aspectos. E em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Com esses dois movimentos, ampliou-se a consciência internacional dos indivíduos, movimentos sociais e governos sobre os riscos do colapso do planeta diante de inúmeras e profundas agressões ao meio ambiente. Nas palavras de Buss (2000),

O evento trouxe, com notável potência, o tema do ambiente para a arena da saúde, não restrito apenas à dimensão física ou *natural*, mas também enfatizando as dimensões social, econômica, política e cultural. Assim, refere-se *aos espaços em que as pessoas vivem: a comunidade, suas casas, seu trabalho e os espaços de lazer* e engloba também as *estruturas que determinam o acesso aos recursos para viver e as oportunidades para ter maior poder de decisão*, vale dizer, as estruturas econômicas e políticas. (p.168).

Para Guimarães (2005), mais importante do que prevenir doenças, em busca da saúde, é a conscientização da população para o fato de que sem qualidade ambiental não teremos acesso aos vários aspectos relacionados à qualidade de

vida. A autora atribui esta importância ao meio ambiente, pois se consideradas as suas dimensões materiais e imateriais, pode ser analisado como o substrato mediador e gerador de todas as formas de vida. Ramos *et al* (2002) compartilha das idéias de Guimarães (2005) e reforça que é indispensável estabelecer o equilíbrio nas relações das pessoas com o meio ambiente, para que o desenvolvimento seja voltado para a justiça social e os frutos do progresso sejam apropriados para o bem-estar de todos, e não somente de uma minoria.

O debate endógeno sobre a importância do desenvolvimento local se torna um dos principais mecanismos operacionais concretos para a implementação de estratégias da promoção da saúde e qualidade de vida. Com isso, é possível superar a idéia de que políticas públicas são iniciativas verticais exclusivas do poder estatal. Estas políticas devem ser elaboradas de forma horizontal em fóruns participativos, que expressem a diversidade das necessidades dos seus atores sociais, o que acarretará uma redistribuição de direitos e responsabilidades entre o Estado e a sociedade, entre o setor público e privado, entre os indivíduos e a coletividade.

Neste cenário, torna-se imprescindível a presença constante da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, uma vez que a primeira é o fundamento cognitivo, pois integra profissionais das mais diversas áreas em busca do único objetivo, e a segunda é a ferramenta operacional, pois relaciona os objetivos, estratégias, atividades e recursos de cada setor, segundo suas repercussões e efeitos nos objetivos, estratégias e atividades dos demais setores. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS),

A intersetorialidade procura superar a visão isolada e fragmentada na formulação e implementação de políticas e na organização do setor saúde. Significa adotar uma perspectiva global para a análise da *questão saúde*, e não somente do *setor saúde*, incorporando o maior número possível de conhecimentos sobre outras áreas de políticas públicas, como, por exemplo, educação, trabalho e renda, meio ambiente, habitação, transporte, energia, agricultura etc., assim como sobre o contexto social, econômico, político, geográfico e cultural onde atua a política, para que com esta possa dinamizar a qualidade de vida (OPAS, 1992, p.43).

No Brasil, várias ações foram implementadas objetivando o desenvolvimento sustentável e integrado. A comunidade solidária, que promove a participação cidadã

e novas formas de diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil, é um desses exemplos. Seu objetivo maior é revelar caminhos alternativos para a luta contra a pobreza, por meio do desenvolvimento social, promoção generalizada de capital humano e capital social e o fortalecimento da sociedade civil (LOBO, 2002). Ainda, a introdução de inovações nos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família tem ocasionado um impulso à qualidade de vida e às condições de saúde em vários municípios brasileiros.

A Agenda 21, um dos principais resultados da Rio-92, também é uma iniciativa que estabelece a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre formas pelas quais governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

Nesta perspectiva local, o conceito de desenvolvimento endógeno é o que melhor se enquadra diante do novo cenário de reorientação das funções do Estado e do Município, na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, como já anteriormente tratado, no capítulo II.

Segundo o Programa de Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, intitulado *Meio Ambiente e Qualidade de Vida* (2002), o desenvolvimento rural sustentável deve basear-se numa visão sistêmica da atividade agropecuária, com ênfase no apoio à produção familiar. Vários estudiosos confirmam a maior aptidão dessa modalidade para a sustentabilidade em sentido amplo. A diversificação produtiva praticada pelas unidades familiares de produção contribui para um relativo equilíbrio, com a conservação do solo, da água e da biodiversidade, favorecendo a promoção da qualidade de vida. Em lugar de práticas predatórias e nocivas ao meio ambiente, além de quase não gerarem empregos, como acontece na monocultura em larga escala, devem ser incentivadas a diversificação e a verticalização da produção agrícola, especialmente de molde familiar, a agroecologia e a agricultura orgânica (OLIVEIRA, 2001; RAMOS, BARCELOS, ALENCAR, AB´SABER *et al.*, 2002; SACHS, 2002; 2004).

Deste modo, o conceito de qualidade de vida, ainda em construção, é extremamente rico e complexo em suas dimensões subjetivas e objetivas, compreendidas dentro de uma percepção inter e multidisciplinar. Analisando-se o meio rural a partir da agricultura, percebe-se que o padrão produtivo determina mudanças significativas na qualidade ambiental, o que influencia diretamente a qualidade de vida dos agricultores.

3.1 Os vários índices de mensuração da qualidade de vida

Amartya Sen e Martha Nussbaum (1997) retomam a dificuldade em mensurar o que é qualidade de vida, posto que para muitos ela é somente avaliada por alguns números. Sen e Nussbaum (1997) ressaltam a importância de não somente saber sobre a prosperidade econômica de uma nação, mas o que ela faz com o dinheiro, qual a expectativa de vida e como é o cuidado com a saúde de sua população. Os autores atentam para a necessidade de saber sobre a natureza e qualidade da educação, e não somente sobre a sua disponibilidade, assim como, informações sobre os postos de trabalho, de emprego, e as relações entre patrão e empregado. Ainda, há necessidade de saber sobre quais políticas públicas legalizam e viabilizam a livre expressão nas relações sociais e pessoais dos cidadãos, e como as relações entre os sexos são estruturadas (SEN, NUSSBAUM, 1997).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000), a maioria dos indicadores criados para medir a qualidade de vida é notadamente bioestatística, psicométrica e econômica, fundamentada em uma lógica de custo-benefício. Os principais erros destes métodos estatísticos são o fato de não levarem em consideração o contexto cultural, social, de história de vida e do percurso dos indivíduos cuja qualidade de vida pretendem medir.

Entretanto, na década de 1990 foi criado o mais conhecido método para mensurar a qualidade de vida: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o intuito de desvincular o debate sobre desenvolvimento dos aspectos puramente econômicos (nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego), para aspectos de natureza social e também cultural. Partindo-se deste método,

encontram-se as concepções de renda, saúde e educação como elementos fundamentais da qualidade de vida de uma população. Este índice vem recebendo aceitação ampla pelas facilidades na obtenção dos indicadores que o compõem, disponíveis na maioria dos países e regiões do mundo.

O IDH, além de considerar o rendimento *per capita* de cada país, analisa aspectos sociais, tais como: a) Esperança de vida ao nascer; representando uma vida longa e saudável; b) Nível educacional (frequência e taxas de analfabetismo), representando a escolaridade; c) PIB real (em paridade do poder de compra), representando um padrão de vida adequado capaz de suprir suas necessidades. Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto. Diante destes dados, os países identificam os setores estratégicos para onde deverão ser direcionadas suas políticas públicas, para que sua população alcance um desenvolvimento humano satisfatório (GOMES, 2002).

Em 2007, o Brasil entrou para o grupo dos 70 países com alto desenvolvimento humano, ou seja, o seu IDH foi superior a 0,800, conforme dados do PNUD. Com esse resultado, o Brasil ocupa a 70ª posição entre os 177 países que foram estudados. Porém, ainda assim o Brasil ficou atrás de muitos países da América Latina, como Uruguai (16 posições acima), Chile (15 posições) e Argentina (9). Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que apresenta o terceiro maior IDH (0,809), ficando atrás apenas do Distrito Federal (0,844) e de São Paulo (0,814). Porém, para o jornalista Góis (2007), da Folha de São Paulo, o resultado do IDH encobre grandes desigualdades internas brasileiras, mas, ainda assim, contribuirá ao longo prazo, na formulação de políticas públicas para corrigir os maus resultados em áreas como pobreza, mortalidade infantil e materna e saneamento básico (GOIS, 2007).

Essa crítica feita por Góis (2007) é corroborada por Minayo, Hartz e Buss (2000). Segundo estes, o IDH apresenta grandes limitações que devem ser

consideradas, seja no uso para comparar qualidade de vida entre territórios – como já foi salientado anteriormente pelos diversos autores citados –, seja ao longo do tempo num mesmo território. Além do que, garantir as necessidades básicas não significa proporcionar um bem-estar ou garantir a felicidade a todos. Mas a sua principal deficiência está no fato de não ter incorporado a própria essência que o índice propunha, ou seja, o fato de que o desenvolvimento é um processo mais amplo que o mero crescimento da produção e de seus indicadores. Ele envolve a direção, o sentido e, sobretudo, o conteúdo deste crescimento (GOMES, 2002).

Apesar das críticas ao IDH, este índice inspirou a criação de outros índices como de Condição de Vida (ICV), desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte. O ICV foi criado primeiramente para estudar a situação dos municípios mineiros, posteriormente foi adequado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo PNUD. Trata-se de um índice que pode ser aplicado em micro-realidades, e é composto por 20 indicadores, em cinco dimensões¹⁴. Mesmo com o espectro de abrangência ampliado, o ICV trabalha apenas com aspectos objetivos, mensuráveis.

No Rio Grande do Sul, também baseado no IDH, foi criado o IDESE (Índice de Desenvolvimento Econômico-Social). Este índice foi criado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) com o propósito de constituir uma alternativa de índice mais completo que o desenvolvido pelo PNUD. Tem por objetivo mensurar o grau de desenvolvimento de todos os municípios do Estado. O IDESE se propõe a ampliar o enfoque do IDH, pelo fato de incluir em seus indicadores variáveis como domicílio e saneamento, educação, saúde e renda, todos com

¹⁴ Os 20 indicadores e as cinco dimensões são: 1) renda (familiar *per capita*, grau de desigualdade, percentagem de pessoas com renda insuficiente, insuficiência média de renda e grau de desigualdade na população de renda insuficiente); 2) educação (taxa de analfabetismo, número médio de anos de estudo, percentagem da população com menos de 4 anos de estudo, percentagem da população com menos de 8 anos de estudo e percentagem da população com mais de 11 anos de estudo); 3) infância (percentagem de crianças que trabalham, percentagem de crianças que não freqüentam a escola, defasagem escolar média e percentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar); 4) habitação (percentagem de população em domicílio com densidade média acima de duas pessoas por dormitório, percentagem da população que vive em domicílios duráveis e percentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto) e 5) longevidade (esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil) (MINAYO, HARTZ, BUSS, 2000).

mesmo peso¹⁵. O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifiquem o estado e os municípios em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800) (FEE, 2003).

Existem indicadores de natureza subjetiva que respondem a perguntas sobre como as pessoas sentem ou o que pensam das suas vidas, ou como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da qualidade de vida. O exemplo brasileiro deste indicador é o Índice de Qualidade de Vida (IQV) de São Paulo, criado pelo Jornal Folha de São Paulo, que inclui nove fatores sendo eles: trabalho, segurança, moradia, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte. Esses elementos são analisados a partir do ponto de vista da população, dividida por escolaridade, categoria social, sexo e faixa etária (Folha Online, 1999).

Ainda, existe a medida de qualidade de vida baseada na Organização Mundial da Saúde (OMS) criada pelo Grupo de Qualidade de Vida – *The World Health Organization the Quality of Life* (WHOQOL, 1995). Os instrumentos gerais de medida são o WHOQOL-100, composto por cem questões subjetivas que avaliam seis domínios (físico, psicológico, de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/crenças pessoais.); e o WHOQOL-Bref, que é uma versão abreviada do índice anterior, com vinte e seis questões.

No âmbito médico, existe o *Quality-Adjusted Life-Years* (QUALY), que propõe uma medida relacionada à quantidade e à qualidade de vida em uma estimativa de custo-oportunidade, para orientar decisão de alocação de recursos, envolvendo profissionais da saúde pública e economistas. O QUALY foi considerado uma

¹⁵ Os pesos atribuídos às variáveis integrantes do IDESE são: **a) Domicílio e Saneamento:** proporção de domicílios abastecidos com água tratada (peso 0,5), proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial (peso 0,4) e média de moradores por domicílio (peso 0,1); **b) Educação:** taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade (peso 0,35), taxa de evasão no ensino fundamental (peso 0,25), taxa de reprovação no ensino fundamental (peso 0,20) e taxa de atendimento no ensino médio (peso 0,20); **c) Saúde:** percentual de crianças nascidas com baixo peso, taxa de mortalidade de menores de 5 anos e expectativa de vida ao nascer, com participações iguais (um terço cada); **d) Renda:** Produto Interno Bruto per capita e Valor Adicionado Bruto *per capita* do Comércio, Alojamento e Alimentação, com pesos iguais (0,5 cada) (FEE, 2003).

medida que traz o preconceito inserido entre os seus números, pois jamais uma pessoa idosa ou portadora de necessidades especiais estaria classificada entre as pessoas que têm maiores oportunidades e, logo, uma boa qualidade de vida.

Minayo, Hartz e Buss (2000) alertam para o fato de que o termo qualidade de vida tem adquirido um uso profano, principalmente se forem levados em consideração os domínios da comunicação e de consumo de massa. No entanto, os autores atentam para o fato de que os índices propostos pela OMS são essencialmente medicalizados, por adotarem uma visão bioestatística e economicista da saúde, onde o principal foco é o custo-efetivo dos tratamentos propostos. Da mesma forma, Castellano (1997) julga que pelo fato de as quantificações médicas sobre qualidade de vida não abrangerem a situação social e econômica das pessoas – apenas das populações acometidas por alguma enfermidade ou patologia -, seu alcance é restrito, reproduzindo apenas a lógica biomédica.

Diante da apresentação do conceito de qualidade de vida proposto pelos profissionais das mais diversas áreas e das mais longínquas partes do globo, torna-se necessário levar em consideração as palavras de Sen e Nussbaum (1997), de que somente se alcançará um conceito único sobre qualidade de vida, e sua melhor forma de mensuração,

[...]by getting the participants in these debates together and encouraging further debate among them, we might advance the state of the question, encourage further co-operative inquiries, and present the debate in a form accessible not only professionals in these academic disciplines but also policy-makers and the general public (SEN, NUSSBAUM, 1997, p. 2).

3.2 A qualidade de vida no meio rural

Para escrever sobre qualidade de vida no meio rural, Martins (2001) primeiramente ressalta a importância de se desvincular as imagens que se tem de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, e que compõem supostas ilhas de primitivismo no paraíso da modernidade. Ao contrário, deve-se partir do princípio de que as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e as concepções dos outros setores da sociedade (MARTINS, 2001).

Para entender a qualidade de vida das populações rurais, é necessário compreender as representações sociais de aspectos como a construção do próprio local, que pode ser resultado de um processo de invenção de tradições ou uma representação dos projetos dos agentes colonizadores. A tradição, como explica Gomes (2002), não significa um movimento de resistência ao moderno ou pós-moderno, contudo, implica a capacidade de interagir e incorporar valores da pós-modernidade, de maneira reflexiva, sem perder as origens, sem perder o lócus formador daquela comunidade, ou seja, a coletividade social.

Essa é uma diferença marcante quanto à subjetividade do conceito qualidade de vida entre um cidadão urbano e um agricultor. O agricultor desenvolve uma topofilia¹⁶ com a sua propriedade, sua comunidade, seu município, pois de alguma forma ele ajudou – muitas vezes com as próprias mãos – na construção daquela coletividade, atribuindo-lhe identidade. Uma pessoa urbana desconhece e dificilmente acompanhou o crescimento e a origem de sua cidade e, portanto, não desenvolveu o sentimento de pertencimento ao lugar. Nos centros urbanos, a identidade camufla-se diante da diversidade de ações e rapidez dos processos.

Deste modo, Gomes (2002, p. 264) propõe a análise da cultura como sendo uma representatividade da qualidade de vida de uma população.

¹⁶ Segundo o geógrafo da corrente humanista Yu-Fu Tuan – em seu livro ‘Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente’–, a palavra topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (1980, p.107). Em outras palavras, topofilia é o ‘amor pelo lugar’.

A cultura é um dos aspectos mais representativos da globalização como fluxo de mudanças e descontinuidades. Estas mudanças, necessariamente, não ocorrem no interior do próprio local perpassando qualquer forma de vida grupal, seja ela familiar ou comunitária.

Gomes (2002) enfatiza que os significados sociais são processados no interior da cultura, e esta é uma estrutura de significantes, que deve ser entendida como um sistema complexo, em qualquer sociedade. Advém daí a importância dos fatos e valores daquela comunidade no conceito de qualidade de vida. Para melhor explicar, a autora destaca o controle de natalidade como uma política pública que visa a melhorar a qualidade de vida na China, porém esta mesma medida, se aplicada em outras regiões como as das comunidades indígenas latino-americanas, certamente entraria em conflito frontal com os valores fundamentais das mesmas.

Além dos valores e tradições da cultura da comunidade, os estudiosos apontam para o fortalecimento da agricultura familiar, por meio do desenvolvimento rural sustentável, como o principal fator para promover a qualidade de vida no meio rural. Esse fortalecimento passa, primeiramente, pelo respeito aos trabalhadores rurais, que pode ser reconhecido através da valorização da sua produção. No Brasil, um preço mínimo deveria ser assegurado pelo governo, para não acontecer a desvalorização da produção durante a colheita.

O fortalecimento da produção familiar passa pelo incentivo à agregação de valor à produção e pela diversificação de atividades, que podem ser alcançados por meio de ações sinérgicas, envolvendo parcerias e divisão de tarefas entre os poderes estaduais, regionais e locais. Preferencialmente, essas iniciativas devem ser feitas por meio da formação de associações e cooperativas, que estimulem a agroindústria e a participação da sociedade, transformando os agricultores em seus próprios agentes de mudança.

Segundo o documento do Programa de Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, intitulado Vida digna no campo (2002), a capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) gratuitas são elementos essenciais no fortalecimento da agricultura familiar. Com relação a este ponto, Pedroso (2003) reforça que os

integrantes dos grupos A e B do PRONAF são desprovidos de conhecimento e informações técnicas que possibilitem uma gestão eficiente da unidade produtiva familiar, daí a importância da Ater em difundir o conhecimento junto aos agricultores, para que haja a melhora no manejo de seus investimentos, no uso adequado de tecnologia para o setor e a conservação dos recursos naturais, o que resultará na melhora das condições de vida deste agricultor (ABRAMOVAY, VEIGA, 1998).

Entretanto, para isso acontecer, o sistema nacional da Ater deve estar preparado para suprir as novas exigências que visam ao pleno desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. É de suma importância que as equipes sejam transdisciplinares e capacitadas para articular os recursos governamentais e os esforços nascidos na base social para que os agricultores façam a transição do manejo convencional ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e dos recursos naturais, dentro de suas limitações sócio-econômicas e tecnológicas.

Segundo o NEAD (2007), a auto-estima dos integrantes da comunidade e as relações de gênero e geração devem ser estimuladas, a fim de que o conhecimento e as experiências dos agricultores familiares, seus costumes e suas crenças sejam incorporados nas novas práticas, as quais terão maior chance de apresentar resultados positivos, já que agregam o saber camponês com inovações de toda ordem.

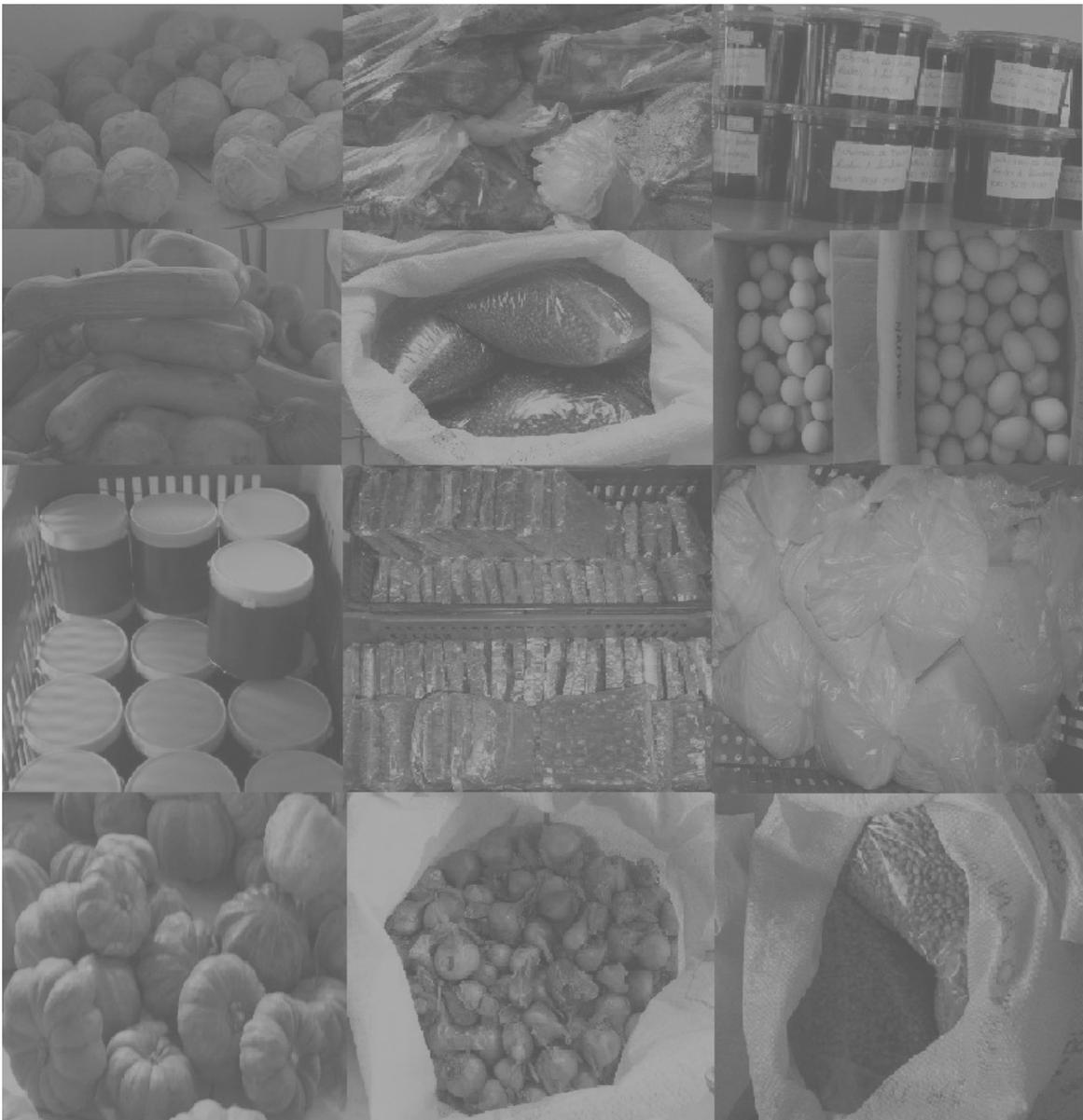
O Ministério do Desenvolvimento Agrário atenta para o fato de que os agricultores precisam perceber suas propriedades como um sistema complexo e dinâmico, que apresenta limites, componentes, interações, entradas e saídas, e que por isso problemas com intempéries climáticas ou ataques de pragas, por exemplo, não podem ser vistos de modo isolado e particular, mas todos os fatores que levaram a esse desequilíbrio devem ser observados e analisados, como solo, clima, plantas hospedeiras, insumos utilizados, etc.

Investigar sobre qualidade de vida, especificamente sobre qualidade de vida na agricultura familiar, tal como escrever sobre felicidade e bem-estar, certamente é um desafio à criatividade e imaginação de qualquer pesquisador. Em cada época, contexto social e grupo existem visões e expectativas distintas do que seria uma

vida com boa qualidade. Se para quem vive com fome ou sem casa, ou ainda, quem luta por um pedaço de terra, qualidade de vida é ter comida, moradia e terra, para outros, fartos de comida, com uma boa casa e com sua terra, qualidade de vida certamente é atribuída a fatores de outras ordens.

Propõe-se, neste trabalho, avaliar a qualidade de vida das famílias agricultoras rurais de São Pedro do Butiá, levando-se em consideração aspectos objetivos fornecidos pela FEE por meio do IDESE, e aspectos subjetivos por meio da sua história, sua cultura e sua gente, o que será feito no capítulo seguinte.

A AGRICULTURA FAMILIAR DIVERSIFICADA: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ-RS



Para dissertar sobre agricultura familiar diversificada e o que é qualidade de vida para os agricultores envolvidos, faz-se necessário saber quem são estes agricultores. Por isso a importância de conhecer a história sócio-cultural, ambiental e agrária de Linha Butiá, para entender como tudo começou, culminando com a atual configuração do município de São Pedro do Butiá.

O município de São Pedro do Butiá é conhecido regionalmente como o “Jardim Missioneiro” e localiza-se na porção centro-norte do COREDE Missões. Geograficamente, segundo dados do IBGE, o município faz parte da região noroeste do planalto sul-riograndense. São Pedro do Butiá delimita-se politicamente com os municípios de São Paulo das Missões ao norte, Rolador ao sul, Salvador das Missões a leste e Roque Gonzales a oeste (FIGURA 1).

Conforme o Censo realizado pelo IBGE em 2000, São Pedro do Butiá conta com uma população de 2.895 habitantes, sendo que destes, 65,50% residem no meio rural, totalizando 1.877 pessoas. Na área urbana, moram 985, o que perfaz 34,50% dos habitantes do município. Os 65,50% da população estão distribuídos entre as oito comunidades que são: Santa Teresinha, Esquina União, Boa Esperança, Butiá Inferior, Linha Bonita Norte, Linha Bonita, Taipão Frente e Taipão Fundos (FIGURA 2).

O COREDE Missões, que inclui o município de São Pedro do Butiá e mais outros vinte e quatro municípios¹⁷, foi palco de muitas lutas até a concretização da delimitação atual do território rio-grandense. Relatos históricos sobre São Pedro do Butiá apontam que no século VXII esta terra foi desbravada por Índios Guaranis e, mais tarde, foi cenário de escaramuças entre estes e os bandeirantes.

A história de colonização de Linha Butiá – primeiro nome dado ao município de São Pedro do Butiá -, é um relato de superação e ousadia, assim como o de muitas outras comunidades formadas por migrantes ou imigrantes, no início de século XX, que tinham como objetivo povoar e explorar uma terra desconhecida.

¹⁷Conforme já citado na segunda parte do capítulo dois, página 67.

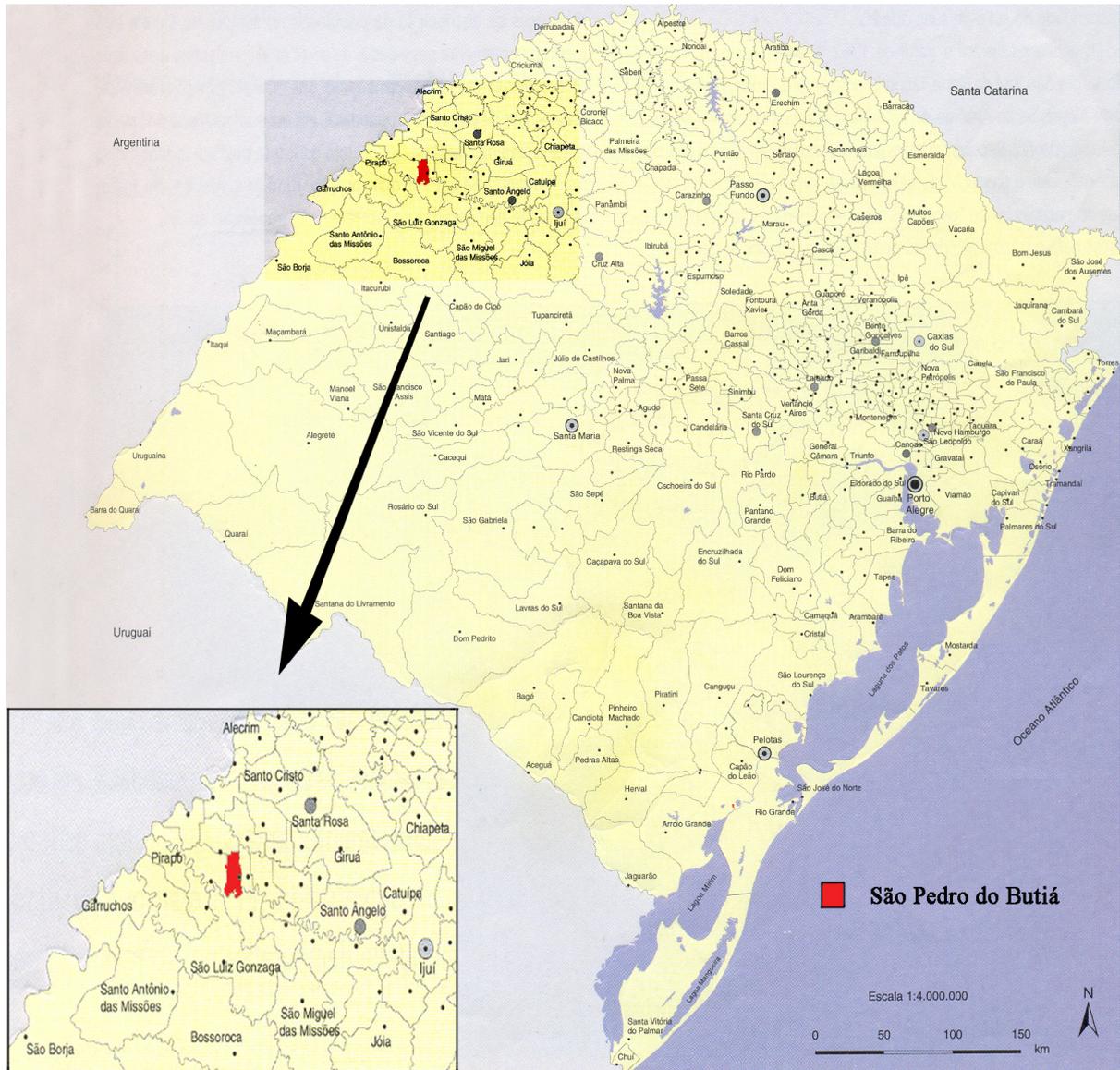


Figura 1 – Localização de São Pedro do Butiá – RS
 Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2002.

A colonização das terras da parte oeste do estado foi conseqüência de duas necessidades: o povoamento do território para fins de proteção de fronteiras e a escassez de terras para os filhos dos primeiros colonizadores que chegaram ao Rio Grande do Sul, o que obrigou as novas famílias a desbravar a então nova fronteira agrícola. Assim, em 1902, a companhia *Katholischer Bauernverein Von Rio Grande do Sul* se responsabilizou pela colonização das terras situadas entre os Rios Ijuí e Comandai até o Rio Uruguai. Em 1907, tendo como mentor Pedro Thomas e sua família – vindos de Santa Cruz do Sul – chegaram os primeiros colonos à Linha Butiá.

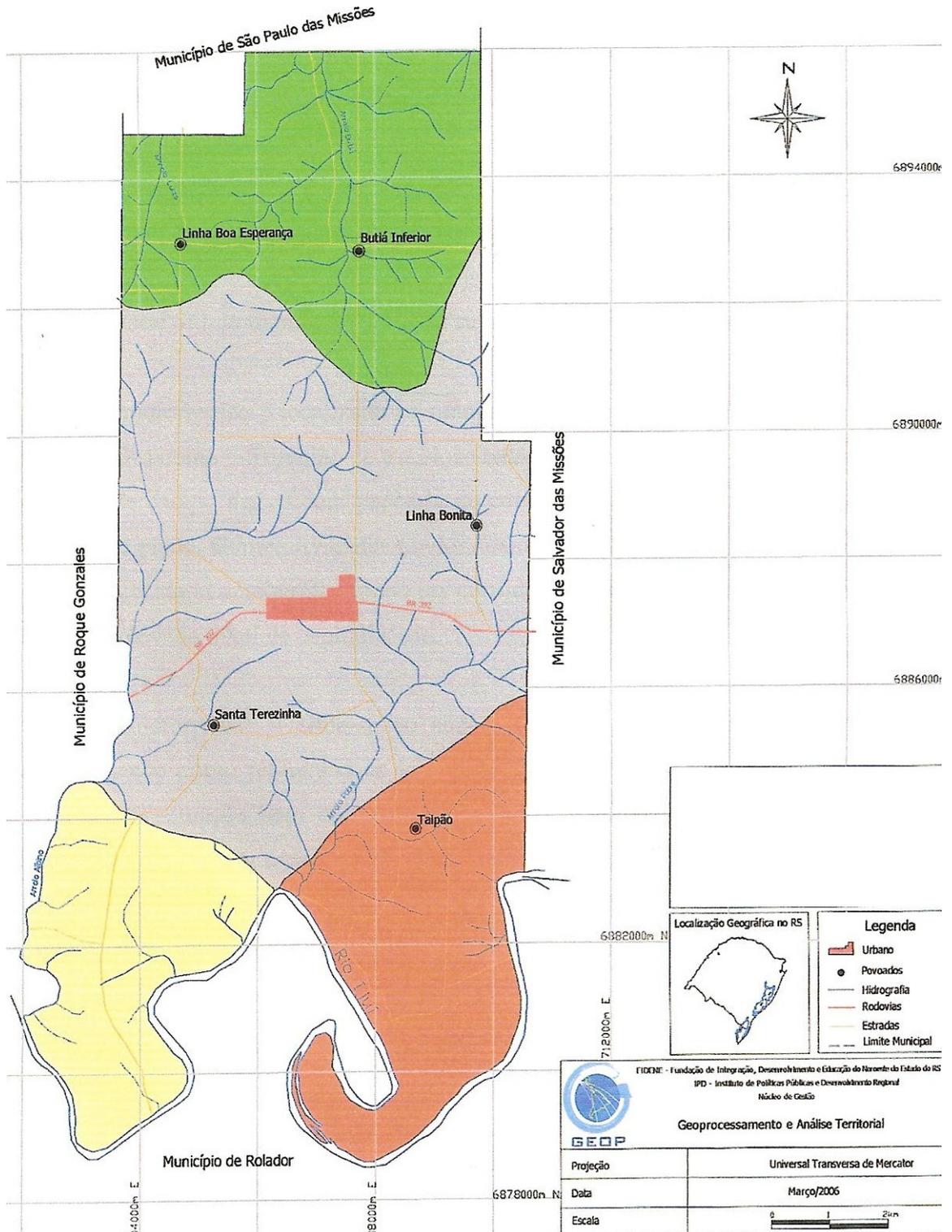


Figura 2 – Mapa de São Pedro do Butiá
 Fonte: Unijuí, 2006.

Por ocasião da chegada da família Thomas, o que reinava sobre o solo de Linha Butiá eram somente os animais silvestres embrenhados em mata virgem, tanto que para poder chegar até o lote que lhes cabia, a família Thomas precisou abrir clareiras a facão, machado, serrote e enxada – únicos instrumentos de trabalho que

possuíam. Com a própria madeira resultante da derrubada da mata, construíram a moradia e um galpão, que Pedro Thomas ofereceria como abrigo aos colonos que chegariam mais tarde até que os mesmos conseguissem abrir caminho aos seus respectivos quinhões. Sobre as dificuldades enfrentadas e a esperança dos colonos, Schneider (2007) ressalta que,

Se os obstáculos para chegar nos seus lotes eram muitos, a criatividade e coragem de enfrentar a tudo era imensa. Isso ficou comprovado pela alternativa que a família de João Hilgert encontrou para chegar a sua terra, uma vez que era necessário atravessar um banhado de uma dimensão considerável. [...] Cortaram árvores novas amarrando os troncos com cipó em forma de feixes, os quais eram colocados lado a lado até que conseguissem atravessar o banhado¹⁸ (p.40).

Desta forma, continuava-se o desmatamento para iniciar o plantio, contando apenas com instrumentos de trabalho rústicos, pois nem arado-de-boi possuíam. “Viravam a terra apenas com a enxada. Depois, faziam covas com uma estaca, colocavam sementes e cobriam as mesmas com os pés” (SCHNEIDER, 2007, p.???)¹⁸. A escassez de alimento era tanta que, depois da dificuldade de acesso aos seus lotes, a fome foi um grande obstáculo para o início da colonização em Linha Butiá. Todos os colonos traziam em suas bagagens algum alimento, o qual sempre acabava antes da primeira colheita. Alguns, mais privilegiados, tinham uma reserva de dinheiro e compravam charque vindo da campanha. Para outros, a única saída foi viver da caça de animais e frutas silvestres.

Segundo Schneider (2007), as árvores frutíferas eram desconhecidas por parte dos filhos dos colonos, tanto que, certa feita, um grupo de crianças foi para o mato à procura de frutas silvestres. Curiosamente, avistaram uma frondosa árvore que possuía apenas um fruto, porém, maior e mais bonito do que elas costumavam colher. Apressadas, levaram o fruto a fim de mostrá-lo aos seus pais. Diante da observação, os pais concluíram que se tratava de uma laranja. De imediato, os grãos foram plantados e a árvore transplantada da mata para perto da casa da família. Seus frutos foram compartilhados com os vizinhos, até que todos pudessem ter os seus pés de laranja.

¹⁸Alguns desses feixes de madeira foram encontrados quando da construção do acesso a São Pedro do Butiá, por ocasião da obra na BR 392, em 1999.

Foi nesse período, entre 1907 e 1909, que começou o cultivo de produtos para a subsistência e a agricultura familiar tomou suas primeiras formas. Os colonos plantavam o necessário para suprir suas necessidades, como milho, feijão, arroz, mandioca, batatinha, trigo e tabaco. Anos mais tarde, iniciou-se a criação de bovinos e porcos trazidos da fronteira; entretanto, os únicos produtos que os agricultores poderiam comercializar eram a banha e o tabaco. A carne, no ato do abate dos animais, passava pelo processo de frigar e era estocada entre a banha ou era feito o charque, - os dois únicos modos disponíveis na época para conservá-la.

A produção farta de milho e trigo não garantia que de pronto os colonos tivessem pão em suas mesas. A colheita e a moagem dos grãos constituíram outro obstáculo, já que não possuíam carroça para efetivar o seu transporte e o moinho mais próximo se localizava a aproximadamente 30km de Linha Butiá. Como o transporte era realizado no lombo de mulas e cavalos, não raras vezes intempéries climáticas determinavam a perda de toda a produção. Em 1911, surge a primeira venda em Linha Butiá, a qual supriu os colonos com gêneros de primeira necessidade como sal, querosene, soda, remédios e alguns novos instrumentos de trabalho.

Imbuídos do espírito comunitário característico dos imigrantes, os colonos, tão logo dispuseram de recursos suficientes, fundaram a nova comunidade católica. O marco inicial foi a construção da primeira escola – que também servia de igreja – e da moradia do professor, pois a educação dos filhos sempre esteve em primeiro lugar. Os primeiros mestres vieram diretamente da Alemanha e o ensino era ministrado nesta língua. Todo esse empenho foi desenvolvido com recursos dos próprios colonos, já que o governo da época em nenhum momento mostrou-se interessado em investir.

A escola atendia a todos os alunos das redondezas. Depois de alguns anos, cientes de que a capacidade da escola já não comportava tantos alunos e, ainda, levando em consideração que os educandos deveriam percorrer grandes distâncias até chegarem à escola, a comunidade decidiu construir uma nova escola, o que foi motivo de disputa entre os moradores da Linha Butiá e D. Gertrudes – hoje Vila de Butiá Inferior, localizada na parte nordeste do município.

Houve uma eleição entre os moradores para decidir onde seria localizada a nova escola. Foram recolhidas as assinaturas de quem preferia que a escola se localizasse em D. Gertrudes ou em Linha Butiá. Por três assinaturas a mais, Linha Butiá saiu vencedora, o que não agradou aos derrotados. Como o padre naquela época era muito influente nos assuntos da comunidade, decidiu-se que, a partir daí, seriam formadas duas comunidades, D. Gertrudes passou a se chamar linha Butiá Inferior, e ao nome de Linha Butiá foi acrescentado o adjetivo de Superior.

Tudo o que os agricultores desejavam estava sendo concretizado: os plantios resultavam em boas colheitas, a natureza era exuberante e, na falta de carne, recorria-se aos riachos e rios para a pesca. Foi quando se iniciou a maior prova de resistência destes agricultores. A era de aparente prosperidade foi abalada em 1941, quando a Linha Butiá passou a sofrer as conseqüências de intempéries: no mesmo ano, plantações foram destruídas por uma grande enchente; em 1945 e 1946 foi a vez da estiagem dizimar as plantações, e em 1947 os gafanhotos devoraram o que havia escapado da seca. Os colonos mais uma vez uniram-se na ânsia de combater a praga¹⁹, o que aconteceu somente anos mais tarde com a intervenção do governo. Neste período, a fome mostrou-se em toda a sua plenitude, já que toda a alimentação dos colonos provinha de suas plantações, da mata ou dos animais, que acabaram morrendo por falta de pastagens.

Linha Butiá Superior, apesar de ser uma comunidade pacata do interior do Estado, também sofreu as conseqüências resultantes do apoio do Brasil aos países aliados durante a II Guerra Mundial (1939-1945). A partir de 1942 – data oficial em que o país entrou na Guerra –, o ensino da língua alemã nos estabelecimentos de educação, assim como a prática da fala deste idioma, ficou expressamente proibido no Brasil, sob pena de sofrer os rigores da lei feita pelos generais militares e apoiada pelo então presidente Getúlio Vargas. Neste período, as pessoas flagradas falando o idioma sofriam perseguições, podiam ser presas e torturadas. A partir daí, o ensino

¹⁹Segundo relatos de agricultores da época, as nuvens de gafanhotos eram de tal monta que em determinados dias, chegavam a esconder a luz do sol. Várias foram as tentativas de eliminar os gafanhotos, já que os primeiros colonos conheciam a praga da antiga colônia. Tentaram afugentar a praga com bandeiras brancas; depois o comerciante da época, Julio Schwengber providenciou inseticida, sem sucesso.

da língua materna somente voltou a ser ministrado nos estabelecimentos escolares em 1987, quando foi instituído no Brasil o pluralismo de línguas.

Paralelo ao desenvolvimento e crescimento das Linhas Butiá Superior e Inferior, outras localidades das redondezas também estavam recebendo os seus primeiros habitantes. Essas localidades possuem histórias semelhantes, cada qual com suas peculiaridades, o que, anos mais tarde, contribuiu para a formação de São Pedro do Butiá.

4.1 As origens das comunidades: Linha Bonita, Linha Bonita Norte, Taipão Frente, Taipão Fundos, Boa Esperança (*Luisenthal*), Santa Teresinha (Linha Quaresma) e Esquina União (*Capriteeck*)

Assim como aconteceu em Vila Butiá Superior e Butiá Inferior, os colonizadores chegaram à localidade de Linha Bonita – situada na parte oriental do atual município de São Pedro do Butiá – em 1907 e 1908. Devido ao fato de os filhos dos imigrantes necessitarem caminhar muitos quilômetros até a escola mais próxima – que inicialmente localizava-se na Linha Butiá Superior –, os colonos resolveram construir uma outra escola, primeiramente em Linha Bonita (1912). Ao longo de décadas, todos os alunos e moradores participaram da comunidade escolar desta localidade, sendo que somente em 1970, em uma reunião na casa de um dos moradores da parte norte da Linha Bonita, decidiram pela criação do Circulo de Pais e Mestres da Escola São José Operário. O argumento foi de que a escola da Linha Bonita já não comportava tantos alunos e, apesar de a distância que os alunos deveriam se deslocar ter diminuído se comparada à primeira escola, as crianças ainda percorriam grandes trajetos. Assim, foi criada a localidade de Linha Bonita Norte.

Pela mesma justificativa que motivou a separação das localidades de Linha Bonita Norte e Linha Bonita, foi que em 1969 Taipão Fundos desmembrou-se de Taipão Frente, formando duas comunidades. Segundo Schneider (2007), a origem do nome “Taipão” deve-se ao fato de esta localidade estar situada às margens do Rio Ijuí. Outra versão desta história é de que na comunidade havia um sítio indígena, no qual existia uma “taipa” que ligava as margens direita e esquerda do

Rio, facilitando a sua travessia e encurtando o caminho até as reduções jesuítico-guaranis.

Segundo a planta da companhia de colonização *Katholischer Bauerverein von Rio Grande do Sul*, a localidade de Boa Esperança – anteriormente conhecida como *Luisenthal*, compreendia a atual localidade de Esquina União, abrangendo Boa Esperança e *Luisenthal* (localizada do município vizinho de São Paulo das Missões) – estava designada para ser a segunda cidade da gleba, já que a primeira era Serro Azul – atualmente município de Cerro Largo (SCHNEIDER, 2007).

Assim, em 1910 chegaram os primeiros colonos migrantes para Boa Esperança. Como as dificuldades enfrentadas eram muitas, principalmente referentes ao escoamento da produção para outras regiões, no decorrer da década, os colonos uniram-se e em uma iniciativa única fundaram a Cooperativa Boa Esperança. Os técnicos da cooperativa prestavam serviços de orientação em relação ao cultivo do feijão e do fumo. Da mesma forma, a equipe de técnicos agrícolas orientava sobre a criação de suínos, pois a banha era um produto de grande valor nas décadas 1920 e 50.

Os requisitos necessários para passar a integrar o quadro de associados da Cooperativa Boa Esperança eram: ser agricultor e pagar a chamada *Haftpflicht* (taxa de entrada). Como era difícil um colono estar de posse de dinheiro em espécie, essa taxa era descontada parceladamente, no ato de entrega da sua produção. Vários serviços inéditos foram prestados pela cooperativa ao seu quadro social, como por exemplo, a disponibilização de uma enfermeira e um dentista. Anualmente, um médico consultava todos os associados. Porém, o principal serviço disponibilizado aos sócios foi a telefonia rural em 1923, melhoria que certas localidades, como Santa Teresinha, só conheceriam sessenta anos mais tarde, em 1982.

A partir de 1940, a Cooperativa Boa Esperança passou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, devido à queda drástica nos valores dos produtos agrícolas, conseqüência das péssimas condições de armazenamento, já que naquele tempo não havia a secagem do produto e nem como evitar as pragas decorrentes desta umidade. Aliada à precariedade em que se encontrava o produto, a dificuldade de

escoamento da produção foi outro fator limitante, uma vez que todo transporte era feito em carroças puxadas por bois e as estradas nem sempre estavam em boas condições, principalmente durante as estações de chuva. Assim, em 1946, a cooperativa foi vendida e, anos mais tarde, encerraram-se suas atividades e o prédio foi transformado em um salão particular de bailes.

A localidade de Quaresma – primeira designação dada à comunidade de Santa Teresinha, localizada na parte meridional do município – pertencia primeiramente a Porto Xavier, 4º Distrito do município de São Luiz Gonzaga. Santa Teresinha possui uma forma de colonização diferente do restante do município, já que se configura como a única comunidade não colonizada por imigrantes germânicos, e sim por imigrantes luso-brasileiros, provenientes da Argentina em 1926. Primeiramente acreditava-se que a agricultura era inviável nesta área, devido à característica ácida do solo, o que favoreceu o aparecimento do capim *Cyperus compressus*. Segundo Schneider (2007), “Santa Teresinha era uma vasta extensão de barbas-de-bode”. Por este motivo, somente poucas terras foram dedicadas ao cultivo de produtos de subsistência, geralmente as que costeavam o Rio Ijuí, por apresentarem maior fertilidade. Como não havia na época métodos de recuperação de solo, o restante das terras era utilizado apenas para a criação de bovinos.

O número reduzido de habitantes nos primórdios da colonização desta localidade – cinco famílias – não impediu que logo se lançassem à construção da igreja, que também passou a servir de escola. O nome da comunidade Santa Teresinha surgiu na ocasião de inauguração da igreja. Quando questionados pelo padre sobre qual seria o nome dado àquela capela, os moradores entreolharam-se e, já que havia uma toalha bordada sobre a mesa do altar com a imagem de Santa Teresinha, este passou a ser o nome da comunidade.

Em 1945, começaram a chegar nesta comunidade os descendentes de imigrantes alemães – provenientes da colônia velha do Estado – e, a partir daí, iniciou-se a difusão da agricultura praticada em pequenas propriedades, o que foi favorecido pelas inovações nas práticas agrícolas, que possibilitou a recuperação do solo por meio da adubação orgânica e química, e a terra que antes era ácida e pouco valorizada, passou a ser cobiçada.

Resultado das emancipações e divisões acontecidas em 1966, a comunidade de Boa Esperança foi dividida, e em sua parte austral fundou-se a *Capriteeck* – Canto dos Cabritos. Esse curioso nome, dado pelos moradores ao local e adotado pelos habitantes das redondezas, foi atribuído à comunidade porque em uma curva de acesso à localidade havia uma criação de cabritos. Somente em 1969 o Canto dos Cabritos passou a ser chamado de Esquina União, por ocasião da criação da escola. Seus fundadores chegaram em 1915 e, além da agricultura praticada em pequenas propriedades, desenvolveram um vasto número de outras ocupações, como por exemplo, uma joalheria que produzia também afinadores de instrumentos musicais, bombas de chimarrão e utensílios de cozinha, como talheres e conchas.

O que se pode concluir como fato comum entre todas as histórias de fundação das comunidades é que depois de os colonos estarem instalados em suas propriedades, a primeira iniciativa estava voltada para a educação dos filhos, e toda comunidade unia-se diante deste objetivo comum: a construção da escola, que também servia para a realização dos cultos e missas. Com o melhoramento das condições de vida dos colonos, o propósito seguinte era ainda maior e todos colaboravam para a construção de uma igreja e de um cemitério. Como nem tudo é trabalho, os colonos também se dedicaram à construção de uma sede social, onde pudessem se reunir para praticar o *Schießverein* (Tiro ao Alvo), *Steichvererin* (Clube de Lanceiros), *Volleyverein* (Vôlei), bolão e futebol. Nesse local, também eram realizados os bailes de *Kerb* (Festa do Padroeiro da Comunidade) e casamentos, que começavam de manhã e se estendiam até o anoitecer, ou mesmo se prolongavam por dois dias seguidos.

Outro fator comum a todas as localidades é que todas possuíam um grande espírito empreendedor. Isso é explicado pelo fato de as localidades possuírem serviços inéditos, dos quais hoje apenas alguns ainda são encontrados no município de São Pedro do Butiá. Na Linha Butiá e nas comunidades, havia moinho, fábrica de erva-mate, fábrica de rações, fábrica de bebidas, fábrica de telhas, fábrica de implementos agrícolas, fábrica de fumo em corda, atafona, alfaiataria, funilarias, marcenarias, carpintarias, ferrarias, curtume, sapataria, selaria, alambiques e olarias.

Com o crescimento de Linha Butiá Superior, a comunidade se uniu novamente para pleitear junto a Prefeitura do município mãe, Cerro Largo, maiores incentivos e investimentos. O estado de conservação das estradas era péssimo, e mesmo com o pagamento da *Wegsteuer* (assim chamado o imposto para a conservação das estradas do interior) ao poder municipal, poucas obras eram realizadas, e a manutenção da via era feita pelos próprios colonos. Assim, em 8 de abril de 1964, diante da insistência das lideranças comunitárias junto ao poder executivo, Linha Butiá foi elevada à condição de distrito, passando a integrá-lo a sede, Butiá Inferior, Linha Bonita, Boa Esperança, linha Dona Otília – hoje distrito de Roque Gonzales –, Taipão e Santa Teresinha. Ainda, na ocasião das comemorações desta grande conquista para a comunidade, Linha Butiá passou a ser chamada de Vila de São Pedro do Butiá, uma homenagem ao pioneiro da localidade, Pedro Thomas, e ao primeiro professor do município, Sr. Pedro José Scher.

Diante da condição de distrito, foi instituída em São Pedro do Butiá a subprefeitura, e todos os tributos que eram pagos à prefeitura de Cerro Largo agora poderiam ser quitados na subprefeitura do distrito. Isso não garantia, entretanto, que todo o valor pago em impostos seria revertido em serviços aos moradores. Entre os anos de 1963 – instalação do distrito – e 1992, vários subprefeitos alternaram-se no cargo, o que resultou em importantes obras para o distrito, como a delimitação da zona urbana, calçamento das principais ruas, instalação da iluminação pública, construção da rede geral de abastecimento de água, reforma de pontes e estradas e a construção da praça. A principal melhoria, entretanto, se deu com a implantação da telefonia rural, que inicialmente era utilizada apenas em caso de doença.

A instalação do distrito foi apenas uma iniciativa burocrática, já que não melhoraram em nada os serviços fornecidos por Cerro Largo aos munícipes. A principal mão-de-obra e o principal fornecedor de matéria-prima ainda eram os moradores. O caso de instalação da telefonia rural exemplifica essa situação, uma vez que os postes usados para levar as linhas de transmissão até as localidades do distrito foram doados e preparados pelos moradores, assim como também a colocação e a instalação da linha foram realizadas pelos membros da comunidade. A aquisição dos aparelhos telefônicos foi feita por meio de doações, o que

possibilitou a chegada deste serviço em todas as comunidades pertencentes ao distrito.

Em duas ocasiões - 1966 e 1988 - as lideranças distritais cientes de que a Vila de São Pedro do Butiá poderia alcançar a sua autonomia político-administrativa, encaminharam ao poder estadual o processo de emancipação do distrito, que foi negado sob a justificativa de que a Vila ainda não oferecia infra-estrutura suficiente para ser elevada à condição de município. Somente em 10 de março de 1992 foi promulgada a lei – nº 9553 – que criava a municipalidade de São Pedro do Butiá. Em outubro do mesmo ano foram realizadas eleições para a escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores, e em 1º de janeiro de 1993 ocorreram as respectivas posses. Assim, configurou-se o município de São Pedro do Butiá com suas oito comunidades, distribuídas em 107,44 km², tendo por localização absoluta 54°58'13" de longitude oeste e 28°6' de latitude sul.

4.2 História agrária e evolução da qualidade de vida das famílias agrícolas

Com base nos fatos ambientais, técnicos, econômicos e sociais apontados pela história de São Pedro do Butiá, pode-se identificar a evolução das práticas agrícolas e pecuárias, que resultaram na história agrária deste município. Esse contexto agrário é dividido em cinco estágios: colonização e desenvolvimento da agricultura colonial familiar (1907-1940), ciclo do suíno tipo-banha e motorização da agricultura (1941-1945), crise na criação do suíno tipo-banha e modernização da agricultura (1966-1985), diversificação de atividades na agricultura (1985-1995) e Intensificação da diversificação de atividades, aliada à preservação ambiental (1995-2007) (BASSO, OLIVEIRA, 2006).

O primeiro estágio começou com a chegada dos colonizadores e se estendeu até final da década de 1930. Este período é conhecido como de colonização e desenvolvimento da agricultura. A agricultura estava voltada para o autoconsumo e era desenvolvida essencialmente em pequenas unidades de produção familiar. Essas unidades formaram-se a partir da abertura de área dentro da mata. O cultivo baseava-se na fertilidade natural da terra através do sistema de pousio. Em outras ocasiões, a fertilidade era assegurada por meio de esterco de animais – criações de

suínos e bovinos em piquetes ao ar livre –, que transferiam matéria orgânica para o solo.

Os principais produtos produzidos pelos colonos neste estágio eram milho, trigo, feijão, batata-doce, animais (suíno preto, uma junta de bois, uma vaca e algumas aves). O excedente da produção era trocado no comércio local por querosene, sal, remédios e algumas ferramentas. Essa troca acontecia também entre os vizinhos, que se ajudavam mutuamente. O trabalho era essencialmente manual, e contava-se com a tração animal e com as poucas ferramentas disponíveis, tais como, machado, enxada, facão e serrote (BASSO, OLIVEIRA, 2006; SCHNEIDER, 2007).

Quanto à economia do período, além das trocas estabelecidas entre vizinhos e comerciantes, havia a exploração comercial do fumo e da banha, do excedente de madeira e dos serviços de infra-estrutura (construção de casas e galpões), o que favoreceu a instalação de serrarias, as quais desempenharam um importante papel na acumulação de dinheiro, pois se constituíram em uma fonte de renda não-agrícola para os colonos.

A vida comunitária se estruturava em torno da escola e da igreja católica. Em 1930, iniciou-se a circulação do Jornal *Deutsche Volksblatt*, e em 1940 chegou o rádio, o que foi tomado como uma forma de entretenimento e informação (SCHNEIDER, 2007).

O segundo período, compreendido entre 1941 e 1965, é o chamado ciclo do porco-banha e a motorização da agricultura. A produção colonial passou a ser mais intensa e voltou-se para a criação de suínos tipo-banha. A produção tritícola – que tinha importante função na dieta alimentar da família – era comercializada nos vários moinhos coloniais que existiam na região. Surgiram em São Pedro do Butiá os primeiros tratores e semeadeiras, que favoreceram o plantio e a expansão das lavouras de trigo e soja (BASSO, OLIVEIRA, 2006).

Com o uso mais intenso dos solos e a diminuição do período de pousio, esgotou-se a fertilidade natural dos solos e a reposição de nutrientes por meio de

esterco tornou-se insuficiente. Uma seqüência de intempéries e pragas assolou as plantações: enchentes (1941), secas (1945-46), nuvens de gafanhotos (1947) e os constantes ataques de formigas. Ainda, a substituição da banha de porco por óleos de origem vegetal inviabilizou a criação de suínos tipo-banha para o comércio (SCHNEIDER, 2007).

A crise na criação de suínos tipo-banha e a modernização da agricultura – tendo no binômio soja-trigo as principais culturas –, foram as características fundamentais da terceira fase da história agrária de São Pedro do Butiá, que vai de 1965 a 1985. Houve profundas transformações tanto nos processos de produção quanto nas relações socioeconômicas. Impulsionados pelo crédito oficial subsidiado, os agricultores passaram a modernizar seus sistemas de produção, baseados no uso de insumos industriais e na mecanização. Se por um lado houve maior facilidade no manejo do trabalho agrícola, por outro houve a intensificação do processo de desmatamento das florestas e a transformação de áreas de banhado em solos perfeitamente agricultáveis (BASSO, OLIVEIRA, 2006).

Durante a década de 1970, a produção de grãos encontrou seu auge, incentivada pelo aumento conferido ao preço da soja. Para fazer frente às novas exigências impostas pela inserção da região na economia mundial, surge a necessidade de intensificação da produção, melhorando-se os índices de rendimento e de resultados econômicos obtidos. Com isso, vários alimentos que compunham a mesa do agricultor deixaram de ser produzidos na propriedade, o que aumentou o custo de manutenção da família.

A partir de 1980, esse modelo de agricultura começou a apresentar sinais de esgotamento, e observou-se a crise no binômio soja-trigo. As principais causas foram: a compactação do solo aliada ao elevado custo dos insumos e máquinas agrícolas, a queda nos subsídios e as estiagens e excessos de chuva.

Diante de tal crise que se instaurou entre os agricultores butiaenses – e de uma forma geral, em todo o Brasil – surge a necessidade de mudança e com isso entra-se no quarto período da história agrária de São Pedro do Butiá, denominada diversificação da agricultura (1985-1995). A partir das consecutivas frustrações de

safras, os agricultores familiares optaram pela retomada da produção de suínos em ciclo completo²⁰ – porém agora, suínos tipo-carne²¹ - e pelo incremento da pecuária leiteira. Com isso, intensifica-se no município o plantio de milho, usado em forma de silagem²² ou em grão, para o alimento animal. As pastagens passam a ocupar o espaço antes utilizado pela produção tritícola. Mesmo assim, as plantações de soja ainda figuram entre as maiores áreas plantadas no município (BASSO, OLIVEIRA, 2006).

Com o objetivo de diminuir as grandes distâncias que os agricultores deveriam percorrer para comercializar sua produção – já que tinham de transportar a produção até um município vizinho –, foi que em dezembro de 1989 instalou-se em São Pedro do Butiá a unidade da Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo (COTRISA). Essa cooperativa foi fundada em Santo Ângelo, em consequência da dificuldade que os agricultores enfrentavam, em 1956, para armazenar o trigo produzido. Anos mais tarde, a COTRISA passou também a armazenar e comercializar outros produtos agrícolas.

Além de armazenar e comercializar os produtos, a COTRISA promove “Dias de Campo”, quando os agricultores são convidados a conhecer as novas variedades de sementes, dos mais diversos cultivos. Durante o ano de 2007, a cooperativa desenvolveu em São Pedro do Butiá o “Projeto Escola no Campo”, que objetivou a conscientização dos alunos quanto ao correto uso dos agro-químicos e o recolhimento de suas embalagens.

²⁰ A produção de suínos em ciclo completo é caracterizada pela criação do animal, na mesma propriedade, desde a reprodução até o momento da venda.

²¹ Também conhecido como suíno *light*, foi desenvolvido por meio de pesquisas realizadas pela EMBRAPA Suínos e Aves, de Concórdia – SC. A qualidade genética do suíno foi modificada e adaptada à nova exigência do mercado brasileiro, que preconiza a produção de carne e não mais de gordura, como aconteceu nos anos anteriores. (EMBRAPA, 2008)

²² Silagem é o produto resultante do processo de anaerobiose sofrido pela forrageira, entre elas o milho (grão ou planta inteira), que acontece por meio da ensilagem. A ensilagem é o modo de colheita, compactação e vedação dos silos (ou trincheiras), para que o processo de fermentação aconteça. Este processo conserva o valor nutritivo das forrageiras, o que permite a sua utilização por longos períodos, principalmente durante o inverno, quando os alimentos para os animais são mais escassos (EMBRAPA, 2008).

Em 1992, com o intuito de lutar pelos direitos dos agricultores familiares, surge o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em São Pedro do Butiá. Em anos anteriores, os agricultores se deslocavam até o STR do município de Cerro Largo, do qual faziam parte, o que dificultava muito a sua participação na entidade, devido à distância e tempo despendido para chegar até lá. Entre as principais conquistas do movimento dos trabalhadores rurais estão a aposentadoria rural aos 55 anos para a mulher, e 60 anos para os homens; auxílio maternidade; auxílio doença; pensão de um salário mínimo por morte de cônjuge ou companheiro; financiamentos subsidiados pelo governo (PRONAF); seguro agrícola; troca-troca de sementes de milho e forrageiras e habitações rurais.

O quinto período da história agrária de São Pedro do Butiá está compreendido entre 1995 até 2007 e é caracterizado pela diversificação de atividades com ênfase na preocupação com o meio ambiente, visando a uma melhora na qualidade de vida dos agricultores. Nesta fase, a produção leiteira e a criação de suínos despontam como principais atividades econômicas do município. Porém, a criação de suínos ciclo completo – praticada nas pequenas propriedades – acabou cedendo lugar às criações especializadas em manejo de leitões ou engorda, que são produzidos em grandes granjas²³ (BASSO, OLIVEIRA, 2006).

Por outro lado, impulsionada pelo PRONAF, houve uma grande diversificação de atividades nas pequenas propriedades, como a intensificação da pecuária leiteira, cultivo de plantações alternativas como alfafa, canola e girassol, além do surgimento de algumas agroindústrias familiares, que passaram a incorporar valor aos seus produtos.

Foi neste período, também, que surgiu a maioria dos serviços e entidades voltadas para apoiar os agricultores, principalmente os que desenvolvem suas atividades nas pequenas unidades de produção familiar. Exemplos são a EMATER/RS - Ascar (1997); Cooperbutiá (2001); Associação Regional de

²³ Para assegurar um melhor preço para o quilo do suíno e facilitar a compra de remédios e rações, foi criada em 1997 a Associação dos Criadores de Suínos da Grande Cerro Largo, onde todos os produtores encontram-se integrados junto a empresas como SADIA, AVIPAL, entre outras.

produtores de leite (2006); Curso de gestão rural para Jovens (2006) – que culminou com a Feira de Tecnologia no ano seguinte.

Assim como aconteceu com o STR, os agricultores do município eram atendidos anteriormente pelo escritório da EMATER localizado em Cerro Largo. Como o atendimento aos agricultores muitas vezes não acontecia – devido principalmente às grandes distâncias que poucos extensionistas deveriam percorrer, foi que em 1997 instalou-se em São Pedro do Butiá o escritório da EMATER-Ascar, que tem por missão:

Promover e desenvolver ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações, priorizando a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento rural sustentável, através da melhoria da qualidade de vida, de segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda e da preservação ambiental. (EMATER, 2007, s/p)

Atualmente, para cumprir com seu propósito, a EMATER-Ascar conta com um técnico agrícola – Olir Donato Vier -, uma extensionista de bem estar social - Marlene Jacinta Anschau -, além de uma auxiliar administrativa. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se orientação para o crédito rural, piscicultura, fruticultura, RS Rural, saneamento básico, recuperação de solos, lazer e recreação, alimentação e artesanato.

Entre estas atividades, as mais importantes certamente são as desenvolvidas com as mulheres e jovens do meio rural do município, que até a instalação da EMATER-Ascar não contavam com nenhum tipo de atendimento. Assim, coordenada pela extensionista da EMATER, Marlene Anschau, foram criados nove grupos de trabalho – um em cada comunidade e mais um na sede municipal²⁴. Este trabalho abrange mais de 320 pessoas, que se reúnem uma vez por mês para aprender – e ensinar –, novas técnicas de panificação, artesanato, alimentação saudável, produtos de limpeza e higiene pessoal e, ainda, organização de viagens e

²⁴ No interior do município têm-se os grupos de senhoras e moças: Grupo Brinco de Princesa – Linha Boa Esperança, conta com 25 sócias; Grupo Sempre Unidos – Esquina União, conta com 36 sócias; Grupo Unidos Venceremos – Linha Taipão Frente (28); Grupo Cantinho da Amizade – Linha Bonita Norte (26); Grupo Encanto Rainha – Linha Bonita (32); Grupo Sonhar e Vencer – Linha Taipão Fundos (20); Grupo Rosa Branca – Butiá Inferior (40); Grupo Renascer – Linha Santa Teresinha (44). Na sede de São Pedro do Butiá há o grupo formado por 35 participantes, chamado Renovação.

encontros de confraternização entre as mulheres do município e entre outros municípios.

Além disso, a EMATER incentivou o desenvolvimento de grupos de famílias de agricultores que gostariam de diversificar suas atividades, com o objetivo de agregar renda aos produtos. É o caso do Grupo do Peixe, Grupo da Uva, Agroindústria e Grupo da Feira. Assim, a EMATER oferece toda assistência técnica e orientação para o crédito para os grupos iniciarem e conduzirem suas atividades.

Como resultado da iniciativa desenvolvida em conjunto entre o STR, EMATER e Prefeitura Municipal – representada pela Secretaria da Agricultura, foi fundada a COOPERBUTIÁ (Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Pedro do Butiá) em junho de 2001.

A cooperativa foi criada com o objetivo de pleitear melhor preço para o leite produzido nas pequenas propriedades, pois as regras impostas pelas grandes empresas excluía a maioria dos agricultores familiares, que não dispunham de recursos suficientes para se adequar a elas²⁵. Com a cooperativa intermediando a venda, os agricultores recebem o mesmo preço que as companhias pagam e, em alguns casos, ganham até mais.

Outro objetivo da COOPERBUTIÁ é fomentar a diversificação de atividades e criações nas unidades familiares de produção, visando ao aumento da renda gerada. Para isso, as atividades desenvolvidas pela cooperativa são voltadas para cursos de formação para a atividade leiteira e produção de produtos orgânicos; programa de habitação: reforma e construção de moradias; programa de aquisição de produtos agrícolas que são comercializados em toda a região; fornecimento de sementes de milho e forrageiras; disponibilidade de adubo para aquisição através do sistema troca-troca.

Cientes da importância da produção leiteira para a economia das propriedades, os agricultores se reuniram em dezembro de 2006, no Clube Concórdia em Linha

²⁵ As novas regras incluíam ordenhadeira, sala especial de ordenha e resfriador a granel.

Bonita, e criaram a Associação Regional de Produtores de Leite. Essa associação, com sede no município de São Pedro do Butiá, passou a abranger vários municípios, entre eles Salvador das Missões, São Paulo das Missões, Roque Gonzales, Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Rolador, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Ubiretama e Mato Queimado.

Como é uma associação sem fins lucrativos, tem sua sede junto a Secretaria da Agricultura. Seu principal objetivo é melhorar a condição de vida do seu quadro social e capacitar tecnicamente os agricultores no que tange a melhorias no manejo, mercado de preços, na qualidade e produtividade leiteira.

Estimular o jovem a permanecer no meio rural é o grande desafio de um município que tem na sua base econômica a agricultura, suinocultura e pecuária leiteira. A fim de evitar o êxodo rural, a Prefeitura Municipal, o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) desenvolveram no decorrer do ano de 2006 o Curso de Gestão Rural para Jovens. Neste curso, foram ministradas noções de administração rural, meio ambiente, segurança alimentar e organização social. Durante o curso, os jovens foram incentivados a desenvolver propostas e projetos de geração de emprego e renda, o que culminou com a I Feira de Tecnologia, realizada em dezembro de 2007.

A Tabela 1 explica a evolução sócio-cultural, técnica, econômica e ambiental nos cinco períodos da história agrária de São Pedro do Butiá.

Diante das informações apresentadas, percebe-se que a agricultura é a principal atividade econômica do município, visto que 62,74% do produto interno bruto (PIB) provêm desta atividade²⁶. No COREDE Missões o que acontece é o contrário, pois a agricultura vem em segundo lugar com 30,5%, sendo superada na composição do PIB pelo setor de serviços com 40,1% (MDA, 2005).

²⁶ O restante da composição do PIB de São Pedro do Butiá é constituído pelos setores de serviços (30,53%), indústria (6,33%) e impostos (0,38%). (IBGE, 2000)

Tabela 1 – Esquematização da história agrária de São Pedro do Butiá

FATORES → PERÍODO ↓	SOCIO-CULTURAIS	TÉCNICOS	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS
1907 até 1940 Colonização e desenvolvimento da agricultura colonial	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de imigrantes da região de Santa Cruz do Sul, Montenegro, Estrela e São Leopoldo – Colônia Velha; - Vida comunitária estruturada em torno da escola, igreja e clubes sociais; - Ensino ministrado em língua alemã; - Início da circulação do Jornal Deutsche Volksblatt - Início das transmissões de rádio. - Criação da cooperativa Boa Esperança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Início das explorações de subsistência (milho, arroz, feijão, abóbora, mandioca e batata, lentilha, linhaça e fumo); - Uso de instrumentos manuais de trabalho (machado, serrote, foice) e tração animal; - Fertilidade natural das terras baseada no pousio e pelo adubo orgânico (dejetos animais); - Ajuda mútua entre vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda para carroceiros; - Início do comércio local e serrarias; - Crédito ENTRE os agricultores; - Desvalorização das terras vermelhas; - Venda de fumo e banha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desmatamento e queimadas para abertura de estradas e roças.
1941 até 1965 Ciclo do suíno tipo-banha e motorização da agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - Obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuído período de pousio; - Uso de trator e maquinários; - Adubação química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e comercialização do suíno tipo-banha; - Produção tritícola em ascensão; - Início do plantio da soja; - Presença de agroindústrias, moinhos e alambiques. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação do desmatamento para roças novas; - Enchentes, secas, nuvens de gafanhotos, formigas.
1966 até 1985 Crise na criação de suínos tipo-banha e modernização da agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - Televisão; - Telefones comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação da produção da soja; - Uso intensivo de insumos industriais; - Fim das plantações de fumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Binômio soja-trigo - Substituição da criação e comércio do suíno tipo-banha pelo porco-light; - Crédito oficial subsidiado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auge do desmatamento; - Intensificação do uso do solo decorrente da modernização da agricultura; - Esgotamento dos solos.

Continuação

FATORES →	SOCIO-CULTURAIS	TÉCNICOS	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS
PERÍODO ↓				
1966 até 1985 Crise na criação de suínos tipo-banha e modernização da agricultura (continuação)		<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação do binômio soja-trigo; - Diminuição expressiva na diversificação da produção nas propriedades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização dos grãos - Início do esgotamento do binômio soja-trigo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso indiscriminado de agrotóxicos; - Estiagens e excessos de chuva.
1986 até 1995 Diversificação de atividade na agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - COTRISA; - Pastoral da Saúde; - STR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Soja e trigo perdem espaço para pastagens e milho; - Substituição do suíno tipo-banha para o tipo-carne; - Incremento da pecuária leiteira; - Plantio direto; - Policultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suinocultura praticada nas pequenas propriedades em ciclo-completo; - Financiamentos para a agricultura familiar – PRONAF; - Crédito fundiário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação ambiental; - Diminuição e proibição do uso de certos tipos de agrotóxicos.
1996 até 2007 Diversificação de atividades aliada a preocupação com o meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - EMATER; - Terceira Idade; - Pastoral da Criança; - Associação dos portadores de necessidades especiais; - Associação Regional dos produtores de Leite; - I Feira de Tecnologia; - Cooperbutiá; - Grupos de Senhoras e Moças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação de culturas: girassol, canola, mamona; - Diversificação de atividades: derivados de leite, cana-de-açúcar, uva, farináceos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pecuária leiteira e suinocultura como principais atividades econômicas; - Criação de suínos de forma integrada com as empresas – criações especializadas; - Agroindústrias de transformação; - Turismo Rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Escola no Campo: COTRISA; - Recolhimento de embalagens de agrotóxicos; - Reflorestamento.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base em informações da obra de Basso e Oliveira (2006)

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), a maior parte da receita proveniente da agricultura – entre 80 e 90% do Valor Bruto de Produção (VBP) –, é resultado da produção organizada no interior de pequenas propriedades rurais, onde as principais características são o trabalho familiar e a diversificação de atividades. Esta forma de agricultura garante a permanência de 532 famílias no campo, havendo o plantio de diversas culturas, sendo que as principais continuam sendo o milho e a soja. Na pecuária, destacam-se a produção leiteira e a suinocultura.

Conforme afirma Shanin (1972), a existência de propriedades rurais familiares imprime no espaço regional formas específicas de organização econômica, social, política e ambiental, as quais merecem um estudo mais detalhado. Assim, torna-se assunto de extrema relevância desvendar qual o papel da agricultura familiar na geração de renda e na promoção de qualidade de vida entre famílias agricultoras no município de São Pedro do Butiá – RS, enquanto segmento presente na organização do espaço regional do COREDE Missões.

Para isso, optou-se pelo método de abordagem baseado na dialética marxista, que abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significado (MINAYO, 1999, p.11). O estudo de caso foi escolhido para compor o método de levantamento de dados, já que se fundamenta na idéia de que a análise de uma ou algumas unidades de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo (GIL, 1992, p. 46).

O universo pesquisado são as propriedades rurais familiares de São Pedro do Butiá, distribuídas pelas oito comunidades que formam o município, e os órgãos que prestam assistência direta para os agricultores, como Prefeitura Municipal (Secretaria de Agricultura e Saúde), EMATER, STR, COOPERBUTIÁ e COTRISA. Para selecionar as unidades amostrais (propriedades rurais familiares), seguiu-se o critério sugerido por Gil (1991), ou seja, que o objeto de estudo, em função da informação prévia, seja a melhor expressão da realidade.

A seleção dos agricultores familiares entrevistados foi feita tendo como referência o caráter familiar da produção. Desta forma, para ser enquadrada como unidade familiar de reprodução, indispensavelmente, a família deve ser gestora da propriedade e fornecer a maior parte da mão-de-obra necessária para efetuar o trabalho. Ainda, deve possuir até 50ha de terra (arrendadas de terceiros ou próprias) e praticar a diversificação de atividades. Assim, foram pesquisadas três propriedades rurais familiares em cada uma das oito comunidades do município, totalizando vinte e quatro propriedades. A escolha das propriedades deu-se com o auxílio de informante qualificado, a funcionária extensionista da EMATER, Marlene Anschau.

Partindo-se destes pressupostos metodológicos, a coleta de dados junto as entidades supracitadas foi feita com questionário (ANEXO A) contendo perguntas de caráter qualitativo, as quais foram respondidas pelos respectivos responsáveis. As perguntas voltaram-se para informações referentes à agricultura familiar no que tange a assistência técnica, diversificação de atividades, agregação de renda à produção, qualidade de vida e mecanismos desenvolvidos para possibilitar uma qualidade de vida para as famílias agricultoras.

A coleta de dados junto aos agricultores familiares deu-se por meio de entrevista domiciliar, com aplicação de questionário contendo perguntas de caráter quantitativo e qualitativo (ANEXO B), sobre informações referentes ao grupo familiar; mão-de-obra complementar; posse e uso da terra; principais fontes de renda e créditos bancários; diversificação de atividades na propriedade; assistência técnica; qualidade de vida; bens de conforto; participação na sociedade; destino do lixo; acesso à água potável e destino dos efluentes sanitários.

4.3 Caracterização da agricultura familiar em São Pedro do Butiá e suas relações com a qualidade de vida

Os representantes do poder executivo municipal que responderam aos questionamentos foram: Pedro Raimundo Birck – prefeito; Eugênio Rauber – Secretário Municipal da Agricultura (SMA) e Líria Birck – Secretária Municipal da Saúde (SMS). O chefe do escritório da EMATER, Odir Donato Vier, e a extensionista e vereadora Marlene Anschau foram os representantes da EMATER, o presidente do STR, Valter Seibert, respondeu os questionamentos em nome do STR e o gerente da COTRISA, Lindomar José Konzen, também foi entrevistado.

O prefeito Pedro Raimundo Birck, que está em seu segundo mandato (2002-2004; 2005-2008), quando questionado sobre se a prefeitura prestava algum tipo de assessoria e incentivo à agricultura familiar, respondeu que todas as secretarias (saúde, educação, administração, obras, agricultura e meio ambiente) trabalham voltadas para o fortalecimento das propriedades rurais familiares. O chefe do poder executivo frisou que *“enquanto a maioria dos colegas prefeitos estão engajados em trazer grandes indústrias para os seus municípios, eu entendo que o grande empreendimento de São Pedro do Butiá é investir em seu povo, em cada uma das propriedades familiares”*.

Sobre qual o tipo de assessoria prestada pela prefeitura aos agricultores familiares, o prefeito, assim como o SMA, destacou o FUNDESE (Fundo de Desenvolvimento Socioeconômico de São Pedro do Butiá); a disponibilidade permanente de um veterinário, um agrônomo e um técnico agrícola; cursos de atualização gratuitos e a patrulha agrícola.

O FUNDESE é um fundo de investimento interno do município, criado em 2001 e reestruturado em 2002. É um fundo rotativo, criado a partir de uma verba municipal, e tem por objetivo emprestar dinheiro aos agricultores do município com juros abaixo do mercado (em torno de 3% a.a.). Com a reestruturação do fundo, os empréstimos passaram a privilegiar projetos voltados para a agricultura familiar, num limite de 150 sacas de milho (em torno de R\$ 3.300,00) por propriedade. Conforme o prefeito, antes da reestruturação, *“os projetos enviados pelos agricultores familiares*

não eram nem analisados em detrimento dos grandes produtores rurais do município, agora os agricultores familiares passaram a ter vez e voz no FUNDESE”.

O SMA, Eugênio Rauber, explica o funcionamento do FUNDESE e confirma a informação fornecida pelo prefeito municipal: *“Esse fundo beneficia todos os agricultores do município, mas é pro agricultor familiar. Esse fundo financia a aquisição de insumos agrícolas, financia também a construção de galpões, compra de animais, ordenhadeiras, tudo que se possa usar para produzir na agricultura familiar. Este fundo é composto por um representante de todas as entidades e de cada comunidade do município. Os pedidos de financiamento são recebidos na secretaria de agricultura, e levado pra avaliação na assembléia uma vez por mês. Junto com a proposta feita pelo agricultor, apresenta-se também um projeto técnico, feito pelo veterinário ou pelo agrônomo, dependendo do pedido”.*

O projeto técnico citado pelo secretário é uma proposta feita pelo agricultor interessado em adquirir crédito, em conjunto com a análise do agrônomo – se o projeto for relacionado a plantios e correção de solo –, ou do veterinário, caso se relacione a aquisição de animais. Por exemplo, se um agricultor quiser comprar uma vaca leiteira, ele levará o pedido junto com a justificativa para a secretaria da agricultura. No caso, a justificativa da compra do animal é visando ao aumento da produção leiteira. O técnico responsável, neste caso o veterinário, analisa o pedido do agricultor, visita a propriedade para constatar se esta oferece estrutura suficiente para receber o animal, ou ainda, se é realmente mais um animal que o agricultor precisa para aumentar a produção leiteira ou se é alimentação para os demais animais que se faz mais necessária, para assim atingir o seu objetivo. Se o técnico der seu parecer favorável à compra do animal, ele ainda vai sugerir qual a melhor raça que se adequará àquela propriedade. Com o projeto concluído, ele segue para a apreciação da assembléia, que votará a favor ou não do novo empreendimento. Segundo Eugênio Rauber, o FUNDESE foi o primeiro grande investimento na agricultura familiar feito pelo município, pois financia os projetos dos produtores familiares visando ao melhoramento da propriedade e ao aumento da produtividade, sem muita burocracia, o que não é feito por nenhuma instituição financeira.

Outro grande incentivo e assistência prestada aos agricultores familiares referem-se à patrulha agrícola. Como o município de São Pedro do Butiá é constituído principalmente de pequenas e médias propriedades rurais, a compra de determinados implementos agrícolas – como, por exemplo, trator, espalhador de esterco e semeadeira de plantio direto – se torna onerosa para os agricultores. Foi por esse motivo que o STR em conjunto com a Prefeitura Municipal, por meio de incentivos financeiros pleiteados junto ao governo federal, comprou vários equipamentos que são disponibilizados para os agricultores familiares prepararem a terra para receber a sementeira e colherem sua produção agrícola.

A secretaria de agricultura e a secretaria de obras são os responsáveis pela administração dos implementos. Os implementos de custo mais elevado (trator tracionado, caminhão espalhador de esterco, rolo compressor, grade terraceadora, semeadeira plantio direto, enfardadeira e enfileira²⁷) ficam na garagem municipal, e são operados pelo motorista específico da função. Para requisitar o serviço, o agricultor deve marcar hora e fazer o pagamento do combustível e da depreciação dos implementos utilizados.

Eugênio Rauber ressaltou que em cada comunidade existe um grupo de agricultores que administra um espalhador de esterco puxado a trator e um espalhador de uréia, que fica na casa de um agricultor escolhido pela comunidade. Este agricultor fica responsável pelos implementos, e a manutenção destes é assegurada pela cobrança relativa à utilização destes maquinários.²⁸

Quanto a EMATER, como salientou o chefe do escritório de São Pedro do Butiá, Odir Donato Vier, as suas ações de assessoria aos agricultores familiares estão voltadas para a implementação de políticas públicas como, por exemplo, o crédito rural e o crédito fundiário. O primeiro abrange os projetos de custeio das safras, sendo que a EMATER responsabilizou-se pela orientação técnica aos

²⁷ A enfileira e a ensiladeira são máquinas utilizadas na colheita da alfafa. A primeira, após cortada a alfafa, junta e enfileira o produto, para facilitar o seu recolhimento. Já a ensiladeira é responsável por agrupar a alfafa em forma de feno ou fardos de 30kg.

²⁸ Neste caso, o uso do espalhador de esterco puxado a trator e o espalhador de uréia é pago tendo em vista quantas cargas foram espalhadas de esterco e de uréia. No final da utilização, o agricultor que tomou emprestado os equipamentos faz a contagem das cargas espalhadas e o pagamento respectivo junto ao outro agricultor responsável pelos implementos, que devem ser entregues limpos.

produtores. Já no crédito fundiário (que foi composto por recursos do MDA e do município) a EMATER avaliou a terra que o produtor estava empenhado em comprar, para ver se era adequada aos propósitos do agricultor, assim como, acompanhou toda a instalação da nova propriedade, por meio do projeto 'Morar Melhor'. O crédito fundiário e o projeto morar melhor foram implementados pela EMATER em conjunto com o STR.

O projeto Morar Melhor surgiu, segundo o presidente do STR, Valter Seibert, da constatação de que existiam financiamentos para melhorias em infra-estruturas voltadas para a construção de galpões para guardar os produtos, para abrigar os animais, porém não existia nenhum que visasse à melhoria da casa dos agricultores. A família é escolhida seguindo critérios de estado e conservação da moradia e o financiamento é concedido somente para agricultores familiares. Assim, a família é beneficiada com R\$ 8.000,00, dos quais R\$ 6.000,00 são a fundo perdido. Porém, para a família agricultora rural conseguir o crédito, deve aceitar participar de todas as fases do processo, que inclui toda a família. O homem recebe instruções de como e quais cultivos se adaptam melhor ao terreno, sempre priorizando a diversificação de atividades; a mulher participa de cursos sobre como fazer um pomar, uma horta, material de limpeza, como ter uma alimentação saudável e equilibrada sem agrotóxicos e, ainda, a EMATER assessora a instalação do saneamento nas propriedades, dando destino adequado aos dejetos, para desta forma não contaminar o meio ambiente.

Em São Pedro do Butiá foram beneficiadas doze famílias com o crédito fundiário, as quais se encontram nos mais diversos estágios de instalação. Marlene Anschau, extensionista da EMATER, ressalta a importância de uma boa administração na nova propriedade, já que esta deve ser capaz de conseguir sustentar a nova família que ali se instalou, e ainda pagar o crédito. Muitas das agricultoras beneficiadas com esse projeto já faziam parte dos grupos de 'Senhoras e Moças' desenvolvidos nas comunidades.

Sobre a parte social do projeto de instalação de uma nova propriedade, o chefe do escritório da EMATER afirma: "*Entendemos que o fornecimento do crédito deve andar junto com a parte social do mesmo, analisando a propriedade como um todo,*

e não somente na parte econômico-financeira, mas também no bem-estar e na qualidade de vida desses agricultores”.

Com a construção da Usina Hidrelétrica Passo São João no Rio Ijuí, entre os territórios dos municípios de Roque Gonzales e Dezesseis de Novembro, o lago da barragem se estenderá pelos municípios de São Luiz Gonzaga, Rolador e São Pedro do Butiá. Com isso, sessenta e cinco propriedades rurais familiares serão atingidas nas comunidades de Santa Teresinha, Taipão Fundos e Taipão Frente, somando um total de 250ha. O STR está lutando pelo direito a indenizações que cubram a perda total que os agricultores terão. Para isso, o STR está prestando assessoria aos agricultores, inclusive jurídica, para que eles sejam ressarcidos de todas as suas perdas. Técnicos foram contratados para fazer um levantamento sobre o preço do ha de terra na região, e a partir daí, estipular um preço justo pelas terras dos agricultores familiares.

Quando Pedro Raimundo Birck foi questionado sobre qual a importância da diversificação de atividades na agricultura familiar, o prefeito logo atentou para o fato de que *“a diversificação e a agricultura familiar são imprescindíveis para o desenvolvimento do município, ainda mais levando-se em consideração os últimos históricos de safra.”* Neste caso, o prefeito se referiu à descapitalização dos agricultores, resultante das longas secas que assolaram o município e causaram grandes perdas nas monoculturas como a soja, milho e trigo.

O secretário da agricultura, Eugênio Rauber, concorda com o prefeito e acrescenta que no período das secas prolongadas (1999-2005) o êxodo rural de jovens aumentou consideravelmente, pois os jovens não tinham outra perspectiva além das monoculturas. Neste sentido, a prefeitura municipal, EMATER, STR, COTRISA e COOPERBUTIÁ uniram esforços para demonstrar que a pequena propriedade familiar é viável, desde que nela seja desenvolvida a diversificação de atividades. Para isso, houve a comparação entre duas pequenas propriedades rurais familiares, em uma a matriz produtiva estava assentada na monocultura, e na outra na diversificação. Logo, a propriedade que gerou maiores fontes de renda foi a que optou pela diversificação de atividades. Assim, segundo o secretário de agricultura, *“a pequena propriedade não pode depender de uma única fonte de renda, se*

acontece uma seca, se perde toda a produção do ano inteiro, no caso da soja. Agora se a propriedade é diversificada, pode-se até perder a produção de um mês, o que vai ser compensado por outra atividade desenvolvida na mesma propriedade”.

Os mecanismos usados pela prefeitura municipal para incentivar a diversificação de atividades – tanto de culturas quanto de criações – começam na educação desenvolvida nas escolas municipais. Palestras e seminários são realizados pelo veterinário e o agrônomo, no intuito de mostrar para as crianças que a saída para a manutenção da pequena propriedade é a diversificação. A COTRISA também disponibiliza aos agricultores assistência técnica através de um agrônomo e um veterinário, que fazem o atendimento na propriedade rural de forma gratuita.

Cursos sobre novos cultivos e variedades (girassol, mamona, canola, feijão, mandioca, forrageiras, milho) são ministrados gratuitamente para os agricultores interessados, por meio de lavouras demonstrativas em dias de campo²⁹ (FIGURA 3). Segundo o presidente do STR, Valter Seibert, diante das longas estiagens, sentiu-se necessidade de pesquisar quais espécies vegetais se adequariam melhor à pouca umidade. Por meio de visitas à EMBRAPA Clima Temperado, de Pelotas, conheceu-se a mamona, que será destinada à produção de biodiesel (FIGURA 4). *“A mamona é uma cultura que não se utiliza agrotóxicos e nem é acometida por pragas. Se analisarmos com a safra de soja, a cultura da mamona já sai ganhando em preservação ambiental”*, salienta Valter Seibert. O mesmo acontece com a canola, girassol e oliveiras, que além de serem usadas na fabricação do biodiesel, ainda servem para fazer óleos alimentícios.

²⁹ As lavouras demonstrativas são organizadas pela Prefeitura Municipal, EMATER, COOPERBUTIÁ e STR e constituem-se em canteiros plantados com as novas variedades e espécies, que possam apresentar-se como alternativas à diversificação dos cultivos nas pequenas propriedades. Este trabalho é acompanhado pelos técnicos agrícolas e agrônomos da EMATER e Prefeitura, os quais analisam a viabilidade de tal cultivo para o município. O dia de apresentação destes ‘canteiros’ aos agricultores familiares é chamado de ‘dia de campo’, e é uma tarde onde os agricultores recebem todas as informações sobre aqueles determinados cultivos.



Figura 3 – Agricultores familiares butiaenses em uma lavoura demonstrativa do cultivo da mamona, na EMBRAPA Clima Temperado em Pelotas – RS
Fonte: Arquivo da EMATER, 2007.



Figura 4 – Agricultores em um dia de campo sobre novas variedades de milho, coordenado pela COTRISA.
Fonte: Arquivo da EMATER, 2007.

O STR ainda incentiva o plantio de mudas de árvores frutíferas e o troca-troca de sementes de milho e forrageiras. O troca-troca é uma política pública vinculada pelo governo estadual, o qual se compromete a financiar parte da semente. Assim, o agricultor somente pagará a semente quando colher os frutos de seu trabalho, no ano seguinte.

Fato que foi reiterado tanto pelo SMA quanto pelo prefeito é o incentivo à suinocultura, à produção leiteira e ao melhoramento genético do rebanho, que acontece por meio da inseminação artificial. A secretaria da agricultura forneceu um curso sobre inseminação artificial para alguns agricultores, assim como forneceu a estrutura para conservar o material biológico em botijões com nitrogênio líquido. Assim, quando há necessidade de ser feita uma inseminação em alguma propriedade, o agricultor comunica-se com o responsável, o qual se desloca até a propriedade e realiza o trabalho. Ainda, o melhoramento das pastagens também é priorizado tanto pela prefeitura, quanto pela EMATER, COOPERBUTIÁ e COTRISA, isso tudo para que os animais do rebanho leiteiro tenham alimento tanto no inverno quanto no verão, evitando que se diminua a produção.

Outras formas de incentivo à diversificação de atividades são desenvolvidas pela EMATER, em conjunto com a Prefeitura Municipal, como é o caso dos Grupos da Uva e do Peixe. Como forma de comercializar o excedente de produção das unidades familiares, as entidades criaram a *Fischfest* (Festa do Peixe) e a Expo-

Butiá. Ainda, a EMATER e a Prefeitura apóiam e coordenam o Dia da Participação e Cidadania, *Dezemberfest* e os Jogos Rurais Sol-a-Sol³⁰.

Um grupo de agricultores procurou a EMATER com o intuito de angariar informações a respeito do cultivo da uva. Como não possuía tais informações, a EMATER levou os agricultores para Caxias do Sul e Bento Gonçalves para fazer cursos sobre plantio, poda e fabricação do vinho. O grupo da uva começou seu funcionamento em 2005, com vinte e um participantes. Porém, hoje somente seis famílias agricultoras se dedicam a esta atividade. Mas, segundo a extensionista da EMATER, *“mesmo que uma ou duas famílias continuassem se dedicando ao plantio da uva, ainda assim seria uma vitória, pois estas famílias sujeitaram-se a mudança, e sabem que somente com uma fonte de renda hoje, não dá pra se sustentar na agricultura”*. A idéia inicial da EMATER foi que os agricultores comprassem as mudas de uva, e que, com o tempo, eles próprios aprendessem a fazer enxertos e, assim, passassem a produzir mudas de qualidade, sendo os verdadeiros donos de todo o processo, desde a muda, passando pela construção do parreiral até o produto final que são o vinho, o suco de uva e o vinagre.

O incentivo ao Grupo do Peixe aconteceu da mesma forma. A EMATER e a prefeitura municipal forneceram os alevinos, assim como pesquisaram informações sobre como fazer um bom açude e quais as espécies de peixes que deveriam ser criadas. Em 2007 o grupo contava com vinte e quatro famílias, e já havia adquirido uma rede especial para despesca dos açudes. Alias, quando há o trabalho da despesca em alguma propriedade, sempre é uma festa, pois todos os outros participantes do grupo se unem para ajudar (FIGURA 5). Com o intuito de agregar valor à produção de peixes, a EMATER criou a *Fischfest*. Este é um evento anual consolidado em São Pedro do Butiá, onde são apresentados mais de cinquenta pratos feitos a base de carne de peixe e a participação pública sempre ultrapassa quatrocentas pessoas (FIGURA 6). Esta festa é de responsabilidade do Grupo do

³⁰ Os jogos rurais sol-a-sol são realizados todos os anos e tem como objetivo principal a confraternização de todas as comunidades do município. Durante o dia são realizados os mais diversos jogos, desde os tradicionais, como futebol, vôlei e rústicas, até corrida no saco, canastra, carrinho de mão entre duas pessoas e a caça ao porco encharcado em óleo. Porém, o ponto culminante da festa é a escolha da garota e do garoto sol-a-sol, que acontece ao entardecer e é seguido de uma reunião dançante, onde é premiada a comunidade que mais pontuou em todos os jogos.

Peixe, assim como a fabricação dos pratos; tudo supervisionado pela extensionista da EMATER, Marlene Anschau³¹.

Segundo o secretário da agricultura, Eugênio Rauber, mais de 83% dos hortifrutigranjeiros consumidos em São Pedro do Butiá vêm de fora do município. De posse dessa informação, nasceu o grupo dos feirantes. A feira do produtor acontece uma vez por semana, e nela são comercializados os produtos produzidos nas pequenas propriedades, como rapadura, melado, mel, açúcar mascavo, galinha caipira, peixe e, ainda, saladas, legumes e frutas.



Figura 5 – Despesca na propriedade de um agricultor familiar integrante do Grupo do Peixe
Fonte: Arquivo EMATER, 2006.

³¹ Marlene Anschau também é responsável pelas receitas e pelo treinamento das mulheres, que passam o ano se aprimorando para confeccionar os pratos a base de peixe.



Figura 6 – *Fischfest* edição de 2006. Mais de 50 pratos a base de carne de peixe.
Fonte: Arquivo EMATER, 2006.

Agregar valor à produção agrícola familiar e promover a diversificação nas atividades são os maiores detentores dos investimentos do poder executivo municipal, segundo o prefeito Pedro Birck. *“Para isso, é importante que a agricultura familiar do município seja sustentável, ou seja, que o(a) agricultor(a) seja o administrador(a), pois somente ele(a) poderá decidir o que vai e o que não vai se plantar naquela propriedade”*. Nesta fala, o prefeito se refere às empresas parceiras na criação de suínos e na produção leiteira. Apesar de contribuírem no aumento da arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), o poder público municipal alerta os agricultores para que os mesmos não fiquem dependentes somente do leite ou da criação de suínos, pois acabarão ficando dependentes também das empresas.

De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) (2002), existem no COREDE Missões quarenta e três agroindústrias familiares, distribuídas em seus vinte e cinco municípios. O município

de São Pedro do Butiá é o segundo maior concentrador deste tipo de iniciativa que agrega valor à produção, já que possui seis unidades³².

O projeto de apoio às agroindústrias familiares – desenvolvido pela prefeitura, EMATER e COOPERBUTIÁ – é um exemplo de agregação de valor à produção familiar. No município, existem as agroindústrias de transformação de derivados de cana e o alambique na Linha Bonita Sul, o grupo de Senhoras e Moças Renascer da linha Santa Teresinha com a fabriqueta de chás e condimentos, a agroindústria de embutidos na Linha Boa Esperança, a agroindústria de farináceos da Linha Bonita Sul e a agroindústria de rapadura e melado de Taipão Frente.

A COOPERBUTIÁ, além de comercializar o leite de pequenos agricultores, também incentiva a diversificação de atividades, porém, voltada principalmente para a produção de alimentos, como mandioca, ovos, mel, cenoura, repolho, feijão, milho verde, batata doce, abobrinha, cenoura, beterraba, temperos como alho e cebola e, ainda, melado, vinagre, *shmier*, entre outros. Mas como somente incentivar a produção não basta, a cooperativa foi em busca de mercados para esses produtos. De acordo com o presidente da cooperativa, parte dos alimentos vai para a merenda escolar das escolas municipais e estadual do município, e outra parte vai para o Programa de Aquisição de Alimentos, do qual a COOPERBUTIÁ faz parte. Este programa é uma iniciativa do MDA, que financia a compra de produtos que têm origem na agricultura familiar, os quais são entregues a duzentas famílias carentes de Santo Ângelo³³, numa cesta básica composta por vinte e um produtos (ANEXO C). Assim, a cooperativa adquire o produto do agricultor e repassa para as escolas e para as cestas básicas. Esse processo ocorre de duas em duas semanas. Para o agricultor familiar ser um fornecedor de produtos, basta ser associado da cooperativa. Luiz Wames afirma que o projeto foi bem aceito tanto pelos agricultores familiares quanto pelas famílias carentes beneficiadas, pois segundo o presidente da cooperativa, *“existem agricultores que nunca tiveram retorno do excesso de sua*

³² O município de São Paulo das Missões possui 7 agroindústrias, e ocupa a primeira posição no COREDE Missões.

³³ Essas famílias classificadas como em estado de exclusão social, são escolhidas pelas associações de bairros do município de Santo Ângelo. A própria associação do bairro fica responsável pela distribuição das cestas. No entanto, todas as famílias beneficiadas têm a obrigação de participar, durante duas vezes por mês, de atividades junto a junto à comunidade, como cursos de crochê, pintura, bordados, e vários outros, com o objetivo também de gerar uma renda para essas famílias.

produção de batatas-doce, feijão, abóbora, cenoura, mandioca e tantos outros produtos da horta, hoje eles conseguem fazer algum dinheirinho que vai interferir positivamente no final do mês dentro desta propriedade e acredito que essa é a maior colaboração que a cooperativa pode dar para os agricultores” (FIGURA 7).



Figura 7 – Alguns dos produtos produzidos na agricultura familiar de São Pedro do Butiá, os quais compõem a cesta básica para as famílias carentes de Santo Ângelo. Estas fotos foram tiradas no dia em que os funcionários da COOPERBUTIÁ estavam montando às respectivas sextas. Da direita para a Esquerda: repolho, mandioca (embalada em pacotes de 10kg), *Shmier*, abóbora de pescoço, feijão preto (embalado em pacotes de 1kg), ovos, mel (500g), rapadura (300g), farinha de mandioca (500g), moranga, cebola e feijão carioca (1kg).
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

A Expo-Butiá é a feira comercial oficial do município e tem como objetivo expor os serviços disponíveis em São Pedro do Butiá, assim como, a produção agropecuária. A agricultura familiar tem grande participação, já que é uma das responsáveis pela ocupação da maioria dos *stands* da feira. Durante a exposição, há competições entre os produtores de leite do município, como o balde de ouro – em alusão ao leite produzido durante um determinado período da feira –, concurso da melhor terneira (FIGURA 8), assim como, são expostos os trabalhos artesanais desenvolvidos pela EMATER e confeccionados pelos grupos de ‘Senhoras e Moças’ de todas as localidades (FIGURA 9), além de haver canteiros experimentais de demonstração de novas variedades de mandioca, cana-de-açúcar e forrageiras (FIGURA 10).



Figura 8 – Concurso da melhor terneira, na Expo-Butiá edição 2006.
Fonte: Arquivo da EMATER, 2007.



Figura 9 – Os Grupos de Senhoras e Moças expõem seus trabalhos na Expo-Butiá/2006.
Fonte: Arquivo da EMATER, 2006.



Figura 10 – Canteiros experimentais de diferentes variedades de mandioca e de pasto forrageiro. Estes canteiros, apresentados durante a Expo-Butiá 2006, foram feitos pela EMATER.
Fonte: Arquivo da EMATER, 2006.

Outra iniciativa que está sendo desenvolvida pela prefeitura municipal, em conjunto com a EMATER e COOPERBUTIÁ, é o fomento ao turismo rural por meio da criação do Centro Germânico Missioneiro – *Missions Deustchzentrum*. Pretende-se criar um roteiro turístico que passará por propriedades familiares no interior do município, onde os visitantes poderão conhecer como é a vida no campo, além de

apreciar cachoeiras, o funcionamento das agroindústrias e fontes naturais protegidas. O projeto conta com a construção de uma estátua de São Pedro (Padroeiro do RS e de São Pedro do Butiá) medindo 30m, além de réplicas de casas típicas em estilo enxaimel, que servirão como espaços para exposições permanentes de artesanato, apresentações artísticas e culturais (FIGURA 11). Esta iniciativa é financiada em parceria com entidades da Alemanha, no intuito de resgatar as origens dos colonizadores do município. Segundo o prefeito municipal, Pedro Birck, esta é mais uma forma de levar alguma renda à pequena propriedade, por meio da visitação daquilo que eles têm e produzem.



Figura 11 – Maquete do futuro Centro Germânico Missioneiro – *Missions Deutschzentrum*, que está exposta na Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

O incentivo à diversificação e a possibilidade de agregar valor à produção foram relacionadas diretamente com a qualidade de vida dos agricultores em todas as entrevistas concedidas pelos representantes da Prefeitura, EMATER, STR e COOPERBUTIÁ. Quando o prefeito foi questionado sobre o que ele entende por qualidade de vida, pontuou que *“ter qualidade de vida é muito mais do que ter ou não ter dinheiro. Passa por você ter um bom relacionamento com o teu próximo. Pois não adianta eu ter a melhor e mais bonita propriedade do mundo, ganhar o*

maior salário se eu não souber me inter-relacionar com as pessoas". A secretária da saúde, Líria Birck, e Marlene Anschau concordam com a afirmação do prefeito, porém a extensionista da EMATER acrescenta que para estabelecer boas relações com as outras pessoas, primeiro, deve-se estar de bem consigo mesmo. Ter uma auto-estima, ter vontade de viver, fazer do lugar onde se vive o melhor lugar para viver.

Para o presidente do STR, qualidade de vida é ter uma moradia digna, ter uma propriedade onde seja possível desenvolver o seu trabalho e sustentar sua família, pois, segundo Valter Seibert, *"dinheiro não traz felicidade, mas ajuda a conquistá-la"*. Luiz Wames também salientou que para se ter uma boa qualidade de vida é indispensável a valorização do seu trabalho.

Já o gerente da COTRISA entende que ter uma boa qualidade de vida é ter saúde, e ressalta que *"não existe dinheiro no mundo que compre uma boa saúde"*. Essa afirmação é compartilhada com o chefe da EMATER, o qual acrescenta que não se deve esquecer a extrema importância de cuidar do meio ambiente, pois o uso abusivo de agrotóxicos pelos agricultores pode afetar a natureza e isso conseqüentemente influenciará na saúde, logo, na qualidade de vida.

Diante dos conceitos de qualidade de vida defendidos pelos representantes da COTRISA, EMATER, STR, Prefeitura Municipal (Secretaria da Saúde e Agricultura) e COOPERBUTIÁ, questionou-se sobre quais as iniciativas desenvolvidas por esses órgãos no que tange à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, nos ramos da saúde, educação e bem-estar social.

Ainda de acordo com o prefeito Pedro Birck, para se ter uma boa qualidade de vida é necessário ter acesso à educação de qualidade. Por isso, a secretaria da educação e cultura de São Pedro do Butiá tem por objetivo facilitar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, investindo em formação para que o educando e sua família resgatem a sua auto-estima, o que refletirá positivamente na qualidade de vida. Segundo dados da FEE (2004), o município apresenta um IDESE relativo ao indicador educação no valor de 0,891. O RS apresenta, para esse mesmo indicador, um valor de 0,854, enquanto que o apresentado pelo COREDE Missões é

de 0,851. A Tabela 2 traz a comparação de todos os indicadores do IDESE entre o município de São Pedro do Butiá, o COREDE Missões e com o RS³⁴.

Tabela 2 – IDESE de São Pedro do Butiá, COREDE Missões e do Rio Grande do Sul, para todos os indicadores.

MUNICÍPIO/ COREDE/ ESTADO	EDUCAÇÃO			RENDA			SANEAMENTO BÁSICO			SAÚDE		
	I*	P** RS	P COREDE	I	P RS	P COREDE	I	P RS	P COREDE	I	P RS	P COREDE
São Pedro do Butiá	0,891	65º	3º	0,699	209º	13º	0,538	78º	5º	0,885	58º	4º
COREDE Missões	0,851	-	-	0,689	-	-	0,457	-	-	0,861	-	-
RS	0,854	-	-	0,773	-	-	0,566	-	-	0,846	-	-

Fonte: FEE, 2004.

*I = Índice

**P = Posição

Como principal incentivo direcionado para a melhoria da educação, o prefeito destaca a manutenção das escolas situadas no meio rural, como um modo de valorização dessas comunidades, já que estes estabelecimentos de ensino funcionam como elo revitalizador da vida social.

É importante ressaltar a preocupação do poder executivo municipal em atender não somente as necessidades físicas das escolas e dos alunos – como, por exemplo, o transporte escolar, o fornecimento de merenda escolar de qualidade, a manutenção e aquisição de material didático, pedagógico e escolar proporcionados sem custo algum tanto para a escola quanto para os alunos –, mas também as necessidades culturais e entretenimento, como os cursos e concursos em língua alemã³⁵, aulas de música (flauta, teclado e violão), de dança e esportes em todas as escolas municipais. Ainda, a prefeitura auxilia e apóia o Centro de Cultura 29 de Junho, Coral Municipal, Banda Municipal, Grupo de Danças Folclóricas Alemãs *Lustigye Freude*, Grupo de Danças do CTG Estância de São Pedro e Grupo Flauta Mágica.³⁶

³⁴ Para maiores detalhes sobre a comparação do IDESE entre os municípios que compõem o COREDE Missões, ver ANEXO D.

³⁵ O concurso de leitura Alemã *Vorlesewettbewerb* é organizado todos os anos pela *Fachberatung Für Deutsch in Rio Grande do Sul*, nas categorias *Muttersprache, Fremdsprache, Dialekt e Deutschdch*.

³⁶ Todo o material utilizado para a realização dos cursos é patrocinado pela prefeitura municipal, como instrumentos musicais e artigos esportivos. Quando necessário, a prefeitura também transporta

A iniciativa desenvolvida pela COTRISA para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares é baseada no impacto causado ao meio ambiente pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos, e se resume a dois projetos: Projeto Escola no Campo e o recolhimento de embalagens de agrotóxicos.

O projeto Escola no Campo é realizado de dois em dois anos, e visa à promoção da educação ambiental junto aos alunos das escolas de todos os municípios que possuem unidades da COTRISA. Segundo Lindomar Konzen, várias palestras e cursos já foram feitos diretamente com os agricultores, porém os resultados não foram satisfatórios, pois além de não abolir o uso dos agrotóxicos, os agricultores não usavam EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e, ainda, jogavam as embalagens dos defensivos na natureza. Com o trabalho desenvolvido nas escolas, de uma forma lúdica e descontraída, objetivou-se despertar a responsabilidade e proteção ambiental das crianças, as quais passarão a exigir dos pais o uso do EPI, e se não for possível substituir o uso dos agrotóxicos, que pelo menos o diminuam.

A COTRISA, em conjunto com seus colaboradores, patrocinou todo material educativo; e o acompanhamento do projeto foi feito pelas secretarias de educação, em conjunto com os professores de ciências ou geografia, e em certos casos foi feito de forma multidisciplinar, incluindo os professores de todas as matérias. Os alunos foram incentivados a retratar – em forma de frase, redação ou desenho – o uso correto do EPI, assim como formas de proteção ambiental. As melhores frases e desenhos foram premiados.

A COTRISA, em parceria com a Associação PRESERVAR de Santo Ângelo, desenvolve o projeto de recolhimento de todas as embalagens de agrotóxicos vendidos pela cooperativa (FIGURA 12).



Figura 12 – Recolhimento das embalagens de agrotóxicos na COTRISA, pela Associação PRESERVAR.

Fonte: Registro Fotográfico do Autor, 2007.

Esse processo de recolhimento de embalagens acontece três vezes por ano e, na semana que antecede o recolhimento, é feita uma campanha de divulgação nas rádios e jornais do município, contendo informações sobre o dia, hora e local da coleta. O requisito principal para as embalagens serem recolhidas é que elas estejam devidamente lavadas, por meio da tríplice lavagem³⁷.

Quando Líria Birck foi questionada sobre qual a assessoria prestada pela secretaria da saúde para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, a responsável pela secretaria ressaltou que várias são as iniciativas voltadas para este fim, porém cabe ressaltar que são projetos propostos e administrados pela secretaria da saúde, mas colocados em práticas em conjunto com todas as outras secretarias da prefeitura e até com parcerias desenvolvidas com outras entidades do município, como é o caso da EMATER.

³⁷ A tríplice lavagem consiste em esvaziar totalmente o conteúdo da embalagem de agrotóxico no tanque do pulverizador. Logo após, adicionar água limpa à embalagem até $\frac{1}{4}$ do seu volume, tampar e agita-la por 30 segundos. Em seguida, despejar a água da lavagem no tanque do pulverizador. É necessário repetir essa operação por três vezes. Após este procedimento, inutilizar a embalagem, perfurando o fundo e armazená-la em lugar seguro até o momento apropriado da entrega para recolhimento (INPEV, 2008).

Em relação à Saúde, de acordo com os dados apresentados pela FEE no IDESE de 2004, São Pedro do Butiá possui um indicador de 0,885, o que corresponde a quarta melhor posição do COREDE Missões, já que a média apresentada neste é de 0,861 e no RS é de 0,846.

Segundo a secretária da saúde, a atual estrutura econômica do município, baseada na agricultura familiar, permite afirmar que todas as iniciativas são desenvolvidas para os munícipes, mas especialmente para os agricultores familiares. Por este motivo, implantaram-se as agentes comunitárias de saúde. Estas agentes percorrem o município e visitam todas as famílias uma vez por mês, e recolhem informações a respeito da saúde das pessoas como, por exemplo, sobre o consumo de remédios de uso contínuo, problemas de pressão e outras enfermidades. Essas informações são entregues para a secretaria da saúde, que faz um diagnóstico da população e, assim, prepara-se para atender as suas necessidades, por meio do Plano de Saúde da Família (PSF) e da assistência farmacêutica necessária, com a aquisição dos medicamentos de maior demanda da população. Ainda, a secretaria de saúde disponibiliza um laboratório de análises clínicas, eletrocardiograma, atendimento odontológico e fonoaudiólogo. Quando há necessidade de realizar exames complementares, encaminhamento para especialistas ou internações de pacientes – em Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Três passos, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria e Porto Alegre -, é a secretaria da saúde quem toma as providências necessárias – incluindo transporte gratuito -, cabendo ao paciente somente pagamento da diferença da consulta, quando houver.

Os trabalhos desenvolvidos pela secretaria de saúde incluem, também, a formação de Grupos e Projetos de Apoio, como o Grupo de Bem com a Vida - formado por hipertensos e diabéticos –, Grupo de Gestantes, as quais recebem acompanhamento médico domiciliar, o que é fornecido também para pessoas impedidas de se locomover, seja qual for o motivo. A pastoral da saúde e Pastoral da Criança coordenam o projeto 'Criança sem Anemia', em conjunto com a Secretaria da Saúde, que disponibiliza as instalações do Pronto Atendimento e assessoria de uma nutricionista. Segundo Líria Birck, a formação destes grupos

facilitou a abordagem e o esclarecimento de dúvidas sobre diabetes, hipertensão arterial, nutrição, sobre os cuidados que as gestantes devem ter com a sua saúde e com a saúde de seus bebês.

No indicador domicílio e saneamento básico do IDESE 2004, apesar de apresentar valor baixo de 0,538, o município de São Pedro do Butiá figura entre os cinco municípios com melhores resultados neste indicador do COREDE Missões, porém está abaixo da média estadual, que é de 0,566.

A prefeitura, em conjunto com a EMATER, mantém o projeto sobre como dar um destino correto ao esgoto doméstico no meio rural. Para isso, são fornecidas informações sobre a importância de tratar o esgoto; a relação do esgoto com as doenças e como realizar o tratamento e a implantação do sumidouro.

Para evitar a proliferação do mosquito da dengue, a secretaria de saúde faz campanhas para o recolhimento do lixo não orgânico produzido pelos agricultores, principalmente para que embalagens plásticas e latas não sejam descartadas no meio ambiente. Uma vez por mês acontece o recolhimento deste lixo, sendo que a prefeitura faz ampla divulgação do dia e da hora em que estará passando em cada comunidade. A partir daí, os agricultores levam seu lixo neste determinado lugar – que geralmente é na escola ou no clube –, para otimizar o trabalho da prefeitura, já que passar em todas as casas do interior do município inviabilizaria o trabalho.

Segundo Marlene Anschau, as iniciativas desenvolvidas pela EMATER para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares passam pelo incentivo à diversificação, à participação comunitária, à preservação do meio ambiente, ao saneamento básico, à alimentação de qualidade e ao desenvolvimento de trabalhos manuais. A extensionista ressalta que o trabalho feito pela EMATER nos encontros mensais nos grupos de ‘Senhoras e Moças’ nas comunidades não ensinou apenas como fazer receitas saudáveis, pintar, bordar, ou desenvolver outros trabalhos manuais, ensinou-lhes a acreditar nas próprias capacidades e a se organizar para dispor de tempo para o lazer. *“Hoje nós temos mulheres que não aparecem nos encontros mensais nas comunidades sem os lábios pintados; temos mulheres fazendo carteira de motorista; mulheres fazendo excursões para socializar com*

outras comunidades, ou ainda, fazendo viagens para passar o dia, em alguns casos finais de semana, em hotéis fazenda.” Ainda, a EMATER realiza a proteção de fontes de água nas propriedades rurais familiares. Este trabalho é feito para delimitar o espaço da fonte, no intuito de preservar o local de enxurradas e animais.

Das 24 entrevistas realizadas nas propriedades rurais familiares, somente uma não foi feita na presença de mais de um membro da família. Os questionamentos foram respondidos tanto pelo agricultor, quanto pela agricultora. Para manter a privacidade das famílias entrevistadas, optou-se por omitir suas identidades. Como modo de identificação serão atribuídas letras de A a Z, que representarão cada uma destas famílias.

A primeira e segunda perguntas do questionário tinham como objetivo levantar informações sobre os dados de identificação dos entrevistados, assim como informações sobre os membros do grupo familiar, a fim de caracterizar a família quanto ao grau de parentesco relativo ao agricultor e agricultora que estavam respondendo os questionamentos, idade, se era aposentado ou não, se trabalhava na propriedade ou fora dela e, ainda, sobre a escolaridade.

O número total de pessoas abrangidas pela pesquisa junto aos agricultores, entre pais, filhos, avós, tios e tias somou 98 pessoas. Os grupos familiares entrevistados caracterizam-se por apresentar uma média de 4,08 integrantes por família, sendo que há famílias que variam de 2 a 9 componentes, como é o caso da família H, onde o casal mora com sua filha e mais 6 irmãos do agricultor. Há casos também em que o casal cuida dos pais, ou ainda, de uma tia doente. Foram identificadas 13 pessoas aposentadas, ou seja, com mais de 55 anos. A escolaridade média dos entrevistados (tanto dos agricultores quanto das agricultoras) é de 6,73 anos de estudo. Porém, o agricultor E possui o terceiro grau incompleto.

O número de filhos das 24 famílias totaliza 47 pessoas, perfazendo uma média de 1,95 filhos por família. Destas 47 pessoas, 18 foram construir suas vidas fora de casa, das quais 14 concluíram o terceiro grau. Dos 29 filhos que moram com seus pais nas propriedades, 8 têm acima de 18 anos: 3 estão cursando a faculdade

(administração de empresas, tecnologia em agropecuária e psicologia), 4 concluíram o ensino médio e 1 cursou até o segundo ano do antigo segundo grau. Destes, dois apenas moram na propriedade e não trabalham nela. Vinte pessoas encontram-se em idade escolar (6 a 17 anos) e freqüentam a escola estadual Pedro José Scher ou as escolas municipais nas comunidades. Uma pessoa apresenta 2 anos.

A partir do terceiro questionamento, procurou-se pesquisar informações técnicas referentes à mão-de-obra utilizada na propriedade, posse e uso da terra. Ainda, caracterizou-se o volume e produção agrícola, assim como, o tipo de criação e volume da produção agropecuária, para que com essas informações o entrevistado tivesse condições de responder sobre quais as principais fontes de renda de sua propriedade.

Quanto à mão-de-obra utilizada na propriedade, a forma de mutirão foi a mais citada entre os entrevistados, totalizando 12 ocorrências. Esta forma de trabalho apresenta-se tanto em troca de serviço entre vizinhos ou parentes, como em troca de serviço entre grupos previamente formados, como é o caso do “Grupo da Ensiladeira” na Linha Taipão Frente³⁸. Esses mutirões acontecem, geralmente, no tempo da colheita do milho, trabalho que requer muitos braços, tratores e carretões. Quatro famílias agregam a mão-de-obra do mutirão com a ajuda de um ou dois diaristas, os quais recebem em média R\$14,00 por dia de serviço prestado. Cinco famílias utilizam-se apenas da mão-de-obra diarista nos períodos de safra e duas propriedades apresentam empregados permanentes: Na propriedade U é desenvolvida a agroindústria de derivados de cana e na propriedade L, há criação de suínos e bovinos e a transformação em derivados de carne. Três propriedades não utilizam nenhuma força de mão-de-obra extra, apenas a dos componentes familiares.

Todos os agricultores entrevistados são proprietários de suas terras, totalizando uma média de 16,84ha/propriedade (ha/p). Porém, em 14 casos existe o arrendamento de terras de terceiros, como forma de aumentar a área cultivada.

³⁸ O Grupo da ensiladeira da Linha Taipão Frente é composto por oito famílias que ocupam a ensiladeira concedida pela prefeitura. Assim quando uma família vai fazer silagem, todas as outras se disponibilizam a ajudar, e assim sucessivamente até que todos tenham feito sua silagem.

Assim, a média de hectares por propriedade sobe para 25,65. Apenas a família K arrenda 8 ha de terra a terceiros.

As áreas de pastagens naturais (potreiros) estão presentes em todas as propriedades e totalizam uma média de 4,19ha/p. Esta média mostrou-se elevada, pois a propriedade L possui 33,5ha, das quais 22 são utilizados como potreiro, o que é justificado pela agricultora pelo fato de estas terras serem impróprias para o plantio, por se tratar de um terreno acidentado e pedregoso. As pastagens cultivadas são feitas em 75% das propriedades, numa média de 2,32ha/p, o que é explicado pelo fato de 22 propriedades produzirem leite ou para o consumo ou para a venda, o que será detalhado posteriormente (FIGURA 13).



Figura 13 – Plantel de bovinos leiteiros em uma plantação de pastagem forrageira.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

Um pequeno criatório de peixes está presente em 16 propriedades, porém, houve uma dificuldade em precisar a área ocupada por tais açudes, o que variou entre um e menos de meio ha. Esta foi a mesma dificuldade apresentada quando os agricultores foram questionados sobre a área ocupada por seus pomares, já que

muitos deles não possuem uma extensão específica, pois as árvores frutíferas encontram-se espalhadas pela sede da propriedade, servindo também de sombra. Entre as árvores frutíferas mais comuns destacam-se: laranja, bergamota, limão, abacate, ameixa branca, pêra, pêssego, caqui, banana e mamão. Entre as espécies frutíferas exóticas, há a fruta do conde, acerola, carambola, groselha, jabuticaba, moranguinho em árvore, laranja trepadeira e abacaxi (FIGURA 14). As propriedades B, J, K, Q e U apresentam plantações de uva, as quais são usadas para a fabricação de vinho, vinagre colonial e geléia. Destas 5 famílias, 3 participam do Grupo da Uva (FIGURA 15).



Figura 14 – Fruta do conde e abacaxi.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.



Figura 15 – Parreiral.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

Quanto à ocupação das lavouras, uma média de 1,93 ha são destinados à produção permanente e 14,38ha para a produção temporária. Existem matas nativas em 19 das 24 propriedades visitadas, o que perfaz uma média de 1,71ha/p. As matas cultivadas estão presentes em apenas três propriedades, sendo que a maior área ocupa 1,5ha e a menor 0,17ha, ambas cultivam o eucalipto.

A única cultura que é praticada em forma de lavoura temporária em todas as 24 propriedades visitadas é o milho. A área cultivada varia de 16 a 0,5ha, num total de 5,18ha/p. A produtividade apresentada foi de 79,31 sacas por hectare (scs/ha), sendo que a maior produtividade foi 120 scs e a menor 20 scs/ha. Os agricultores foram questionados sobre qual o destino dado a essa produção, se a produção era voltada para o consumo, ou se era entregue em alguma cooperativa. Em 22 propriedades a maior parte da produção é destinada ao consumo próprio, em forma de silagem para o trato dos animais. A outra parte da produção de milho de 6 destas propriedades é entregue para a COTRISA e em 4 tanto para a COTRISA quanto

para a COOPEROQUE³⁹ (Cooperativa Tritícola Mista São Roque LTDA). Somente em uma propriedade a produção é toda destinada para as duas cooperativas. Assim, 11 propriedades comercializam o milho em alguma cooperativa.

A cultura da soja, mesmo não mais sendo praticada em 9 das 24 propriedades visitadas, é a que ainda ocupa a maior área, num total de 7,54ha/p. Em três propriedades – das 15 que cultivaram a soja –, foram plantadas 30ha, porém a produtividade não passou de 28scs/ha, sendo que a menor produtividade foi registrada na propriedade do agricultor Q, o qual plantou 5ha e colheu 9 scs/ha.⁴⁰ O destino da produção de 8 propriedades foi para a COTRISA e a produção das outras 7, parte foi armazenada na COTRISA e parte na COOPEROQUE

A cana-de-açúcar é cultivada em 18 propriedades, num total de 1ha/p. O destino desta produção está voltado para o consumo interno em 13 propriedades, e é destinada à fabricação de melado e *schmier* para o consumo doméstico. O que sobra da cana é destinado à alimentação dos animais. Já em outras 2 propriedades há agregação de valor ao produto, por meio de agroindústrias de transformação (melado, *schmier*, rapadura, cachaça) para a venda direta ao público ou para a COOPERBUTIÁ. Duas propriedades destinam a sua produção de cana-de-açúcar para a venda *in natura* para alambiques da região.

A cultura da mandioca é praticada em 21 propriedades, totalizando 1,2ha/p. Somente 4 agricultores souberam precisar a quantidade de mandioca colhida em suas propriedades, a qual aproximou-se de 3 toneladas. Os agricultores que souberam informar o volume da produção são os que vendem a mandioca para a fábrica de farinha⁴¹, para a COOPERBUTIÁ e na feira (família C). A mandioca é importante componente da alimentação dos agricultores e também é usada no trato dos animais. Em alguns casos, a área destinada à mandioca divide espaço com

³⁹ A COOPEROQUE é uma cooperativa localizada no município de Salvador das Missões. Antes da instalação da unidade da COTRISA em São Pedro do Butiá, toda a produção agrícola era escoada para a COOPEROQUE. Com o surgimento da COTRISA, parte importante da produção passou a ficar no município.

⁴⁰ Segundo dados da COTRISA, para cobrir os custos de produção de um hectare de soja, ela deve produzir no mínimo 24 scs/ha.

⁴¹ Localizada na Linha Catarina, município de Salvador das Missões.

batata-doce e abóbora, evidenciando assim a associação de cultivos, com objetivo de aproveitamento dos espaços.

A alfafa é cultivada em 3 propriedades. Nas famílias N e T, a área plantada é de 1ha e a produção volta-se para a alimentação animal – rebanho bovino leiteiro. Na propriedade F, a alfafa é cultivada em 5ha, a qual produz 15000kg/ha. Toda a produção é vendida para os atravessadores (FIGURA 16).



Figura 16 – Plantação de Alfafa.
Fonte: Arquivo da EMATER, 2006.

O feijão é cultivado em 4 propriedades. A produção é destinada ao consumo em 3 famílias, porém na propriedade B o excedente de produção é vendido para a COOPERBUTIÁ (FIGURA 17). O amendoim, por sua vez, é cultivado em 11 propriedades das quais 4 transformam o produto e revendem diretamente nas casas – em forma de rapadura ou grão – ou para a COOPERBUTIÁ (FIGURA 18).



Figura 17 – Esta seqüência de fotos retrata o trabalho do agricultor B para debulhar a sua colheita de feijão, com a ajuda do trator.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2006.

A mamona é um dos cultivares que estava sendo implementado no município de São Pedro do Butiá, na época da pesquisa. Por este motivo, somente em 3 propriedades registrou-se o seu cultivo. Como era o primeiro ano do plantio, os agricultores não souberam precisar a produtividade por hectare. Mas como o cultivo da mamona foi incentivado pela EMATER e pela COOPERBUTIÁ, esta última responsabilizou-se pela comercialização da produção dos agricultores. Na propriedade C, o cultivo da mamona foi associado tanto com a produção de abóboras quanto com a produção de milho (FIGURA 19).



Figura 18 – Plantação de amendoim. O arado-de-boi é utilizado para arrancar o pé de amendoim, facilitando o trabalho dos agricultores familiares.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.



Figura 19 – Associação dos cultivos de mamona, milho e abóbora na propriedade C.
Fonte: Registro Fotográfico do autor, 2007.

Das 24 famílias entrevistadas, 20 cultivam uma pequena horta. Nela são encontrados verduras e legumes de todas as espécies, sendo os mais comuns: repolho, cenoura, couve-flor, beterraba, alface, tomate, vagem, moranguinho, rúcula e brócolis, entre outros. Segundo relato da agricultora X, *“de tanto que dava repolho e cenoura nós tinha que tratar as galinha pra não ir fora, hoje tudo que sobra a gente vende pra COOPERBUTIÁ, o que sempre dá um dinheirinho a mais. É pouco, mas melhor do que jogar fora”*.

Quanto à produção da pecuária leiteira nas propriedades agrícolas familiares entrevistadas, 21 produzem leite, das quais 5 somente fazem para o consumo interno da propriedade, enquanto na propriedade L o leite produzido é transformado em derivados (queijo, manteiga e nata). Em 15 propriedades a produção leiteira está voltada para a comercialização. Estas propriedades chegam a produzir em média 121,33 litros de leite por dia (L/d), sendo que a maior produtividade foi encontrada na propriedade A, com 400L/d, e a menor na propriedade R, com 20L/d. O consumo interno de leite tanto nas propriedades que vendem o leite quanto nas que não vendem gira em torno de 1L/d. O leite comercializado tem 6 diferentes destinos: 5 propriedades vendem o seu leite para a COOPERBUTIÁ; 4 para a COOPEROQUE; 3 para freteiros particulares; 1 para a CCGL; 1 para a Bom Gosto e 1 para a Parmalat, respectivamente.

A criação de suínos é praticada em 23 propriedades, porém, somente em 8 a produção está voltada para a comercialização, seja na forma de suíno gordo, leitões, carne ou derivados. Nas outras 15 propriedades há apenas o criatório de alguns animais, somente para o abastecimento familiar. Nas 8 propriedades, existem duas técnicas de criação e 5 destinos diferentes da produção. As técnicas de criação são divididas em galpões com estruturas específicas e encerras ao ar livre (FIGURA 20). Na propriedade G, o agricultor é responsável por todo o processo de criação e engorda dos suínos – que é feito em encerra, até o momento do abate, onde a produção de 80 unidades por ano é destinada à venda direta para famílias locais. Em outras duas propriedades acontece o mesmo processo na venda da produção, porém a criação é feita em galpões específicos. Já na propriedade M, a família dedica-se à criação de 250 leitões por ano, em sistema de galpões, e sua produção é destinada para empresa da qual são integrados. Assim como na propriedade M,

há outras duas que somente vendem leitões. Em duas propriedades é feito o ciclo completo de criação e engorda dos animais: em uma, a produção é destinada para a COOPEROQUE, e na outra propriedade (L), parte é destinada para esta mesma cooperativa, porém o restante é transformado pela família em lingüiça e salame.



Figura 20 – No canto superior esquerdo: matrizes prenhas em celas específicas. No canto superior direito: berçário de leitões. As fotos localizadas na parte inferior significam: à esquerda tem-se uma criação de leitões; à direita, matrizes prenhas em encerras ao ar livre.

Fonte: Registro fotográfico do autor, 2006.

O criatório de aves (galinhas caipiras e brancas, galos, marrecos, patos, gansos, perus) é praticado em 20 propriedades, com uma média de 55 aves por família. O criatório de galinhas assegura o fornecimento de carne branca e de ovos, indispensável em boa parte das receitas culinárias. Em todas as 20 propriedades o criatório é voltado para o abastecimento da família, porém, em três propriedades existe a venda da carne e ovos: em duas (propriedades G e V) a venda é feita de forma direta nas casas e na outra (T) o agricultor expõe na feira.

Conforme citado anteriormente, em 16 famílias a criação de peixes é praticada, e essas famílias consomem em média 2,5kg de sua carne por semana. Somente em 5 propriedades parte da produção está voltada para a venda: em 3 propriedades (F,Q, R) a venda acontece na hora da despesca, a qual é realizada uma vez por ano e a produtividade chega em torno dos 200kg de peixe vivo por despesca. As outras duas famílias (E, S) participam do Grupo do Peixe, fornecendo em torno de 500kg de peixe para a realização da *Fischfest*.

A criação de bovinos de corte é praticada em 14 famílias, cujo primeiro objetivo é o fornecimento de carne bovina para o consumo próprio. Em 13 famílias a média de cabeças de gado (incluindo terneiros) é de 9 por propriedade. Nas propriedades onde há produção leiteira, a preferência é pela criação de terneiras, que futuramente se tornarão novas produtoras, renovando assim o plantel leiteiro. Ainda, a família A foi vencedora do concurso da terneira realizado na Expobutiá, edição de 2004. Quando há o nascimento de terneiros, estes são vendidos, doados, trocados por carne ou destinados à engorda para serem abatidos mais tarde. Na propriedade L, a criação de gado bovino está voltada para a venda para a COTRISA e para a transformação em lingüiça e salame.

As perguntas 12 e 13 são relacionadas às principais fontes de renda da propriedade e o investimento da mesma. A ordem de importância das fontes de renda também foi levantada. Houve problemas para responder com exatidão tais questionamentos, pois os dados fornecidos foram aproximados, já que não havia apontamentos ou informações precisas. Somente em 3 propriedades (A, C e E) foi possível visualizar a descrição dos gastos de produção, inclusive com o acompanhamento dos respectivos comprovantes.

A produção leiteira foi indicada como fator de relevante importância na composição da renda em 16 propriedades, sendo que em 13 ela aparece como primeira fonte de renda, em uma como segunda fonte e em 3 unidades familiares como o terceira principal componente da renda. A média de produtividade entre as propriedades que têm no leite a principal fonte de renda é de 3507,6 litros por mês (L/m), ou 116,92 litros por dia (L/d). A propriedade que possui a maior produtividade é a A, com 400L/d, e a que possui a menor é a R, com 20 L/d. A propriedade L é a

única que possui no leite a sua segunda principal fonte de renda, com 255L/d, já nas propriedades C e D a média de produção é de 95L/d.

O preço pago relativo ao litro do leite varia conforme a empresa compradora, a quantidade e qualidade e em que condições este leite é produzido. Existem produtores que recebem R\$ 0,41/L e outros R\$ 0,35/L, porém, a média é de R\$ 0,38/L.⁴², o que totaliza uma renda média bruta de R\$1372,61/m, para quem tem no leite sua primeira fonte de renda. Na propriedade L, onde o leite ocupa a segunda posição da composição da renda, o valor médio bruto por mês é de R\$ 3060,00, enquanto nas propriedades (C e F) onde o leite ocupa a terceira posição, e renda bruta média é de R\$ 1083,00/m.

Quanto aos gastos com alimentação dos animais e remédios, nas 16 propriedades o alimento é produzido pelos próprios agricultores, e é composto por silagem (em grão ou da planta de milho inteira) e/ou por pastagens cultivadas ao longo do ano, o que para os agricultores não foi apontado como despesa, pois segundo os mesmos, se fosse necessário comprar todo o alimento para a produção leiteira, esta produção se tornaria inviável. A média de gastos por mês com remédio, sal e outros suplementos alimentares, para quem tem no leite a principal fonte de renda, é de R\$ 70,00, o que varia entre as propriedades conforme a quantidade de leite produzido. Por exemplo, a propriedade A produz 12000L/m e investe R\$400,00/m. Já na propriedade R, que tem uma produção de 600L/m, esse investimento cai para R\$10,00 mensais. A média de gastos na propriedade L, que tem no leite a sua segunda fonte de renda, é de R\$ 130,00. Já as duas propriedades (C e F) que têm no leite sua terceira fonte de renda, os gastos com remédios são em média de R\$ 37,5. Logo, a média de renda líquida por mês gerada pelo leite para as famílias que têm nesse produto a principal fonte de renda é de R\$ 1302,61. Para as demais famílias (L, C e F) essa renda ficou em R\$ 1033,00/m, conforme pode ser visualizado na TABELA 3.

⁴² Valores referentes ao período de realização da pesquisa, ou seja, março de 2007.

Tabela 3 – A Produção leiteira nas 16 propriedades em que o leite é um dos componentes da renda

	Posição Comp. Renda	Produtividade		Renda Bruta			Despesas	Renda Líquida /M (R\$)
		Quantidade L/D	Quantidade L/M	Valor/ L (R\$)	Valor/ D (R\$)	Valor/ M (R\$)	Valor c/ Remédios e afins/ M (R\$)	
A	1	400	12000	0,4	160	4800	400	4400
B	1	170	5100	0,37	62,9	1887	120	1767
D	1	130	3900	0,37	48,1	1443	50	1393
E	1	190	5700	0,45	85,5	2565	50	2515
H	1	30	900	0,37	11,1	333	15	318
I	1	60	1800	0,35	21	630	20	610
N	1	80	2400	0,38	30,4	912	35	877
O	1	90	2700	0,35	31,5	945	40	905
P	1	100	3000	0,39	39	1170	50	1120
Q	1	100	3000	0,37	37	1110	50	1060
R	1	20	600	0,39	7,8	234	10	224
S	1	50	1500	0,41	20,5	615	20	595
T	1	100	3000	0,4	40	1200	50	1150
Med.		116,9	3507,69	0,38	45,75	1372,61	70	1302,61

	Posição Comp. Renda	Produtividade		Renda Bruta			Despesas	Renda Líquida (R\$)
		Quantidade L/D	Quantidade L/M	Valor/ L (R\$)	Valor/ D (R\$)	Valor/ M (R\$)	Valor c/ Remédios e afins/ M (R\$)	
L	2	255	7650	0,4	102	3060	130	2960
C	3	40	1200	0,38	15,2	456	20	456
F	3	150	4500	0,38	57	1710	55	1610
Med.		95	2850	0,38	36,1	1083	37,5	1033

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações pesquisadas junto aos agricultores familiares, 2007.

O milho faz parte da composição da renda em 11 propriedades, sendo que em uma ele aparece como principal fonte de renda, em 2 como segunda, em 7 propriedades como a terceira e em uma unidade familiar como a quarta fonte de renda. Foi cultivada uma média de 5,86ha por propriedade (ha/p) e a produtividade média alcançada foi de 78,18 sacas⁴³ por hectare (scs/ha). A propriedade B foi a que maior área plantou, com 16ha e colheu 80scs/ha; na propriedade V foi plantado 1,5ha de milho, porém a sua produtividade chegou a 90scs/ha. No entanto, a propriedade que melhor produtividade apresentou foi a C, com 110 scs/ha, enquanto a menor foi registrada na propriedade A, com 40scs/ha.

⁴³ 1 saca = 60kg.

A produtividade geral por propriedade variou conforme a área plantada. A produtividade média por propriedade foi de 482scs de milho. A maior produtividade foi registrada na propriedade B, a qual resultou em 1280scs. Já o menor rendimento ocorreu na unidade familiar V, com 135 scs/propriedade.

O preço médio da saca de milho foi de R\$11,81/scs, o que gerou uma renda média bruta de R\$ 5609,72. Os gastos com sementes, insumos agrícolas (adubo químico, aditivos, agrotóxicos) e plantio, ou seja, o custo de produção referente ao cultivo de um ha de milho foi em média de R\$ 575,00 ou 50 sacas de milho por hectare (scs/ha). Logo, a média do custo de produção foi de R\$ 3371,59/propriedade e a renda líquida foi, em média de R\$ 2238,13. Importante ressaltar que esta é a renda resultante de uma cultura do milho, pois na região noroeste é possível produzir duas colheitas desta cultura em um mesmo ano, a qual é chamada de “safrinha”. Todos os dados referentes à produção de milho podem ser visualizados na TABELA 4.

Tabela 4 – Produção de milho nas 11 propriedades em que esta cultura faz parte da composição da renda familiar

Identificação	P.C.R*	Área plantada (ha)	Produt./ha(scs)	Produt. total/Prop. (scs)	Valor sc(R\$)	Renda Bruta (R\$)	CP**/Prop. (R\$)	Renda Líquida (R\$)
A	3	5	40	200	15	3000	2875	125
B	3	16	80	1280	11,5	14720	9200	5520
C	2	10	110	1100	11,5	12650	5750	6900
D	3	2	60	120	11,5	1380	1150	230
E	3	7	90	630	11,5	7245	4025	3220
I	3	2	60	120	11,5	1380	1150	230
J	3	3	95	285	11,5	3277,5	1725	1552,5
M	2	10	80	800	11,5	9200	5750	3450
R	4	3	70	210	11,5	2415	1725	690
U	3	5	85	425	11,5	4887,5	2875	2012,5
V	1	1,5	90	135	11,5	1552	862,5	689,5
Med.		5,86	78,18	482,27	11,81	5609,72	3371,59	2238,13

*P.C.R. = Posição de importância na composição da renda familiar.

**CP = Custo de Produção

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações pesquisadas junto aos agricultores familiares, 2007.

A cultura da soja foi apontada por 15 agricultores como componente da renda. Porém, não foi citada como a principal fonte de renda em nenhuma propriedade; no entanto, 9 agricultores indicaram a soja como a segunda fonte, 3 como terceira, 1

como quarta e 2 como a quinta. A média de ha de soja cultivados entre as 15 famílias foi de 11,2ha, sendo que as propriedades A e I cultivaram, respectivamente, 30 e 1,5ha. A média de produtividade alcançada foi de 25,53scs/ha, tendo na propriedade J a maior produtividade, com 48 scs/ha, e na propriedade F a menor, com 10scs/ha. O preço pago pela saca de soja foi de R\$23,00, o que totalizou uma média de renda bruta de R\$5888,00 por propriedade. Levando-se em consideração a informação fornecida pelos agricultores de que o custo de produção de um ha de soja gira em torno de 24 sacas do produto, ou seja, R\$ 552,00, percebe-se que 7 das 15 propriedades que plantaram o produto não tiveram retorno do seu investimento, pois ficaram abaixo da produtividade exigida para cobrir o custo de produção (TABELA 5).

Tabela 5 – Produção da soja nas 15 propriedades que a cultura faz parte da composição da renda familiar

Identificação	Área platanda (ha)	Produt./ ha (scs)	Produt. total/ Propr. (scs)	Valor sc(R\$)	Renda Bruta/ Propr.(R\$)	CP*/ Propr. (R\$)	Resultado da safra (R\$)
A	30	19	570	23	13110	16560	-3450
B	14	15	210	23	4830	7728	-2898
C	13	28	364	23	8372	7176	1196
E	20	22	440	23	10120	11040	-920
F	10	10	100	23	2300	5520	-3220
H	2	30	60	23	1380	1104	276
I	1,5	22	33	23	759	828	-70
J	4,5	48	216	23	4968	2484	2484
K	27	25	675	23	15525	14904	621
M	16	22	352	23	8096	8832	-736
O	2	25	50	23	1150	1104	46
Q	5	45	225	23	5175	2760	69
R	3	25	75	23	1725	1656	69
S	10	22	220	23	5060	5520	-460
T	10	25	250	23	5750	5520	230
Média	11,2	25,53333	256	23	5888	6182,4	-450,867

*CP = Custo de Produção.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações pesquisadas junto aos agricultores, 2007.

A produtividade normal de um ha de soja na região das Missões é de 55 scs/ha. Para isso é indispensável a não ocorrência de intempéries (estiagem ou chuva em excesso) e de ataque de pragas – fungos, lagartas, etc. No entanto, nos últimos 7 anos a região vem sendo castigada por sucessivas estiagens, fato que está comprometendo a produtividade não somente da soja, como de diversas

culturas. Para minimizar os prejuízos, os agricultores recorrem aos financiamentos bancários com elevadas taxas de juros. Na ânsia de conseguir quitar os débitos adquiridos, as famílias recorrem a outras fontes de renda, como é o caso da agricultora A, que está pagando as dívidas da cultura da soja com o lucro apresentado na produção leiteira.

Em 8 propriedades a criação de suínos faz parte da composição da renda familiar e em 3 unidades foi apontada como o primeiro componente da renda, em 2 propriedades foi indicada como segundo, também em 2 como terceiro e em uma como a quarta principal fonte de renda da propriedade. A média de comercialização por mês destas 8 propriedades é de 1302,5kg, com duas propriedades que comercializam até 4400kg. O preço médio pago ao kg do suíno vivo era de R\$1,50, o que resultou em uma renda bruta de R\$ 1776,35. Em 7 propriedades o alimento é produzido no interior da unidade familiar e complementado com nutrientes específicos recomendados pelos técnicos. Assim, o custo de produção por propriedade ficou em média R\$300,00/m, o que perfaz uma média de receita de R\$ 1476,35.

Assim, a produção leiteira, a criação de suínos, as plantações de milho e soja estão entre as principais fontes de renda dos agricultores familiares entrevistados. No entanto, outras 16 fontes foram citadas, as quais ocupam variados graus de importância na composição da renda familiar.

Além das culturas apresentadas acima, existem outras que fazem parte da composição da renda, como é o caso da alfafa e do trigo. A alfafa é a primeira componente da renda da família F, a qual produz 15.000 kg a cada seis meses, o que resulta em 30.000 kg/a. Na propriedade N, a produção é de 5.000kg/a, o que é responsável pela segunda maior fonte de renda da família. A alfafa foi comercializada por R\$0,18/kg, e as despesas com a produção são calculadas de ano em ano, assim, o custo por ha plantado é de R\$ 50,00/ha em semente, mais o adubo que em ambas as famílias é produzido na propriedade. A propriedade F plantou 5ha e a N 2ha de alfafa. Para ambas, o custo de produção ficou em torno de R\$80,00/ha/a, pois a mão-de-obra utilizada na colheita provém da ajuda dos vizinhos, em forma de mutirão.

Assim como aconteceu em outras regiões do Brasil, o trigo perdeu grandes áreas de plantio na região das Missões e, principalmente, em São Pedro do Butiá, por se tratar de um município composto principalmente por pequenas propriedades, as quais são incapazes de arcar com o custo de produção, já que os riscos associados a essa cultura são grandes. Somente em uma propriedade (J) essa cultura foi cultivada em 2006. Segundo a agricultora, de dois em dois anos a família planta trigo para o abastecimento da farinha. Entrega-se a produção na COTRISA, a qual vai liberando a farinha conforme necessidade da família.

O criatório de peixes faz parte da renda de 5 famílias. A família Q possui 15 açudes, dos quais retira por ano 600 kg de peixe, o que vende por R\$ 3,00 o kg vivo. Já as famílias R e T retiram em torno de 15kg/m, o que gera uma renda de R\$45,00/m. Já as famílias U e Z vendem 30kg de peixe por mês, retirando deste criatório R\$135,00/m. O investimento feito anualmente em alevinos é de aproximadamente R\$40,00.

Quatro famílias participam da feira de produtos coloniais que é realizada duas vezes por mês na sede do município. Para uma delas (N), esta atividade ocupa o terceiro lugar na ordem de importância na composição da renda familiar. Já para as propriedades A e L, a feira ocupa o quarto e para uma (F) o sexto lugar, o que resulta em uma renda média de R\$ 50,00 por mês.

A produção de verduras e legumes é praticada em 5 famílias (C,O,Q,T e X) e ocupa a segunda maior participação na composição da renda nas famílias T e X; terceiro lugar na família O; quarto na família Q e quinto lugar na família C, contribuindo em média com R\$ 80,00 em cada propriedade por mês.

A agregação de valor à cana-de-açúcar é feita em 5 propriedades. Em duas famílias (F e O), ocupa a segunda posição em renda gerada, em uma família (B) ocupa a quarta posição e nas famílias X e Z a sexta posição. Em média, essas famílias produzem e comercializam 150kg de melado/*shmia* por mês, num valor de R\$ 2,5/kg, o que gera uma renda de R\$375,00/m. O custo de produção não é contabilizado, já que as famílias produzem todos os ingredientes tanto do melado

quanto da rapadura, e ainda, retiram das propriedades a lenha necessária para o cozimento da garapa.

A família O também faz do amendoim a sua quinta fonte de renda. Em outras duas propriedades (D e I) acontece o mesmo, porém o grau de importância na composição da renda é para a D de segundo e para a I de quarto lugar. A família D chega a produzir 1000kg do produto por ano, vendido a R\$5,00 o kg, perfaz uma renda de R\$5000,00/ano, ou seja, R\$416,00/m. Já a média de produção das outras duas famílias é de 300kg/ano, o que gera uma renda de R\$125,00/m. Quanto aos valores gastos para produzir, as sementes do amendoim são guardadas de um ano para o outro, e para não haver diminuição da produção, os agricultores trocam entre si as sementes. Como plantam com adubo orgânico, e como a força empregada é a do próprio grupo familiar, o custo de produção, na concepção dos mesmos, é muito baixo ou inexistente.

Durante a pesquisa, verificou-se que 5 propriedades visitadas fazem parte de 3 agroindústrias. A propriedade L agrega valor a sua produção por meio da fabricação de embutidos e derivados de leite. É na propriedade que são criados os animais que fornecem a matéria-prima para a fabricação do salame, lingüiça e queijo. São produzidos por semana 160 kg de salame, 160 kg lingüiça e 30 kg de queijo. O kg do salame é vendido a R\$ 6,00, lingüiça a R\$ 4,00 e o queijo a R\$3,5. A renda bruta por mês é de R\$1705,00. O custo de produção é de R\$300,00, que são gastos com o pagamento de um diarista, sal e lenha.

A família U tem na agroindústria de transformação da cana-de-açúcar a sua principal fonte de renda. Na propriedade, são produzidos por mês 1500kg de melado e *schmier*, 50L de cachaça e 10L de licor. Ainda, na ocasião da pesquisa, a família estava aguardando a abertura das pipas de vinho que seriam comercializadas pela primeira vez. O melado e a *shmia* custam R\$ 2,00/kg, a cachaça R\$1,00/L e o licor R\$ 7,00/L. O licor é feito com frutas produzidas também na propriedade, como pêssego, laranja, bergamota e carambola. A renda bruta mensal é de R\$ 3120,00, dos quais são descontados a ajuda de um diarista (R\$ 200,00), energia elétrica e embalagens (R\$100,00) (FIGURA 21).



Figura 21 – Canto superior esquerdo: processo de fermentação da garapa para se transformar em aguardente; Canto superior direito: agricultora fazendo melado; Canto inferior esquerdo: pipa de armazenamento de água-ardente; Canto inferior direito: pipas com vinho.
 Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

A agroindústria de farináceos surgiu do esforço de 5 mulheres que sentiram necessidade de ter sua fonte própria de renda. Com as informações técnicas fornecidas pela EMATER e com o apoio da COOPERBUTIÁ, que intercedeu junto ao MDA com um projeto para a aquisição de financiamento a fundo perdido para a compra das primeiras máquinas, foi que essas mulheres juntaram-se na casa de uma das integrantes do grupo e começaram a produzir pães, bolachas, cucas, massas para macarrão e pastel (FIGURA 22). O destino da produção está voltado principalmente para as escolas municipais e estadual e para a COOPERBUTIÁ. Nos primeiros meses de trabalho, toda a renda foi reinvestida na compra de matéria-prima e novas máquinas. A jornada de trabalho das mulheres é das 9h às 11h30min. e das 14h às 18h. Porém, quando o número de encomendas é maior, o trabalho

segue pela noite, assim como decidem tirar suas folgas de comum acordo. No entanto, o trabalho não acaba quando todas vão para suas casa, pois o trabalho na leitaria as espera. Três destas cinco famílias fizeram parte da pesquisa. Na família R, a renda de R\$500,00 mensais provinda da agroindústria ocupa a segunda posição na composição da renda; na família P o quarto lugar e na família Q o sexto.



Figura 22 – Produção de cucas da Agroindústria de farináceos.
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

A aposentadoria faz parte da composição da renda em 4 propriedades. Em duas (G e J) tanto o agricultor quanto a agricultora são aposentados, e cada um ganha um salário mínimo, ou seja, R\$350,00/m⁴⁴. Em outras duas (P e X), os agricultores cuidam de seus pais aposentados, o que totaliza uma renda média de R\$700,00/m em cada uma das 4 propriedades.

⁴⁴ Valor salarial vigente em março de 2007, período da realização da pesquisa.

A família P, além de contar com a renda do leite, milho e da agroindústria de farináceos, conta com a renda da Olaria, que ocupa a terceira posição na composição da renda familiar. Outras rendas não agrícolas foram citadas na pesquisa, como é o caso do aluguel de uma casa que a família P tem no município de Salvador das Missões (R\$180,00); costura e artesanato (FIGURA 23) nas famílias S, X e Z, que rendem em média R\$120,00/m e a venda de mel na família U, que produz 210kg/ano, o que soma R\$1050,00/ano.



Figura 23 – Artesanato feito pela agricultura Z, a qual desenvolveu sua habilidade nos cursos oferecidos pela EMATER nos Grupos de Senhoras e Moças.

Fonte: Registro fotográfico do autor, 2007.

A pergunta número 13 se refere ao destino dado pelos agricultores a sua renda. Foram apresentadas 9 opções de escolha, sendo elas: compra de máquinas, poupança, compra de terras, pagamento de dívidas, autoconsumo da família, manutenção, reforma, compra/troca de carro e lazer. Ainda, foi dada a oportunidade de o agricultor citar outras fontes de investimento que não estavam entre as alternativas.

As alternativas relativas ao autoconsumo da família, manutenção e reforma da propriedade foram citadas por todas as 24 famílias entrevistadas como sendo o destino comum do investimento da renda. A segunda alternativa com maior indicação – 21 vezes, foi o lazer. O pagamento de dívidas absorve parte da renda de 17 famílias. A compra de máquinas foi citada em 11 propriedades, das quais em 10 o investimento foi feito na compra de ordenhadeira e resfriador. A compra de terras foi citada em 10 propriedades. Seis famílias guardam parte da renda na poupança. A alternativa compra ou troca de carros não foi citada em nenhuma propriedade.

No entanto, outros diferentes destinos de aplicação da renda foram apontados pelas famílias: 3 famílias pagam faculdade para seus filhos; 1 paga escola técnica e 6 investiram na aquisição de computadores com impressoras. Ainda, a aquisição de bens de conforto como vídeo-cassete, DVD e ar-condicionado foram citados como investimento por 50% dos entrevistados.

A pergunta número 14 refere-se aos utensílios domésticos que facilitam o trabalho e proporcionam entretenimento da família. Foram apresentadas 9 alternativas: antena parabólica, automóvel, moto, televisor, *freezer*, máquina de lavar roupa, forno elétrico, telefone celular e assinatura de jornal. Todas as 24 famílias possuem aparelho de televisão, *freezer* e máquina de lavar roupas, ao passo que 23 possuem antena parabólica. O forno elétrico foi citado 20 vezes. Dezenove famílias possuem forno elétrico e automóvel; 14 mantém a assinatura de um jornal e 8 possuem motocicleta. Outros bens foram citados além dos que foram apresentados nas alternativas, como computador e impressora (6 famílias) uma das quais possui conexão com internet; 6 possuem DVD e 9 vídeo-cassete. Os aparelhos de ar-condicionado e som foram citados em uma propriedade.

Da pergunta 15 até a 17 as famílias agricultoras foram questionadas a respeito da diversificação de atividades em suas propriedades. Na pergunta 15, os agricultores foram indagados sobre a presença da diversificação de atividades e culturas em suas propriedades. Diante da resposta, segue-se para a sua respectiva justificativa.

Foram dadas 6 respostas semelhantes, as quais foram agrupadas da seguinte forma: 7 famílias responderam que praticam a diversificação de culturas e atividades, pois assim não ficam dependentes de uma única fonte de renda. Outras 6 famílias responderam que se não produzissem várias culturas, a agricultura familiar não se sustentaria somente baseada na cultura da soja. Sobre este fato o agricultor B ressalta: *“Em ½ ha de abóbora se tira muito mais do que a mesma área plantada com soja. Até parece que não é verdade, ainda mais quando se fala que pagam pelo kg (de abóbora) R\$ 0,4. Mas se tu planta uns 5 pés de abóbora, imagina quantos quilo tu tira, ainda mais sabendo que a abóbora pode chega a 3 ou 4kg.”* Em 4 famílias foi ressaltado que quanto mais alimento é produzido na propriedade, menos os agricultores precisam comprar no supermercado. Duas famílias que trabalham com a agregação de valor aos produtos responderam que praticam a diversificação de atividades e culturas, e a agricultora da família L justificou da seguinte forma: *“Aqui a gente cria porco, gado e tiramo leite. No lugar de vender um kg de porco por R\$1,05 ou um kg de carne de boi por R\$ 3,00, eu junto os dois e faço dois kg de salame ou lingüiça e vendo a R\$ 6,00, a mesma coisa faço com o leite, transformo em queijo.”* Três famílias responderam que praticam a diversificação, pois gera mais renda para a propriedade.

A partir destas respostas seguiu-se para a próxima pergunta, a qual questiona sobre o tempo em que cada família já trabalha com a diversificação. Novamente, as respostas foram agrupadas por grau de similaridade. Assim, 3 famílias trabalham com diversificação há menos de 4 anos. Entre 5 e 9 anos foi a resposta de 10 famílias. A justificativa dada pelo agricultor B por estar trabalhando com diversificação há apenas 7 anos foi que, anteriormente a esse período, as terras pertenciam aos seus pais, os quais não permitiam o fato de não plantar soja ou substituí-la por outra cultura, mesmo com as dívidas crescendo a cada ano. Em quatro propriedades, a diversificação já é adotada há 10 anos, e em 5 a diversificação sempre foi praticada.

Na pergunta 17 o agricultor foi incentivado a responder a seguinte pergunta: Qual a sua opinião sobre a diversificação na agricultura? Como se sente em relação à diversificação? Está satisfeito? Não está satisfeito? O que deveria mudar?

Em 5 propriedades os agricultores pesquisados ressaltaram que consideram importante a diversificação, pois estão satisfeitos com a forma de produzir, já que sempre têm uma renda entrando na propriedade. A melhor justificativa para esta opção foi expressa pela agricultora H, a qual afirma que sua família estaria passando necessidades, caso não tivessem mudado para a diversificação. Sete famílias encontram-se satisfeitas, apesar do elevado volume de trabalho. Doze famílias garantem estar satisfeitas com a diversificação de culturas e atividades, porém gostariam que o preço dos insumos agrícolas diminuísse, ao passo que o resultado de suas produções fosse valorizado.

As duas perguntas seguintes – 18 e 19, dizem respeito aos órgãos de apoio e assistência técnica à agricultura familiar em São Pedro do Butiá. Assim, na pergunta 18 os agricultores foram questionados se receberam assistência técnica para produzir durante o ano de 2006, e quais os órgãos que prestaram tal serviço. Diante de uma resposta positiva, apresentaram-se 5 alternativas de órgãos que prestam assistência técnica no município, são eles: Secretaria da Agricultura, EMATER, STR, COTRISA e COOPERBUTIÁ. Ainda, foi concedida a oportunidade de os agricultores incluírem outras entidades que forneceram tal serviço, que não estivessem entre as alternativas citadas. Também, foi oportunizado escolher mais de um órgão, caso fosse necessário. Desta forma, 100% das propriedades receberam assistência técnica gratuita de mais de um órgão especializado, sendo que um deles foi a Secretaria Municipal da Agricultura. Em 15 propriedades, ou seja, 62% a EMATER também se fez presente. Onze agricultores recorreram aos técnicos oferecidos pela COTRISA, 9 aos serviços da COOPERBUTIÁ e 8 ao STR.

Na pergunta 19 os agricultores familiares foram questionados sobre as suas participações em cursos e/ou palestras, quais os motivos que os levam a participar e com que periodicidade isso acontece. Apenas uma família não participa de palestras e nem de cursos, porém todas as demais 23 freqüentam cursos, palestras, reuniões ou assembléias. A maioria (13 famílias) não soube precisar o intervalo de tempo em que isso acontece, porém 10 famílias afirmaram que esta participação acontece mensalmente. No entanto, são vários os cursos feitos pelos agricultores, como por exemplo: derivados de cana-de-açúcar (que foi citado por 5 famílias); derivados de leite e higiene com o manejo da leiteira, plantio de pastagens e de mandioca,

manejo de suínos e cultivo da mamona, derivados de carne (embutidos e defumados) e o curso de farináceos, cada curso foi mencionado por 3 famílias. Os cursos de culinária, fabricação de detergente que não agriam o meio ambiente, apicultura e artesanato foram mencionados por 2 famílias cada. Todos os cursos acima foram realizados em São Pedro do Butiá, com exceção do curso de cultivo da uva e fabricação de vinho, que foi realizado em Bento Gonçalves, assim como o curso sobre plantação de novas variedades de milho, realizado em Santa Rosa. Além dos cursos feitos na sede, as agricultoras citaram o trabalho desenvolvido pela EMATER nos grupos de Senhoras e Moças, o que foi considerado por elas como sendo um curso mensal.

Na resposta à questão sobre por que os agricultores participam de tais atualizações, a maioria (6 famílias) responderam que participam, pois sempre se aprende alguma coisa nova. Cinco famílias afirmaram que fazem os cursos para aprender como aumentar as fontes de renda e a produtividade, pois estes são voltados para a melhoria das propriedades rurais familiares. Já em 4 famílias a resposta foi que os agricultores acham importante participar dos cursos, para aprender como realizar o trabalho de maneira mais fácil e melhor, para assim poder tirar o máximo de produtividade de suas propriedades. Oito respostas foram no sentido de que participando dos cursos e tendo acesso ao conhecimento técnico os agricultores sentiram-se habilitados a mudar sua matriz produtiva que era a soja, para outras como a produção de derivados de cana-de-açúcar (propriedades U e F), derivados de carne (L), farináceos (P, Q e R) e artesanato (S e I).

As 9 perguntas finais do questionário – 20 a 29 - referem-se a informações que dizem respeito à qualidade de vida. Para isso, perguntou-se, primeiramente, como o agricultor conceitua qualidade de vida, para em seguida questioná-lo sobre a qualidade de vida de sua família. Surgiram várias respostas, as quais foram agrupadas em 6 conceitos. Para 6 famílias, qualidade de vida é ter saúde, pois sem saúde de nada adiante ter dinheiro. Ter saúde e poder trabalhar no que gosta foi o conceito formulado por 4 famílias. Para outras 4 famílias não existe qualidade de vida sem saúde e sem fé, assim como também para 4 famílias qualidade de vida envolve tranquilidade, gosto pelo trabalho, poder proporcionar estudo para os filhos e lazer (tomar chimarrão, pescar, jogar bolão, bocha, conversar com os vizinhos e

participar da comunidade). Essa resposta é justificada pelo agricultor M, o qual afirma que *“qualidade de vida para nós é participar da comunidade com nossos amigos. O pessoal da cidade acha que qualidade de vida é ir pra praia todo ano. Eu discordo, pois nós saímos todo o final de semana, vamos para as festas nas comunidades, jogo bola, tomamos chimarrão. Para mim, isso é uma vida feliz!”*. Para 3 famílias, o importante para a qualidade de vida é ter dinheiro. Para outras três famílias, qualidade de vida é ter uma boa alimentação, ter saúde e ter um bom relacionamento em casa.

Em seguida, os agricultores foram questionados sobre como é a sua qualidade de vida, se estão satisfeitos ou o que precisa mudar. Onze famílias responderam que a qualidade de vida é boa, pois gostam de onde moram e do que fazem, por isso são felizes. A agricultora G completa: *“prefiro mil vezes morar aqui (em sua propriedade) do que na cidade, porque aqui eu posso ter meus bichinhos e ter minha horta”*. Em 9 famílias a resposta foi que todos estão satisfeitos com a qualidade de vida que levam, e o agricultor I afirmou que *“aqui (na família) todos têm saúde e o ônibus passa na porta de casa pra leva a guria (filha) pra escola.”* Três famílias dizem estar satisfeitas com a qualidade de vida, porém os produtos oriundos da agricultura familiar poderiam ser melhor valorizados no mercado. A família A garante que a qualidade de vida é boa, porém gostaria de reformar a casa.

A família participa de alguma organização social foi a terceira pergunta relacionada à qualidade de vida e esta pergunta foi acompanhada de 7 alternativas de resposta que seguem: é sócio do clube comunitário ou associação esportiva, Igreja, STR, Grupo de Senhoras e Moças, COTRISA, COOPERBUTIÁ e/ou COOPEROQUE. Ainda, foi dada a oportunidade de expressar alguma outra associação que não fora mencionada nas alternativas.

Todas as famílias entrevistadas são sócias ou participam de mais de duas organizações sociais, sendo que 100% participam tanto da igreja como são sócias do STR. As associações esportivas e clubes comunitários foram citados como fazendo parte da vida social de 22 famílias e em 20 propriedades há quem participe e seja sócia do grupo de Senhoras e Moças. A COTRISA possui sócios em 20 famílias, a COOPERBUTIÁ em 15 e a COOPEROQUE também em 15 propriedades.

Além das alternativas acima mencionadas, a COOPATRIGO⁴⁵, o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e o Círculo de Pais e Mestres foram citados, respectivamente, em uma propriedade.

A pergunta seguinte levou em consideração as respostas sobre as organizações sociais das quais os agricultores participam. O questionamento foi feito com o objetivo de pesquisar a relevância da participação das famílias nas associações e cooperativas, e se elas relacionavam isso com qualidade de vida. Todas as famílias responderam que consideram importante a participação na sociedade e relacionam isso com qualidade de vida. As justificativas foram as mais variadas, porém 12 agricultores ressaltaram que a participação é importante, pois por meio dos encontros a comunidade interage, o que foi considerado também uma forma de lazer. Outras 10 famílias consideram importante a participação em organizações sociais e relacionam isso com qualidade de vida. Duas agricultoras mencionaram a participação nos encontros de Senhoras e Moças, promovidos pela EMATER, também como um encontro de amigas que se reúne uma vez por mês.

Seguindo o questionário, as 5 últimas perguntas referem-se ao atendimento a saúde e preservação ambiental. Na pergunta 24, os agricultores foram questionados sobre a qual instituição recorrem quando estão doentes. Foram apontadas 4 alternativas de resposta, onde os agricultores escolheram entre plano de saúde familiar, Secretaria Municipal da Saúde ou médico particular. Em 95,83% dos casos, ou seja, em 23 propriedades quando há enfermos na família é na Secretaria Municipal da Saúde que encontram apoio. Apenas uma família possui plano de saúde e a opção médico particular não foi mencionada. No entanto, em 100% das famílias acontece a visita mensal da agente de saúde comunitária.

Quanto ao atendimento recebido relativo à saúde, cada uma das 23 famílias tem uma história para contar. Assim, os agricultores foram questionados se este atendimento concedido pela Secretaria Municipal da Saúde estava dentro do padrão de qualidade. Todas as famílias responderam que o atendimento está dentro do patamar de qualidade, pois remédios, exames, consultas, encaminhamento para

⁴⁵ Cooperativa Triticola Regional Sãoluizense LTDA, de São Luiz Gonzaga – RS.

especialistas, transporte até os lugares das consultas, tudo isso é feito gratuitamente. Em duas propriedades as famílias atribuíram esse bom atendimento ao trabalho das agentes de saúde, as quais fazem um levantamento sobre as reais necessidades da população. Outras 5 famílias atribuem o bom atendimento ao fato de o município de São Pedro do Butiá ser pequeno em extensão e ter menos de 3 mil habitantes, o que facilita o transporte dos doentes da porta da casa até as consultas especializadas em outros municípios. Para ilustrar essa realidade seguem algumas das falas dos agricultores durante a entrevista. O agricultor E afirmou: *“estamos muito contentes (com o atendimento a saúde prestado pela prefeitura). Inclusive se precisa de alguma consulta mais especializada, sempre a prefeitura leva e nos traz, sem nenhum custo. Por exemplo o meu pai (pai do agricultor) teve que fazer uma cirurgia de catarata em Três de Maio. Nós fomos duas vez pra lá e não custou nenhum centavo. Os remédios que o pai e a mãe tomam (para regular a hipertensão arterial), dificilmente não tem no posto.”* A Agricultora J descreve que o atendimento de saúde *“é muito bom, não podemos nos queixar. Já precisamos muito da ajuda deles (Secretaria da Saúde) e ainda continuo em tratamento. Os médicos são bons e tratam bem as pessoas. Se precisar ir pra outra cidade (consultar) eles nos levam e não precisa pagar nada, as vezes a diferença da consulta. Remédio a gente ganha tudo.”*

As perguntas 27, 28 e 29 questionaram a respeito do acesso à água potável, destino do lixo doméstico e agrícola e destino dos efluentes sanitários. O objetivo da questão 27 foi ter informações a respeito da origem da água potável utilizada nas propriedades. Para isso, foram apresentadas três alternativas: rede geral de água, poço artesiano e poço artesanal. Os resultados apresentados foram que todas as residências possuem acesso à água potável por meio da rede geral. Sete famílias possuem somente acesso à rede geral, enquanto que 17 possuem tanto acesso à rede geral quando ao poço artesiano da propriedade. Nesses casos, a água da rede geral é utilizada para o consumo doméstico, enquanto que a água oriunda do poço serve para lavar roupas, calçadas, molhar a horta, as flores e consumo animal.

O destino do lixo doméstico – orgânico, embalagens plásticas e garrafas pet – e do lixo agrícola – galões e sacos plásticos de agrotóxicos – foi questionado na pergunta 28. O lixo orgânico teve um destino comum em 100% dos casos, ou seja, a

horta familiar. Já as embalagens plásticas e garrafas pet tiveram 4 destinos diferentes. Em 12 propriedades o destino mais freqüente para as embalagens plásticas que não foram reutilizadas na propriedade, no armazenamento de feijão, geléias, natas, vinho e vinagre, é o recolhimento pela prefeitura. De três em três meses os agricultores levam estas embalagens para o centro da comunidade, onde a prefeitura passa e recolhe, dando um correto destino para esse tipo de material. Em 9 propriedades as embalagens não reutilizadas são queimadas, o que foi justificado pelo agricultor N pelo fato de a prefeitura não buscá-las na propriedade. Em 4 propriedades todas as embalagens são reutilizadas. Quanto às embalagens de agrotóxicos, 20 agricultores devolvem este material onde foram comprados, ou seja, na COTRISA ou na COOPEROQUE. Em 3 propriedades não são utilizados agrotóxicos e em uma propriedade, por usarem pouco agrotóxico, as embalagens são reutilizadas para o plantio de flores.

A última pergunta do questionário aplicado aos agricultores questiona sobre o destino dos efluentes sanitários. Foram apresentadas 3 alternativas de escolha: fossa séptica, esgoto “in natura” e patente. Em todas as propriedades os efluentes sanitários vão para a fossa séptica. Em 21, esta fossa foi construída seguindo orientações da prefeitura municipal, a qual orientou, fez um buraco no chão, encheu de pedras, cobriu tudo com lona preta e cobriu novamente com terra. Em 3 propriedades a fossa foi construída e revestida com tijolos, e coberta com lajes. As alternativas relativas ao esgoto “in natura” e a patente não foram mencionadas.

CONCLUSÃO

Diversos autores, ao longo dos séculos XIX e XX, apontaram para o fim do campesinato. Marx relatou que as unidades familiares de reprodução seriam extintas pela diferenciação interna, pois o sistema capital não comportaria uma classe formada por camponeses. Assim, ou os camponeses evoluiriam para a classe detentora dos meios de produção, ou para a classe que venderia sua mão-de-obra, transformando-se em proletários. Shanin afirmou que as explorações camponesas mais bem estabelecidas sobressair-se-iam sobre as unidades camponesas deficitárias, e o destino final seria o mesmo apontado por Marx, ou seja, alguns camponeses se transformariam em empresários capitalistas e os outros prestariam serviços a eles. O desenvolvimento da indústria e a demanda de novos produtos foram apontados por Kautsky como sendo a principal causa para o desaparecimento do campesinato, já que este passaria a consumir novos produtos, o que aumentaria a necessidade de dinheiro no interior da unidade de produção familiar.

No entanto, Chayanov ressalta que a economia camponesa não é explicada por meio das categorias renda, salário e lucro, que são os resultados do modo de produção capitalista. O campesinato é explicado pelo balanço entre o volume de trabalho e o consumo necessário para o sustento da família. Justamente por não maximizar taxa de lucro é que Tepicht afirma que a função da economia camponesa é o fornecimento de produtos a preços mais acessíveis do que a indústria oferece ao mercado. Mendras descreve a família camponesa como um agente que vive em um sistema no qual o equilíbrio é dado de acordo com as necessidades familiares e não pelo movimento da economia de mercado.

Diante de tais observações, Oliveira (1986) resume: O camponês deve ser visto como um trabalhador criado *pelo* capitalismo, e entendido como classe social. Isso é explicado pelo fato de o capital subordinar antigas relações de produção, o que é indispensável para a sua própria reprodução, o que acontece na classe camponesa através da sujeição da renda da terra ao capital e não da sujeição formal do trabalho.

O conceito de agricultura familiar utilizado neste estudo foi o desenvolvido pela FAO/INCRA, e baseia-se em três características principais: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado, na sua maior parte, pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção às vezes é a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos proprietários. Logo, o agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal renda (mais de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar (FAO/INCRA, 1996).

A agricultura familiar no Brasil e no mundo sempre se desenvolveu à sombra dos grandes latifúndios, e os direitos dos agricultores familiares puderam ser livremente exercidos até que esbarrassem nos interesses dos grandes proprietários de terra. Como exemplos têm-se a assinatura da libertação dos servos camponeses do domínio dos latifundiários que foi feito na Rússia em 1861, pelo czar Alexandre II. Em 1988, no Brasil, aconteceu a promulgação da Lei Áurea, que consistiu na libertação dos escravos. Ao primeiro olhar, esses exemplos favoreceram tanto os servos camponeses russos quanto os escravos brasileiros. No entanto, nos dois exemplos, o objetivo principal foi atender os desejos das elites dominantes, que em ambos os casos, dificultou o acesso à terra aos 'libertos'. A mesma relação pode ser feita com o colonato, pois os imigrantes serviram, primeiramente, aos interesses dos proprietários das fazendas de café.

Com a integração brasileira ao mercado internacional, houve a modernização da agricultura, onde mais uma vez o agricultor familiar ficou à margem, pois a maioria dos incentivos estava voltada para as grandes propriedades. Martins (1988) explica essa permanência de estrutura baseada na propriedade da terra, pois esta sujeita relações sociais, sustenta relações políticas e econômicas, edifica estruturas de poder e dominação, interferindo na participação democrática de diferentes classes sociais, principalmente a classe trabalhadora.

Dentre tantas políticas públicas desenvolvidas pelos governos durante as últimas décadas, o Estatuto da Terra tinha como metas a implantação da reforma

agrária e o incentivo ao desenvolvimento da agricultura. A primeira meta serviu para acalmar os ânimos dos agricultores, pois poucas famílias foram assentadas. Porém, a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura. Diante disso, Etges (2001) ressalta que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno, e foi tratada como algo residual, a caminho da extinção. Quando comparada à agricultura familiar/campesinato de outros países, vê-se o quanto esta categoria foi impossibilitada de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social de produção.

O desenvolvimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul teve características semelhantes a do restante do país. Porém, existem características peculiares, a exemplo da ocupação e povoamento que se deu primeiramente nas zonas fisiográficas dos campos, para, mais tarde, a agricultura familiar desenvolver-se nas zonas de matas, realizada pelos migrantes e imigrantes. Como a Região do COREDE Missões é uma região Intermediária, conforme afirmou Waibel (1979), nela se desenvolveram tanto a agricultura familiar no interior de pequenas unidades de produção familiar, quanto as grandes plantações e criações de gado, nos latifúndios. Esse fato também foi retratado por Neto e Basso (2005), que classificaram a Região das Missões como pertencente a dois sistemas agrários distintos: o sistema agrário do planalto (onde predominam os latifúndios) e o sistema agrário das colônias novas, formado pela agricultura familiar.

Há uma grande disparidade quanto à estrutura fundiária da Região das Missões: são 26.802 estabelecimentos rurais dos quais 17.357 (67,76%) possuem até 20ha, onde se desenvolve a agricultura familiar, porém ocupa apenas 12,7% do território. Ao passo que os 32,24% dos estabelecimentos restantes são de propriedades com áreas que vão de 50 a mais de 200ha, e ocupam 87,3% do território (MDA, 2005). A agricultura é a segunda principal fonte de renda em participação na composição do PIB regional, sendo responsável por 30,5%. Porém, 20 dos 25 municípios que compõem a região dependem deste setor. São Pedro do Butiá faz parte dos 20 municípios que têm na agropecuária o seu sustentáculo econômico, sendo que 62,74% do PIB vem deste setor. No entanto, entre 80 e 90%

do VBP deste município provém da agricultura familiar praticada em pequenas unidades de produção.

As 24 famílias entrevistadas por meio do método de levantamento de dados baseado no estudo de caso apresentam todas as características apontadas pela FAO/INCRA (2006) para serem enquadradas como agricultores familiares. Assim, segue abaixo o resultado do objetivo geral deste estudo que se baseou na análise do papel da agricultura familiar diversificada na geração de renda e na promoção da qualidade de vida entre as famílias agricultoras em São Pedro do Butiá, como segmento presente na organização do espaço regional do COREDE Missões. Estes resultados foram atingidos através da análise do papel da diversificação de atividades, da caracterização da qualidade de vida entre os agricultores familiares e, ainda, do papel das entidades quanto ao apoio à diversificação, agregação de valor à produção, geração de renda e promoção da qualidade de vida dos principais atores envolvidos.

As peculiaridades do campesinato baseado nos laços comunitários locais e o caráter extra-econômico das relações de dependência social explicam, segundo Abramovay (1998), a ajuda mútua entre vizinhos e parentes ou a ajuda por meio dos grupos de trabalho que são desenvolvidos em 50% das propriedades pesquisadas, além de utilizar mão-de-obra dos membros familiares. Diaristas são contratados em períodos de colheita e existem empregados permanentes somente nas agroindústrias de transformação de derivados de cana-de-açúcar e de derivados de carne. Ainda, todos os agricultores são donos de seus meios de trabalho.

De acordo com a história agrária de São Pedro do Butiá, até o seu quarto período, intitulado diversificação de atividades na agricultura, os colonos baseavam as suas fontes de renda somente no cultivo da soja e do trigo. A partir de 1990, com a inauguração do STR em São Pedro do Butiá, por meio do PRONAF, começou uma incipiente mudança de conceitos e os agricultores passaram a diversificar a sua produção, com a introdução da criação de suínos tipo-carne e da pecuária leiteira. Isso foi intensificado no último período da história agrária – que aconteceu de 1996 a 2007, período em que a maioria das entidades de assistência à agricultura familiar iniciaram seus trabalhos no município, a exemplo da EMATER, COOPERBUTIÁ, ou

ainda, as entidades que já existiam, como por exemplo, a secretaria da agricultura, passaram a visualizar nas unidades familiares de produção um caminho para o desenvolvimento.

Isso foi comprovado levando-se em consideração o posicionamento de todos os representantes das entidades entrevistados, a começar pelo prefeito municipal, que afirmou preferir investir em cada uma das propriedades rurais familiares, do que trazer grandes indústrias para São Pedro do Butiá. Esse incentivo à agricultura familiar é feito por meio da patrulha agrícola, disponibilização de veterinário, agrônomo e técnico agrícola.

A EMATER, por sua vez, é a responsável pela implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o crédito rural e fundiário. O mesmo é feito em parceria com STR, que, através do crédito rural e investimentos do município, desenvolveram o projeto Morar Melhor, através do qual foi objetivado além de oferecer boas condições de moradia aos agricultores, também contribuir com a parte social e administrativa desta nova propriedade. O STR presta assessoria para os agricultores quanto aos seus direitos trabalhistas, já que é o representante oficial desta classe. Assim, oferece serviços como encaminhamento de aposentadoria, auxílio doença e, recentemente, entrou na defesa pela valorização das terras dos agricultores que serão atingidas pelas águas da usina hidrelétrica do Passo São João.

O FUNDESE é um fundo administrado tanto pelos agricultores familiares que se beneficiam dele, como pelos representantes de entidades como STR, EMATER, Secretaria da Agricultura, COOPERBUTIÁ e COTRISA. Este fundo é um exemplo de como promover o desenvolvimento baseado em elementos locais, ou seja, endógenos, pois existe a tomada de decisões conjuntamente entre os componentes de todas as entidades e os agricultores familiares. É o que Brose (1999), Barquero (2002) e Hegel (1980) descrevem como sendo o conceito de desenvolvimento endógeno, ou seja, aquele desenvolvimento que se realiza a partir de decisões tomadas pelos agentes locais e cujos frutos são apropriados pelos mesmos.

As representantes das entidades foram unânimes em afirmar que apóiam a diversificação de atividades na agricultura familiar, e citaram como exemplo a descapitalização dos agricultores resultante das prolongadas estiagens que assolaram o município e toda a região das Missões, nos últimos sete anos. Os mecanismos utilizados pela Prefeitura e Secretaria da Agricultura para incentivar a diversificação nas propriedades começa pela educação desenvolvida nas escolas municipais, onde os alunos aprendem que a diversificação é econômica, social e ambientalmente melhor do que a prática de monocultura.

COTRISA, COOPERBUTIÁ e EMATER desenvolvem juntas lavouras demonstrativas de novos cultivos alternativos – como mamona, girassol, canola, novas variedades de milho, mandioca, cana-de-açúcar – , inclusive proporcionando aos agricultores cursos em outros municípios do Estado, como foi o caso do Grupo da Uva que foi para Bento Gonçalves aprender a cultivar e agregar valor à produção de uvas. As entidades acima citadas, juntamente com a Secretaria da Agricultura, incentivam a produção leiteira e a suinocultura, com o cuidado de alertar os agricultores familiares sobre o vínculo de dependência que pode se gerar junto às empresas compradoras dos produtos. Foi o que Veiga (1996) enfatizou, quando atentou para a importância da direção do processo produtivo ser assegurada diretamente pelos proprietários, onde a tomadas de decisões são feitas *in loco*, condicionadas pela especificidade do processo produtivo, e não pela imposição de um empresa ou outra.

A EMATER ainda incentiva a criação de peixes por meio do Grupo do Peixe e a comercialização da produção através da *Fishfest*. A secretaria da agricultura apóia também a realização da feira do produtor, que acontece duas vezes por mês na sede do município. A COOPERBUTIÁ promove a diversificação da produção nas famílias agricultoras rurais principalmente através do estímulo à produção de alimentos, os quais a própria cooperativa comercializa, seja para fazer parte das cestas básicas destinadas a famílias carentes em Santo Ângelo ou para fazer parte da merenda nas escolas do município.

A Expor-Butiá é outra forma de incentivo à diversificação na produção e agregação de renda, já que as agricultoras familiares participam expondo seus trabalhos manuais, produção de cucas, pães, bolachas, entre outros.

Existe um expressivo apoio por parte da EMATER, Prefeitura e COOPERBUTIÁ para a agregação de valor à produção no que tange ao desenvolvimento de agroindústrias. No município, existem seis, as quais receberam apoio técnico e financeiro para iniciarem suas atividades.

O fomento ao turismo rural é um projeto que está sendo desenvolvido pela Prefeitura, EMATER e COOPERBUTIÁ, por meio da criação do Centro Germânico Missioneiro. Será criado um circuito turístico entre as propriedades rurais familiares, nas quais haverá a comercialização de produtos coloniais, oportunizando a entrada de mais uma fonte de renda para as propriedades.

Foi constatada uma grande variedade de cultivos e diferentes atividades nas propriedades, confirmada pelos agricultores entrevistados, sendo que 100% afirmou praticar a diversificação, os quais partiram do pressuposto de que, com uma fonte de renda apenas, no caso o cultivo da soja, não é possível promover o sustento da família agricultora rural durante o ano inteiro. Outros praticam a diversificação, pois quanto mais alimentos produzirem na propriedade, menos precisam comprar no supermercado.

Quanto ao tempo em que os agricultores trabalham com a diversificação de atividades, a resposta mais freqüente foi que trabalham há menos de 10 anos, o que comprova o fato de terem mudado a matriz produtiva devido às freqüentes estiagens e perdas na produção da soja. Somente cinco agricultores afirmaram que sempre trabalharam deste modo. Todos os agricultores concordam com a importância da diversificação de atividades para o sustento da agricultura familiar, no entanto, 12 agricultores acrescentaram que deveria haver uma maior valorização dos produtos produzidos na agricultura familiar, o que conseqüentemente valorizaria o seu trabalho.

As respostas dos agricultores quanto à diversificação são confirmadas quando se analisam as fontes de renda na propriedade. Essas informações são aproximadas, já que em 20 das 24 propriedades não há o registro das entradas e saídas, evidenciando-se uma deficiência presente na gestão de tais propriedades. No entanto, pode-se concluir que em 19 propriedades os agricultores possuem mais de três fontes de renda, sendo que o leite, milho e suínos figuram entre as principais. As demais são compostas por alfafa, agroindústrias de transformação, feira e comercialização de verduras, amendoim, peixe, entre outros.

A renda gerada confirma o que Oliveira (1991) e Veiga (1996), entre outros, afirmam, ou seja, é sempre destinada a bens necessários à sobrevivência do grupo, seja para o alimento e vestuário ou para a manutenção da reprodução e renovação dos meios que garantem a produção ao longo do ano. Ainda, qualquer gasto fora disto estaria voltado à necessidade que o agricultor familiar tivesse em melhorar o bem-estar familiar. Assim, 100% dos agricultores responderam que a renda é destinada ao autoconsumo da família e manutenção e reformas na propriedade, seguido de investimento em lazer, pagamento de dívidas, compra de máquinas e investimento em poupança. A preocupação com a educação dos filhos é um dos destinos de parte da renda, pois este investimento é feito em cursos técnicos e cursos superiores, e na aquisição de equipamentos de informática e acesso a internet.

Para comprovar a prestação de assistência técnica e o incentivo à diversificação de atividades, afirmados pelos representantes das entidades, os agricultores foram questionados se haviam recebido ou não assistência técnica e incentivos à diversificação. Nas 24 famílias pesquisadas, 100% delas recebem assistência técnica de mais de uma entidade, sendo que uma delas é a Secretaria da Agricultura do município. Em 62% dos casos a EMATER também presta esse serviço, e os demais recorrem às cooperativas e ao STR. Para todos, os serviços são prestados sem nenhum ônus. O incentivo à diversificação de atividades é feito por meio dos cursos oferecidos pelas entidades, dos quais apenas uma família não participa. Todas as famílias que agregam valor à produção começaram suas atividades incentivadas pela EMATER, STR, COOPERBUTIÁ ou Secretaria da Agricultura.

Conforme descrito no documento intitulado *Vida digna no campo* (2002), a capacitação, assistência técnica e extensão rural gratuita são elementos essenciais no fortalecimento da agricultura familiar. Isso é confirmado quando os agricultores dizem que, por meio da participação nos cursos e o acesso a assistência técnica, resolveram diversificar a matriz produtiva, ressaltando a importância das informações e incentivos recebidos, o que facilitou o trabalho, aumentou a produtividade na propriedade e promoveu a qualidade de vida das famílias.

Para analisar-se como é a qualidade de vida dos agricultores pesquisados, cruzaram-se as informações fornecidas pelos representantes das entidades e pelos agricultores e depois o mesmo processo foi feito com os dados da FEE, agrupados no IDESE.

Para os representantes das entidades, ter uma boa qualidade de vida significa ter um bom relacionamento na comunidade, ter auto-estima, trabalhar em um serviço que dê algum retorno financeiro, poder dar uma boa educação aos filhos, ter saúde e preservar o meio ambiente. Já para os agricultores familiares, ter uma boa qualidade de vida é, principalmente, ter saúde, ter fé e poder trabalhar no que gosta. Ter dinheiro, tranquilidade, poder dar educação aos filhos, relacionar-se bem na comunidade, ter uma boa alimentação e divertir-se (jogar bolão, bocha, pescar e tomar chimarrão) também foram apontados como componentes importantes para uma boa qualidade de vida. 100% dos agricultores entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a qualidade de vida que levam, porém seriam mais felizes se os produtos agrícolas produzidos na agricultura familiar fossem mais valorizados.

A saúde, assim como uma boa convivência em comunidade, a oportunidade de trabalhar em um serviço que dê prazer e retorno financeiro e a possibilidade de dar uma boa educação para os filhos foram os principais aspectos apontados tanto pelos representantes das entidades quanto pelos agricultores familiares.

Quanto ao atendimento da saúde, os autores Silva e Marchi (1997) recomendam que para uma população alcançar um bom atendimento em saúde, os órgãos responsáveis devem, além de recuperar o doente, fazer também intervenções

de prevenção, ou proteção da saúde. Este é o trabalho desenvolvido pela secretaria da saúde de São Pedro do Butiá, já que esta presta o atendimento ao agricultor doente – por meio de consultas, internações e tratamentos nos hospitais da região, e ainda faz um trabalho de prevenção com a ajuda das agentes comunitárias de saúde, do PSF, fornecimento de medicamentos e formação de grupos de apoio para gestantes, hipertensos e portadores de necessidades especiais, em conformidade com a filosofia de universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quando os agricultores estão doentes, 95,83% das famílias recorrem ao atendimento prestado pela secretaria municipal da saúde, e em todas elas o atendimento recebido foi considerado dentro do patamar para se ter uma boa qualidade de vida.

No indicador saúde, o município de São Pedro do Butiá apresenta um IDESE de 0,885, o que corresponde à quarta melhor posição do COREDE Missões, já que a média apresentada neste é de 0,861 e no RS é de 0,846. Ou seja, o município apresenta uma média superior à apresentada no RS. Diante desses números, pode-se concluir que São Pedro do Butiá tem um índice de desenvolvimento da saúde considerado alto, pois é maior ou igual a 0,800 (FEE,2004).

Levando-se em consideração as afirmações de Guimarães (2005) e Ramos *et al* (2002) no que diz respeito à conscientização da população para o fato de que sem qualidade ambiental dificilmente ter-se-á o acesso aos vários aspectos relacionados à qualidade de vida, pesquisou-se também o acesso à água potável, o destino do lixo doméstico e agrícola e o destino dos efluentes sanitários.

Todos os agricultores têm acesso à rede geral de água tratada, e mais de 70% das propriedades ainda dispõem de poço artesiano. A água do poço artesiano é usada para limpeza da casa, horta e abastecimento dos animais, o que demonstra a preocupação em não desperdiçar água tratada. O destino do lixo orgânico doméstico é a horta, onde o mesmo se transforma em adubo, ou vai para o alimento das aves. As embalagens plásticas que não são reutilizadas no armazenamento de alimentos, em mais de 50% dos casos são entregues para o recolhimento da prefeitura, que dá

o destino correto. Porém, em nove casos essas embalagens são queimadas, o que pode trazer sérios prejuízos para a saúde dessas pessoas, por possibilitarem a geração de gases corrosivos, tóxicos e cancerígenos (cloro e dioxinas).

Em todas as propriedades pesquisadas os efluentes sanitários são direcionados à fossa séptica. Em 21 casos esta fossa foi construída seguindo as orientações dadas pela prefeitura e EMATER. No entanto, o município apresenta um IDESE relativo ao indicador saneamento básico de 0,538, considerado de médio desenvolvimento. Neste caso, deve-se atentar para o fato de que nem sempre os índices correspondem à realidade, pois o indicador domicílio e saneamento básico é composto pelas variáveis: proporção de domicílios abastecidos com água tratada e proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto doméstico e pluvial. Por se tratar de um município do interior, com uma população de 2895 habitantes, cada morador providencia o próprio destino para o esgoto doméstico (fossa séptica), e por isso São Pedro do Butiá não possui rede geral de esgoto. Porém, as águas pluviais são drenadas por galerias, em sistemas próprios de saneamento – separador absoluto, não havendo contato com o esgoto sanitário. Quanto ao acesso à água tratada, a partir de 2002, começou a implantação da rede geral de água, projeto este que até 2006 já havia beneficiado todas as residências do município.

Quanto ao descarte do lixo agrícola, 20 agricultores devolvem as embalagens de agrotóxicos na empresa onde os adquiriram, ou seja, na COTRISA. Isso pode ser considerado um avanço em termos de educação ambiental, já que desde o segundo período da história agrária de São Pedro do Butriá até meados de 1995, essas embalagens tinham o leito dos rios, riachos e açudes como destino.

A boa convivência em comunidade é incentivada pela EMATER – em parceria com a prefeitura, através dos Jogos Rurais Sol-a-Sol, dos encontros mensais com as Senhoras e Moças nos grupos das comunidades, na *Dezemberfest*, Expo-Butiá, dia Internacional da Mulher, entre outros. Os agricultores consideram muito importante a participação nas organizações sociais, tanto que 100% são sócios tanto da Igreja quanto do STR. Mais de 80% dos agricultores participam de associações esportivas e clubes comunitários, e as agricultoras, dos encontros promovidos mensalmente pela EMATER, além de participarem e serem sócios das cooperativas. Essa

participação em igreja, associações e cooperativas foi diretamente relacionada com a qualidade de vida dessas famílias, pois, além de aprenderem coisas novas por meio dos cursos, interagem com a comunidade.

O incentivo à diversificação e agregação de renda à produção da agricultura familiar foi apontado pelo representante da COTRISA como sendo um grande passo para a promoção da qualidade de vida na agricultura familiar. As outras iniciativas desenvolvidas pela cooperativa são o recolhimento das embalagens de agrotóxicos e promoção da educação ambiental nas escolas municipais, através do projeto Escola no Campo.

A educação dos filhos é assegurada pela prefeitura municipal durante todo o ensino fundamental. Concomitantemente, são oferecidos também cursos de música, canto e língua alemã. A partir do ensino médio os alunos freqüentam a escola estadual, que além de recursos estaduais recebe recursos municipais, como por exemplo, o transporte escolar gratuito. Essas informações são comprovadas pelos dados da pesquisa sobre os anos de estudos dos filhos dos agricultores: todos os filhos em idade escolar encontram-se estudando e os demais, com o ensino médio concluído.

Segundo dados da FEE (2004), o município apresenta um IDESE relativo ao indicador educação de 0,891. O RS apresenta, para esse mesmo indicador, um valor de 0,854, enquanto que o apresentado pelo COREDE Missões é de 0,851. São Pedro do Butiá apresenta o terceiro melhor índice de educação do COREDE Missões, ficando atrás apenas de Salvador das Missões e Ubiretama, outros dois municípios que têm na agricultura familiar a base de sua economia.

Diante dos resultados apresentados, observa-se a importância da diversificação de atividades no interior das unidades de produção familiar, e a necessidade cada vez mais latente de que iniciativas como as desenvolvidas pelas entidades de São Pedro do Butiá sejam incentivadas. Mostrou-se, também, que a valorização das potencialidades endógenas existentes no território e a participação popular são ingredientes fundamentais para promover o desenvolvimento regional sustentável na busca pela qualidade de vida dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Textos para discussão**. Brasília: IPEA, 1998.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização camponesa, identidade e reprodução social: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. In: **Revista Campo & Território**, v. 2, n.5, p.105-109. Agosto 2007.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA. n 14. dez. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP – Espaço e Tempo** [da] Universidade de São Paulo, nº12, p.11-19, 2002.

_____. O processo de modernização agrícola e a proletarização do trabalhador rural no Brasil. In: *Revista Geografia*, v. 3, n. 5, p. 31-40, abril. 1978.

ATLAS SÓCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BASSO, Nilo; OLIVEIRA, Angélica de. **Diagnóstico de desenvolvimento da agricultura de São Pedro do Butiá – RS**. Ijuí: UNIJUI, 2006.

BAVARESCO, Pedro Antônio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Orgs.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BERNARDES, Nilo. **As bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

BIANCHINI, Valter. **Políticas públicas para a agricultura familiar. Desenvolvimento local rural sustentável**. Curitiba: DESER, 2000.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: **Pra pensar outra agricultura**. Editora da UFPR: Curitiba, 1998.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, 2005.

BROSE, Markus. **A agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, n. 1, v. 5, 2000. p. 163-177.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTELLANOS, P.L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: RB, Barata (Org.) **Considerações de vida e situação de saúde**. Saúde movimento. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA e STOLCKE (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COUTO, Andréia Terzariol. Modernização do campo – novos paradigmas frente às tecnologias contemporâneas. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.28, p.135-146, jan./abr, 2003.

EMATER/RS – Empresa Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>> Acesso em 24 jul 2007.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Disponível em <<http://www.cnpsa.embrapa.br/?ids=&idn=588>> Acesso em jan 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Proyecto UTF/BRA/036. Brasília: 1996.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em : <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_municipios_classificacao_idese.php?ano=2004&letra=S&ordem=municipios> Acesso em 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Sócio-econômico 2004 (IDESE)**. Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_municipios_classificacao_idese.php?ano=2004&letra=S&ordem=municipios> Acesso em 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980.

GEHLEN,IVALDO. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.18. n. 2, p.95-103, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Técnica de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1992.

GIPAF – Grupo de Interesses em Pesquisa sobre a Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.criz.org.br/gip/gipaf>> Acesso em 20/08/2006.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOIS, Antônio. Qualidade de vida em São Paulo. **Folha de São Paulo online**, São Paulo, 5 set. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 2 dez. 2007.

_____. Brasil entra no grupo dos países com mais alto IDH. **Folha de São Paulo online**, São Paulo, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2811200721.htm>>. Acesso em 7 dez. 2007.

_____. IDH alto esconde desigualdades, dizem especialistas. **Folha de São Paulo online**, São Paulo, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2811200722.htm>> Acesso em 7 dez. 2007.

GOMES, Ramonilde Alves. Representações sociais e culturais da qualidade de vida entre famílias de agricultores. **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 2, p.261-272, Jul./Dez. 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida. **Revista GEOSUL**. Florianópolis, n. 40, v.20, p.7-26. Jul./dez. 2005

HEGEL, G. W. O conceito de desenvolvimento. In: **Introdução a História da filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

INCRA/PNUD. Desenvolvimento empresarial nos assentamentos. **Programa de capacitação em apoio à reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1995.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RS (IDESE). Fundação de Economia e Estatística. Emanuela Heuser Siegfried. Porto Alegre: FEE, 2003. Documentos FEE n.58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>, acessado durante os anos de 2007 e 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS (INPEV). **Tríplice Lavagem**. Disponível em: <http://www.inpev.org.br/responsabilidades/triplice_lavagem/responsabilidade_agricultor/responsabilidade_agricultor.asp> Acesso em jan. 2008.

JACOBSEN, Luiz Ataides. **Síntese sócio-econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS ASCAR, 2003.

JEAN, Bruno. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou criação da Economia Moderna. **Caderno de Sociologia**. v. 6, p. 51-75, 1994. (51 – 75)

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. São Paulo: UNICAMP, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOBO, Thereza. Comunidade solidária: estratégia para o desenvolvimento social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICA, VII, 2002, Lisboa-Portugal. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002. p.8-11

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Revista Estudos Avançados**: dossiê desenvolvimento rural. São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez 2001.

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: **Obras escolhidas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores, XXXV).

_____. **O manifesto comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Obra prima de cada autor, 44).

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & saúde coletiva**, v.5, n. 1, p.7-18, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Estudo propositivo para a dinamização econômica do território Missões**. Porto Alegre: MDA, 2005.

_____. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso durante o ano de 2007.

MORAES, Régis de. **Ecologia da mente**. Campinas: Editorial Psy, 1993.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte: experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de um instrumento urbanístico, na gestão da cidade. **Curso de Gestão Urbana das Cidades**. Belo Horizonte: EG/FJP WBI PBH ESAF IPEA. Período: 12 a 24 março 2000.

NETO, Benedito Silva; BASSO, Davi. (Orgs.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

NUCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/>>. Acesso em out./nov./dez. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Declaração de Santa Fé de Bogotá. In: **Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá**. Brasília: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 1992. p. 41-47

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PEDROSO, Maria Thereza. Uma breve reflexão sobre o papel da assistência técnica e extensão rural na construção de uma modelo de desenvolvimento rural sustentável. NEAD, 2003.

PEIXOTO, Antonio Carlos Gomes. **Mapa da qualidade de vida ou uma pequena viagem ao mundo dos seus sonhos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PICOLOTTO, Everton Lazarretti. **Sem medo de ser feliz na agricultura familiar: o caso do movimento de agricultores de Constantina**. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: Alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, v. 8, n 7, p.35-47, Jul./Dez.2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Brasil entra no grupo de países com alto IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2823&lay=pde> Acesso em 27 nov. 2007.

RAMOS, Adriana; BARCELOS, Alessandro; ALENCAR, Álvaro; AB´SABER, Assis, et al. Meio ambiente e qualidade de vida no Brasil. **Caderno Temático de Programa de Governo**. Brasília, 2002.

RAMOS FILHO, Everaldo da Silva. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Revista NERA**, v.8, n 6, p. 46-58, Jan./Jul. 2005.

RAMOS, S. Sistemas técnico agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ROSSETO, Miguel; BIANCHINI, Valter; MARTINS, Argileu. (Orgs.). **Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar e Grupo ATER. 2004.

SABU, Regiane Martins de Oliveira. Classe camponesa e a ciência na sociedade capitalista. **Revista Eletrônica dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas-MS, n.1, ano 3, p. 75-87, Nov. 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHNEIDER, Velida (Coord.). **São Pedro do Butiá – 100 anos construindo sua história**. Cerro Largo: Gráfica Integração, 2007.

SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/estr_02/secexec/ComSol.htm>, Acesso em 06 dez 2007.

SEN, Amartya; NUSSBAUM, Martha. **The quality of life**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Versión española de Fernando Andrada Tapia. Madri: Alianza Editorial. 1972.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, v.8, n.7, p.1-21, Jul./Dez. 2005.

SILVA, Marco Aurélio Dias da; MARCHI, Ricardo de. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes.; BERTE, A. M. A. Políticas de Florestamento em áreas degradadas: Areais do Sudoeste do Rio Grande do Sul. **Revista Geosul**, Departamento de Geociências CFH, Florianópolis, v. 12, n.26, p.56-70, jan./jun.: 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamas József Márton Károly. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: Caderno de Ciência e Tecnologia. Caxambu: Embrapa. v.13, n. 3, p.383-404. Set./Dez. 1996.

_____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **A opção pela agricultura familiar.** Indicadores econômicos. Porto Alegre: FEE, v.25,n.3, 386p, 1998.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Niterói: UFF, 1987.

Vida digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, Agrária e Segurança Alimentar. Programa de Governo para Agricultura do Governo Lula, 2002.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Em Busca da Modernidade social:** uma homenagem a Alexander Chayanov. Campinas – SP: UNICAMP, 1989.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Pernambuco, 2000, p. 87ss

WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment: position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, v.41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Carta de Ottawa, pp. 11-18. In **Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá.** Brasília: Ministério da Saúde/IEC, 1986.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado aos representantes das entidades



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

Nome:.....

Função:.....

01. A entidade presta algum tipo de assessoria aos agricultores familiares? Qual?

.....
.....
.....

02. Acha importante a diversificação de atividades na agricultura familiar? Por quê?

.....
.....
.....

03. A entidade apóia a diversificação de atividades (culturas e criações)? Por meio de quais mecanismos?

.....
.....
.....

04. Quanto à agregação de renda à produção, existe algum projeto (curto, médio ou longo prazo) para os agricultores familiares do município? Quais?

.....
.....
.....

05. O que entendes por qualidade de vida?

.....
.....
.....

06. Quais as iniciativas desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, no que tange o atendimento de saúde, educação e bem estar social?

.....
.....
.....

ANEXO B – Questionário aplicado aos agricultores familiares



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO



ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES

1-Dados de Identificação do(s) entrevistado(s)

Nome(s):	
Idade(s):	
Localidade onde reside	
Escolaridade:	

Referências familiares:

2- Informações sobre os membros do grupo familiar:

Nome das demais pessoas que residem na propriedade	Grau de parentesco*	Idade	Aposentado	Trabalha na propriedade	Trab. fora da propriedade	Escolaridade**

*Grau de parentesco: 1=cônjuge; 2=Filho(a); 3=Pais; 4=netos; 5=outros (especificar)

**Escolaridade: 1=analfabeto; 2 = só alfabetizado; 3=até 4ª Série; 4=da 5ª a 7ª série; 5 = Primeiro grau completo; 6=Segundo grau incompleto; 7=Segundo grau completo.

3-Utiliza mão-de-obra complementar na propriedade?

Tipo	Nº de pessoas	Época	Pagamento p/dia(R\$)
01-Diarista			
02-Assalariado			
03-Mutirão			
04-Outros			

Informações sobre a posse da terra:

4-Situação do estabelecimento:

01.Área total do estabelecimento: __ha

02.Terras Próprias: __ha

03.Terras Arrendadas de terceiros: __ha

04.Terras arrendadas à terceiros: __ha

Informações sobre o uso da terra na propriedade

5- Pastagem:

01. Natural (potreiro): __ha

02. Cultivada: __ha

6 – Área em açudes: __ha

7 – Área com cultivo de pomar:

01. Doméstico: __ha

02. Comercial: __ha

8 – Lavouras:

01.Permanentes: __ha

02. Temporárias (máximo de 18 meses): __ha

9 – Matas:

01. Nativas: __ha

02.Plantadas: __ha

Informações sobre o aproveitamento da área destinada para lavouras:

10. Especifique a área de lavoura e o volume de produção agrícola durante o ano de 2005.

Cultura	Área Cultivada (ha)	Qtidade colhida	Destino da produção em 2005		
			Consumo próprio (kg)	(1) Agroindústria	(2) Cooperativa

11. Especifique o tipo de criação e o volume de produção pecuária durante o ano de 2005.

Criatório/produto	Qtidade	Destino da produção em 2005		
		Consumo próprio (kg)	(1) Agroindústria	(2) Cooperativa

Informações sobre as principais fontes de renda

12. Quais são as principais fontes de renda da propriedade? (Ordem de importância)

Cultura/ produção	Área/ quantidade	Renda média		Insumos		Sementes	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor

13. Onde é aplicada a renda obtida com a produção?

01. () compra de máquinas
02. () poupança
03. () compra de terras
04. () pagamento de dívidas
05. () subsistência da família
06. () manutenção
07. () reformas
08. () compra/troca de veículo
09. () Lazer
10. () outros

(especifique).....

14. Quais os utensílios – bens de conforto – que possui?

1. () Antena parabólica
2. () Automóvel
3. () Moto
4. () TV
5. () Freezer
6. () Máquina de lavar roupa
7. () Forno Elétrico
8. () Telefone (celular)
10. () Assinatura de jornal
11. () Outros.. Quais:.....

15. A diversificação de atividades e culturas são adotadas na propriedade? Por quê?

.....

16. Desde quando trabalhas com a diversificação?

.....

17. Qual a sua opinião sobre a diversificação na agricultura? Como se sente em relação à diversificação? Está satisfeito? Não está satisfeito? O que deveria mudar?

.....
.....
.....

**Informações sobre órgãos de apoio à agricultura familiar no município de São Pedro do Butiá.
18. A propriedade recebeu alguma orientação técnica de algum órgão especializado para produzir durante o ano de 2006**

() Recebeu assistência () Não recebeu assistência

- () Secretaria da agricultura
- () EMATER
- () Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- () Cooperativa agrícola.

Qual?.....

19. Participa periodicamente de cursos/palestras de capacitação, para inovar e estabelecer novos conceitos produtivos? De quanto em quanto tempo? Por quê?

.....
.....
.....

Informações sobre qualidade de vida e bem estar social

20. O que entendes por qualidade de vida? (O que uma pessoa precisa para viver bem, se sentir feliz)?

.....
.....
.....

21. Como é a sua qualidade de vida? (Estás satisfeito? O que gostaria de mudar?)

.....
.....
.....

22. Participa em de alguma organização social local?

- 1. () É sócio de Clube local/associação esportiva
- 2. () Igreja
- 3. () É sócio do STR
- 4. () É sócia do grupo de Senhoras e Moças
- 5. () É sócio da COTRISA
- 6. () É sócio da COOPERBUTIÁ
- 7. () É sócio da COOPEROQUE

Outro, qual?.....

23. Considera importante participar de organizações sociais? (Relacionas isso com qualidade de vida?)

.....
.....
.....

24. Quando estás doente, procuras:

- 1. () Plano de Saúde Familiar
- 2. () Secretaria Municipal da Saúde (SUS)
- 3. () Médico particular

25. A agente de saúde visita mensalmente sua casa?

.....
.....
.....

26. Quanto ao atendimento de saúde, está dentro do padrão de qualidade de vida apontado anteriormente?

.....
.....
.....

27. Tens acesso a água potável?

- 1. () Rede geral
- 2. () Poço artesiano
- 3. () Poço artesanal
- 4. () Outro. Qual:.....

28. Qual do destino do lixo (plásticos, garrafas, embalagens de agrotóxicos)?

.....
.....
.....

29. Quanto aos efluentes sanitários (esgoto), qual o seu destino?

- () Fossa séptica
- () Esgoto *in natura*
- () "Patente"
- () Outros. Qual?.....

Considerações sobre a propriedade:

ANEXO C – Lista de produtos que compõem a cesta básica

TÍTULO 30 – COMPRA ANTECIPADA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – CAEAF

Documento 1 – Anexo II – Proposta de Participação Especial – Doação Simultânea Totalização do Projeto

COMUNICADO CONAB/MOC N° 013, DE 14/05/2004

Será criado um conselho gestor formado pelas entidades parceiras (item VIII), para gerir o projeto agindo com poder deliberativo na verificação da qualidade e regularidade da entrega dos alimentos e acompanhamento das atividades que visem à inserção do público beneficiado, bem como na correção de rumos, monitoramento e avaliando o referido projeto. Serão distribuídas no Município de São Pedro do Butiá na Escola Municipal São Francisco de Borja merenda para 180 alunos e o Colégio Estadual Pedro José Scher merenda pra 410 alunos, e no Município de Santo Ângelo serão distribuídas 200 cestas mensais que beneficiará 200 famílias no período de 12 meses, que estão em estado de exclusão social

A cesta terá os seguintes produtos:

1- Mandioca em casca	5kg
2- Massa caseira c/ ovos	2kg
3- Ovos da Colônia	2dz
4- Bolacha caseira c/ mel	2kg
5- Cuca colonial	2kg
6- Farinha de trigo ecológica	5kg
7- Farinha de milho ecológica	2kg
8- Schmier	2kg
9- Mel	1kg
10- Repolho	2kg
11- Melado	2kg
12- Feijão	3kg
13- Vinagre	500ml
14- Milho Verde	3kg
15- Batata doce	5kg
16- Pão caseiro	2kg
17- Tempero c/alho	500g
18- Abobrinha	2kg
19- Farinha integral ecológica	1kg
20- Cenoura	1kg
21- Bebida Láctea	4 L

A frequência de entrega será no intervalo de 30 dias.

ANEXO D – Comparação do IDESE entre os municípios que compõem o COREDE Missões

Municípios	Educação			Renda			Saneamento Básico			Saúde			IDESE		
	Índice	Ordem RS	Ordem COREDE	Índice	Ordem RS	Ordem COREDE	Índice	Ordem RS	Ordem COREDE	Índice	Ordem RS	Ordem COREDE	Índice	Ordem RS	Ordem COREDE
Bossoroca	0,827	352º	19º	0,757	121º	8º	0,357	244º	22º	0,871	137º	11º	0,703	200º	15º
Caibaté	0,853	230º	14º	0,699	208º	14º	0,494	115º	10º	0,885	58º	6º	0,733	120º	8º
Cerro Largo	0,857	203º	12º	0,792	84º	3º	0,626	35º	1º	0,854	247º	15º	0,782	26º	2º
Dezesseis de Novembro	0,826	354º	20º	0,527	468º	25º	0,491	119º	11º	0,841	331º	20º	0,671	293º	24º
Entre-íjuis	0,858	197º	11º	0,757	119º	7º	0,415	188º	17º	0,853	252º	16º	0,721	150º	10º
Eugênio de Castro	0,843	267º	16º	0,773	105º	6º	0,411	192º	19º	0,841	331º	21º	0,717	163º	11º
Garruchos	0,824	367º	21º	0,819	41º	1º	0,217	379º	25º	0,817	456º	25º	0,669	298º	25º
Giruá	0,866	158º	10º	0,781	95º	4º	0,452	147º	15º	0,839	355º	24º	0,735	114º	7º
Guarani das Missões	0,88	93º	5º	0,702	204º	12º	0,507	104º	8º	0,875	115º	8º	0,741	97º	6º
Mato Queimado	0,872	131º	7º	0,616	366º	20º	0,462	141º	14º	0,885	58º	3º	0,709	184º	13º
Pirapó	0,791	454º	25º	0,586	416º	22º	0,521	94º	7º	0,841	328º	22º	0,685	255º	20º
Porto Xavier	0,83	333º	18º	0,705	199º	11º	0,506	106º	9º	0,873	122º	9º	0,728	131º	9º
Rolador	0,871	135º	8º	0,671	264º	16º	0,291	308º	24º	0,861	202º	14º	0,674	28	23º
Roque Gonzales	0,82	381º	22º	0,631	348º	18º	0,485	122º	13º	0,865	173º	13º	0,7	208º	16º
Salvador das Missões	0,903	31º	1º	0,808	60º	2º	0,549	75º	4º	0,893	31º	2º	0,788	18º	1º
Santo Ângelo	0,868	145º	9º	0,723	163º	9º	0,587	51º	3º	0,842	318º	19º	0,755	67º	4º
Santo Antônio das Missões	0,832	323º	17º	0,655	301º	17º	0,371	228º	21º	0,843	310º	18º	0,675	281	22º
São Luiz Gonzaga	0,856	208º	13º	0,706	197º	10º	0,613	42º	2º	0,88	95º	7º	0,764	46º	3º
São Miguel das Missoes	0,81	412º	23º	0,779	100º	5º	0,383	217º	20º	0,844	308º	17º	0,704	196º	14º
São Nicolau	0,794	448º	24º	0,573	434º	23º	0,527	86º	6º	0,841	328º	23º	0,684	260º	21º
São Paulo das Missões	0,85	238º	15º	0,615	368º	21º	0,42	177º	16º	0,894	30º	1º	0,695	218º	17º
São Pedro do Butiá	0,891	65º	3º	0,699	209º	13º	0,538	78º	5º	0,885	58º	4º	0,753	74º	5º
Sete de Setembro	0,885	83º	4º	0,563	443º	24º	0,412	190º	18º	0,885	58º	5º	0,686	249º	19º
Ubiretama	0,897	45º	2º	0,681	245º	15º	0,315	291º	23º	0,868	161º	12º	0,69	235º	18º
Vitória das Missões	0,874	116º	6º	0,628	350º	19º	0,486	121º	12º	0,871	137º	10º	0,715	169	12º
Rio Grande do Sul	0,854	-	-	0,773	-	-	0,566	-	-	0,846	-	-	0,76	-	-

Fonte: FEE, 2006.